

MARA RÚBIA DOS SANTOS ANTONIO

**A PRESENÇA FEMININA NOS ESTUDOS
SECUNDÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
(1930 - 1947)**



MARA RÚBIA DOS SANTOS ANTONIO

A PRESENÇA FEMININA NOS ESTUDOS SECUNDÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO (1930-1947)

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Conselho, Departamento, Programa de Pós – Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Senzi Zancul

Co-orientadora: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

ARARAQUARA – S.P.

2014

Antonio, Mara Rúbia dos Santos

A presença feminina nos estudos secundários no estado São Paulo
(1930-1947) / Mara Rúbia dos Santos Antonio – 2014
122 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) –
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de
Ciências e Letras (Campus Araraquara)
Orientador: Maria Cristina Senzi Zancul
Coorientador: Rosa Fátima de Souza Chaloba

1. história Social das mulheres. 2. educação feminina.
3. educação secundária feminina. I. Título.

MARA RÚBIA DOS SANTOS ANTONIO

A PRESENÇA FEMININA NOS ESTUDOS SECUNDÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO (1930-1947)

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Senzi Zancul

Co-orientadora: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

Data da defesa: 19/12/2014

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Maria Cristina Senzi Zancul
UNESP/FCLAr

Membro Titular: Profa. Dra. Jane Soares de Almeida
UNESP/FCLAr

Membro Titular: Profa. Dra. Rosilene Baptista de Oliveira
Centro Universitário Moura Lacerda

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico este estudo aqueles que foram sustentáculo familiar e diante de necessidades materiais foram privados do gosto de ler e contar: aos meus avós paternos Durvalina Balduino Antonio e Luis Antonio (*in memoriam*), aos meus avós maternos Guiomar Madalena dos Santos e José Miguel dos Santos, Rosa Ferreira da Silva (*in memoriam*) e a minha tia Olga Balduino Antonio e aos meus tios João Antonio e Adriano Martins dos Anjos.

AGRADECIMENTOS

À Deus primeiramente, que na relação Criador e criatura tem permitido alento a minha alma nas diversas emoções humanas.

À minha orientadora e amiga, Professora Doutora Rosa Fátima de Souza Chaloba, pela paciência e pelo incentivo dado aos estudos na área da História da Educação através da paixão que expressa pelos detalhes primorosos da representação do processo educacional. Ao longo destes anos de estudos partilhamos de experiências intelectuais que nos empoderaram, tais como, o estudo dos clássicos da Nova História Cultural, os momentos de discussão nos grupos de estudos, a escavação das fontes em arquivos públicos, momentos de diálogos nos encontros e congressos na área da Formação de Professores e da História da Educação, permitindo assim, uma *cosmogonia* com as reminiscências socioeducacionais.

À minha orientadora e amiga, Professora Doutora Maria Cristina de Senzi Zancul pela humanidade e por todo apoio dado para minha permanência no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar.

Aos meus pais, Tereza dos Santos Antonio e Claudio Antonio, pela vida, que com sabedoria cotidiana incentivaram a mim e ao Rogério dos Santos Antonio, meu irmão, aos grandes e sutis aspectos da experiência familiar.

Aos meus familiares: tias, tios, primas e primos pelo carinho e afeto indistinto.

Aos diversos membros do GEPCIE (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Instituições Educacionais), pelo partilhar de concepções, discussões e projetos em que tive oportunidade de participar.

À Professora Doutora Silvia Regina Ricco Luccato Sigolo, que foi tutora, do Programa de Educação Tutorial do curso de Pedagogia - SESU/ MEC e, aos meus amigos “*petianos*” na figura de Silvia de Oliveira Santos, Bruna Mendes Gerotti, Jefferson Santos de Araújo, Cíntia Lins Rocha, Daniel Viana Torelli e Érica Navarro Zavanella.

As minhas amigas e amigos: Maria Augusta, Aline Ramiro da Silva, Rodrigo Batista da Silva, Ana Beatriz de Oliveira Maurício, Denis William Maurício, Aline Cristina Adriano Borsari, Neliane Ruys Ferreira da Silva, Anderson Telles da Silva, Pamela Carla Gouvêa Antonio e Rogério dos Santos Antonio pelo incentivo, pelo carinho e por estarem presentes em momentos marcantes da minha vida, sejam eles de risos ou de lágrimas.

Não sei... se a vida é curta
ou longa demais para nós,
mas, sei que nada
do que vivemos tem sentido,
se não tocamos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser:
o colo que acolhe,
o braço que envolve,
a palavra que conforta,
o silêncio que respeita,
a alegria que contagia,
a lágrima que corre,
o olhar que acaricia,
o desejo que sacia,
o amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo,
é o que dá sentido à vida.
É o que faz com que ela não
seja nem curta, nem longa demais,
mas que seja intensa, verdadeira,
pura enquanto ela durar.
(Cora Coralina)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo constituir indícios sobre o processo de primeira voga de expansão do ensino secundário para o gênero feminino na rede pública de ensino no Estado de São Paulo no período de 1930 a 1947. Para tanto, seleciona-se, entre alguns autores, nas proposições Souza (2008), Dallabrida (2009), Dallabrida e Souza (2014) além de estudiosos pertencentes a História Cultural, tais como Le Goff (1990) e Chartier (2003) e também da história social das mulheres Duby e Perrot (1991), Perrot (1995), Del Priore (2001) e Hahner (2003; 2011). Desse modo, compreende-se que o ensino secundário ao longo do século XX teve algumas faces, dentre elas, nota-se que a expansão foi ínfima. Entretanto, é importante destacar a articulação política entre o poder Executivo estadual, os interventores de Estado em diálogo com o poder público municipal em mediação aos anseios sociais em prol de educação pública. Também é importante destacar que o estudo do processo de escolarização secundária feminina nos ginásios públicos é um tema ausente na historiografia da educação paulista, de acordo com o levantamento bibliográfico realizado nesse estudo. Assim sendo, a presente pesquisa, baseada na análise de documentos oficiais, tais como os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, os Anuários Estatístico do Estado de São Paulo e as Legislações Federais referentes ao período selecionado pretende contribuir para a área da História da Educação, a fim de elucidar o acesso e a expansão do ensino secundário nos ginásios públicos como uma alternativa de escolarização para os jovens.

Palavras – chave: História social das mulheres, educação feminina, educação secundária feminina.

ABSTRACT

This research aims to provide clues about the process first-vogue expansion of secondary education for females in the public school system in the State of São Paulo in 1930 and 1947. Therefore, it selects, among some authors, the propositions de Souza (2008), Dallabrida (2009), Dallabrida and Souza (2014) as well as scholars belonging to Cultural History, such as Le Goff (1990) and Chartier (2003) and also the social history of women Duby and Perrot (1991), Perrot (1995), Del Priore (2001) and Hahner (2003; 2011). Thus, it is understood that secondary education throughout the twentieth century had a few faces, among them, it is noted that the increase was negligible. However, it is important to emphasize the political connection between the state executive power, the intervening State in dialogue with the municipal government in mediating the social expectations towards public education. It is also important to note that the study of female secondary enrollment process in public gyms is a missing issue in historiography from the state education, according to the literature conducted in this study. Therefore, this research, based on analysis of official documents, such as the Yearbooks of the State of São Paulo Teaching, the Statistical Yearbook of São Paulo State and Federal Legislation for the selected period is intended to contribute to the area's History education in order to elucidate the access and expansion of secondary education in public gyms as an alternative education for young people.

Keywords: Social History of women, female education, female secondary education.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** Os estudos sobre Mulher e Educação na Revista História da Educação RHE (1997-2013)
- Quadro 2** Os estudos sobre Mulher e Educação na Revista Brasileira de História da Educação RBHE (2001-2013)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de inscritos no ensino secundário e superior Distrito Federal - (1907-1912)	47
Tabela 2	Matrícula nas escolas normais do estado de São Paulo (1910-1930)	54
Tabela 3	Matrícula geral de alunos dos ginásios mantidos pelo Estado, Segundo a discriminação dos estabelecimentos em 1930	61
Tabela 4	Alunos diplomados em 1930 nos três ginásios oficiais no estado de São Paulo	62
Tabela 5	Distribuição percentual da população por curso completo, no Estado de São Paulo	74
Tabela 6	Participação total no mercado de trabalho de pessoas com 10 anos e mais, por sexo no estado de São Paulo	76
Tabela 7	Matrícula geral nas escolas do Estado de São Paulo em 1930	83
Tabela 8	População do Estado segundo os Recenseamentos Federais	84
Tabela 9	Movimento dos cursos nos ginásios do Estado, São Paulo 1939	87
Tabela 10	Porcentagem das Promoções e conclusões de curso dos ginásios e escolas normais mantidas pelo Estado em 1941	89
Tabela 11	Matrícula de alunos nos colégios e ginásios, mantidos pelo Estado nos cursos fundamentais – 1º Ciclo do Ensino Secundário (1943-1947)	91
Tabela 12	Matrícula de alunos nos colégios e ginásios, mantidos pelo Estado nos cursos clássicos e científicos – 2º Ciclo do Ensino Secundário (1943-1947)	94
Tabela 13	Matrícula de alunos nos colégios e ginásios estaduais, nos cursos clássicos – 2º Ciclo do Ensino Secundário (1944-1947)	95
Tabela 14	Matrícula de alunos nos colégios e ginásios, mantidos pelo Estado, cursos científicos – 2º Ciclo do Ensino Secundário (1944-1947)	96
Tabela 15	Matrícula de alunos nos colégios municipais e particulares nos cursos fundamentais – 1º Ciclo do Ensino Secundário (1944-1947)	97
Tabela 16	Matrícula de alunos nos colégios municipais e particulares nos cursos clássicos e científicos – 2º Ciclo do Ensino Secundário	98
Tabela 17	Matrícula de alunos nos colégios municipais e particulares nos cursos clássicos – 2º ciclo do Ensino Secundário (1944-1947)	99

Tabela 18	Matrícula de alunos nos colégios e municipais e particulares nos cursos científicos – 2º ciclo do Ensino secundário (1944-1947)	99
Tabela 19	Movimento Escolar dos cursos Secundários do Estado, cursos fundamentais – 1º Ciclo, segundo as dependências administrativas Das unidades escolares: Públicas Estaduais, Municipais Particulares (1944-1947)	100
Tabela 20	Movimento escolar dos cursos secundários no estado, cursos Clássicos e científicos – 2º Ciclo cursos científicos – 2º ciclo do Ensino secundário (1944-1947) segundo as dependências administrativas Das unidades escolares: Públicas Estaduais, Municipais e Particulares	101
Tabela 21	Movimento escolar dos cursos secundários no estado, cursos Clássicos – 2º ciclo, segundo as dependências administrativas das unidades escolares: Públicas Estaduais, Municipais Particulares	102
Tabela 22	Movimento escolar dos cursos secundários no Estado, cursos científicos -2º ciclo, segundo as dependências administrativas Das unidades escolares: Publica Estaduais, Municipais e Particulares	102
Tabela 23	Movimento didático ensino secundário 1º ciclo – (Cursos fundamentais), ensino público e particular -1947	104
Tabela 24	Movimento didático ensino secundário 2º ciclo - (Ensino clássico), ensino público e particular - 1947	105
Tabela 25	Movimento didático ensino secundário 2º ciclo (Ensino Científico)	106
	Ensino público e ensino particular - 1947	107
Tabela 26	Matrícula efetiva do ensino clássico (2º ciclo) no Estado: ensino Público e particular – 1947	
Tabela 27	Aprovações do ensino clássico (2º ciclo) no estado: ensino público Estadual e particular	108
Tabela 28	Matrícula efetiva do ensino científico (2º ciclo) no estado: Ensino público estadual e particular 1947	110
Tabela 29	Aprovações do ensino científico (2º ciclo) no estado: ensino	111
Tabela 30	Matrícula efetiva de alunos, segundo o sexo cursos normais.	112

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

EEBA	Escola Estadual Bento de Abreu
DRE	Divisão Regional de Ensino
APHPRT	Arquivo Público Histórico professor “Rodolpho Telarolli”
RHE	Revista História da Educação
RBHE	Revista Brasileira de História da Educação
PRF	Partido Republicano Feminino
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
MLF	Movement de libération dès Femmes
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 EDUCAÇÃO FEMININA: UMA HISTÓRIA DE DIFERENCIAÇÃO E DESIGUALDADES	27
2.1 As mulheres na história e suas lutas pela educação	28
2.1.2 A educação feminina no Brasil	36
2.1.3 As escolas normais, o magistério primário e ampliação das oportunidades de escolarização das mulheres no Brasil	48
2.1. 4 A escolarização das mulheres no estado de São Paulo no final do século XIX e na Primeira República	57
3 MULHERES E EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO (1930-1947)	64
3.1 A condição feminina nos anos 30 e 40 do século XX	66
3.1.2 Representações sobre as mulheres e o trabalho feminino	
3.1.3 O contexto sociocultural e educacional na Era Vargas	69
3. 2 O papel conservador atribuído as mulheres na Era Vargas	72
3. 2.1 A estruturação do ensino secundário em âmbito federal e estadual	78
3. 2.2 A expansão do ensino secundário e a escolarização feminina	82
3.2.3 O acesso das meninas no primeiro ciclo do secundário	85
3.3 O curso colegial e a diferenciação entre clássico e científico: a ascensão das mulheres na elite intelectual dos colégios	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
FONTES	117
REFERÊNCIAS	118

1- INTRODUÇÃO

O meu interesse pela investigação da história da educação feminina decorre das minhas experiências com os estudos históricos. Em 2006, tive a oportunidade de realizar um trabalho investigativo sobre a história da Escola Normal Livre Mackenzie de Araraquara, que funcionou no período de 1928 a 1938, anexa ao ginásio municipal Mackenzie, cuja, origem é parte da trajetória histórica da Escola Estadual Bento de Abreu. Tratou-se de um estudo vinculado ao “Projeto EEBA: história e memória do ensino secundário em Araraquara”, desenvolvido junto ao Núcleo de Documentação e Memória do Centro Cultural Professor Waldemar Saffioti – Unesp/ Araraquara.

O Projeto EEBA, coordenado pelas professoras Dras. Rosa Fátima de Souza e Vera Teresa Valdemarin, objetivou reconstruir a história da Escola Estadual Bento de Abreu de Araraquara, primeiro colégio de ensino secundário da cidade, cujos primórdios remontaram a 1914 com a fundação do Araraquara College. Nessa pesquisa realizei o trabalho de identificação e levantamento de fontes primárias em acervos, buscando *vestígios* de funcionamento das escolas normais livres no estado de São Paulo. A realização desse estudo foi relevante, pois a maioria dos estudos consagrados ao tema da história da formação de professores tem privilegiado a história das escolas normais oficiais, deixando na penumbra as escolas normais livres de iniciativa municipal e particular que tiveram uma significativa disseminação no início do século XX. Além da análise do currículo e das práticas escolares desenvolvidas na Escola Normal Livre Mackenzie, pude examinar a composição do corpo discente e docente e aspectos da cultura juvenil. Foi então que me deparei com a presença significativa de moças no curso normal e iniciei meus estudos sobre a escolarização das mulheres.¹ Estudos como o de Tanuri (2002) e Almeida (1999) permitiram-me, naquele momento, acercar-me da questão da feminização do magistério vista como importante alternativa de escolarização e de formação profissional para as mulheres no Brasil no final do século XIX e na primeira metade do século XX.

Contudo, no âmbito do projeto EEBA, os estudos realizados por Perez (2006) e Lameira (2008), amplamente discutidos no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Cultura e Instituições

¹ Resultados dessa investigação constam no capítulo intitulado O Ginásio Municipal e a Formação de Professores: a Escola Normal Livre Mackenzie de Araraquara (1928 – 1938) publicado na coletânea O Ginásio da Morada do Sol: História e memória da Escola estadual Bento de Abreu de Araraquara, organizada pelas Professoras Rosa Fátima de Souza, Vera Teresa Valdemarin e Maria Cristina de Senzi Zancul. Ver, Antônio; Souza, 2014.

Educacionais – GEPCIE, do qual participei como integrante, assinalavam as diferenças de escolarização de moças e rapazes no Ginásio Oficial de Araraquara. Essa trajetória de pesquisa levou-me a interrogar sobre a presença das mulheres no ensino secundário.

Os estudos sobre história da educação das mulheres têm privilegiado mais dois tipos de investigação: a feminização do magistério com a história das escolas normais (ARAÚJO, FREITAS, LOPES, 2008; BRUSCHINI; AMADO, 1988) e a história dos colégios confessionais ou leigos de educação feminina em funcionamento, especialmente, na Primeira República. Mas o que dizer da presença feminina nos ginásios e colégios? A revisão bibliográfica realizada para esta investigação aponta poucos estudos históricos sobre esse tema. Somente na última década, alguns pesquisadores se voltaram para essa problemática como os estudos realizados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC, orientados pelo Prof. Dr. Norberto Dallabrida (DALLABRIDA; SANTOS DE MELLO; MARTINI; VIEIRA, 2014) tratando das carreiras profissionais de ex-alunos/as de colégios de ensino secundário de Florianópolis, na década de 1950. Em relação a períodos mais recentes, alguns estudos têm se voltado para a presença feminina nos cursos superiores, por exemplo, Silva (2012); Tesseler (2009). Pode-se dizer que a educação da mulher no Brasil tem sido muito investigada nos últimos anos, mas ainda há muitas lacunas nos estudos históricos. A partir dos anos 70 do século XX, intensificaram-se, principalmente, os estudos sobre escolaridade feminina e o seu impacto no mercado de trabalho. Autores como Rosemberg e Pinto (1982), Miranda (1975), Bruschini (1998), entre outros puseram em evidencia as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres no que diz respeito à escolaridade e carreira profissional.

De acordo com Rosemberg e Pinto (1982), os estudos sobre mulheres e educação realizados na década de 1970 revelaram as dificuldades das mulheres modificarem padrões históricos de escolhas profissionais:

Os estudos com tais preocupações têm procurado avaliar o impacto da educação em três aspectos principais: na participação global das mulheres na força de trabalho; na distribuição das mulheres entre ramos e setores de atividade; e nas faixas salariais. Os resultados têm mostrado, de um modo geral, que: há uma alta correlação entre escolaridade e participação na força de trabalho; a expansão da escolaridade de mulheres não é acompanhada de alterações significativas e desejadas na estrutura de empregos; o nível salarial das mulheres não corresponde à sua formação educacional. (ROSEMBERG; PINTO, 1982, p. 12)

A esse respeito, Bruschini (1998) afirma que a expansão da escolaridade e o acesso das mulheres possibilitaram a elas novas oportunidades. Ressalta, no entanto, que o trabalho das mulheres não é uma decorrência apenas da escolaridade e do mercado de trabalho, pois, trata-se de um fenômeno mais complexo que envolve outros fatores como as responsabilidades domésticas, os filhos, o casamento, os valores sociais.

No que diz respeito à educação formal, a diferença de escolaridade entre homens e mulheres se manteve no Brasil por toda a história do país. Os índices de alfabetização das mulheres eram menores e a escolaridade em nível médio e superior também. Somente no final do século XX, ocorreu a reversão dessa diferença e as mulheres passaram a ter acessos a todos os níveis de escolaridade. No final do século XIX, em 1890, 85% da população brasileira era analfabeta. A inferioridade da escolarização das mulheres atingia todos os níveis de ensino, do primário ao superior. Atualmente, as mulheres são maioria em todos os níveis de escolaridade no Brasil. Para Beltrão e Alves (2009) foi a partir 1960 que as mulheres brasileiras tiveram maiores chances de ingressar no ensino superior. Os dados assinalados por Ávila e Portes (2009, p. 93) sobre essa questão são bem interessantes:

Em 2005, as mulheres representavam 55,5% dos inscritos nos vestibulares, 55% dos ingressantes e 62,2% dos concluintes nos cursos superiores. Nesse mesmo ano, observando-se a dependência administrativa das instituições de ensino superior, as estatísticas apontam que 45,2% das mulheres matriculadas nesse nível de ensino encontram-se na rede privada e 42,6% na rede pública. Em 2005, as mulheres foram maioria em cinco cursos: Pedagogia (91,3%), Comunicação Social (56,6%), Letras (80%), Ciências Contábeis (50,7%) e Enfermagem (82,9%).

Portanto, essa supremacia feminina nas estatísticas educacionais da atualidade é resultado de um longo processo histórico de gradativo acesso das mulheres na educação, fenômeno cujo alcance e significado demandam investigações aprofundadas. Como bem disseram Rosemberg e Pinto (1982, p. 14), pouco ainda sabemos sobre a utilização que as mulheres fizeram dessa passagem maior pelo sistema educacional para além da alteração de sua condição de trabalhadora profissional. As autoras também advertem sobre a relevância de investigações sobre esse tema:

É este, sem dúvida alguma, um dos temas de pesquisa que mais falta faz no panorama geral da educação feminina: o quanto e como a educação escolar tem alterado a qualidade de vida da mulher. Se há trabalhos que têm mencionado a reprodução de valores sexistas no seio da escola (...) pouco se sabe sobre as

divergências e convergências entre os diferentes agentes, inclusive a escola, no processo de socialização de meninas e meninos, propiciando ou dificultando a emergência de novas mulheres. (ROSEMBERG; PINTO, 1982, p. 14)

O objetivo desta dissertação é contribuir com a história da educação das mulheres no Brasil. O estudo privilegia o acesso das mulheres ao ensino secundário, no estado de São Paulo, no período de 1930 a 1947, quando teve início a expansão da escola secundária pública nesse estado. Como mostram os estudos de Souza e Diniz (2014), até 1930, havia apenas três ginásios públicos no estado de São Paulo: o ginásio da Capital, instalado em 1894; O ginásio de Campinas instalado, em 1886; E o ginásio de Ribeirão Preto, em 1904.

Em 1930, a matrícula nesses 3 ginásios era de 411 alunos do sexo feminino e 1.088 do sexo masculino, enquanto nas escolas particulares era igual a 4.790 alunos do sexo feminino e 16.281 do sexo masculino.

A partir de 1930, a despeito da instabilidade política vigente no estado de São Paulo durante a Era Vargas (1930 -1945), os interventores no comando do Executivo do estado investiram na difusão do ensino secundário público, demandando a colaboração dos municípios. Entre 1932-1947 foram criados 58 ginásios oficiais no estado de São Paulo. (DINIZ, 2012; SOUZA; DINIZ, 2014).

Dessa maneira, pode-se dizer que este estado foi pioneiro na iniciativa de expansão do ensino secundário público no país, instalando ginásios oficiais em número muito superior que o restante do país (DALLABRIDA; SOUZA, 2014).

Portanto, neste estudo, estabelecemos como delimitação temporal, o período de 1930 a 1947, considerado por Souza e Diniz (2014) como o período em que ocorreu a primeira etapa de expansão do ensino secundário no estado de São Paulo.

Considerando esse crescimento do número de ginásios públicos e de matrículas, formulamos as seguintes questões de pesquisa:

- Como se deu o acesso da juventude feminina às escolas secundárias públicas e privadas paulistas?
- Em que medida, a expansão das escolas secundárias públicas no estado de São Paulo favoreceu o acesso das mulheres ao ensino secundário?
- Como ocorreu o acesso das mulheres ao ensino ginásial e colegial?

Para a realização desta pesquisa, utilizamos como fontes a legislação educacional que normatizou o ensino secundário no estado de São Paulo e dados estatísticos, especialmente os Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo. A intenção foi elaborar um quadro geral sobre o crescimento das matrículas e desempenho escolar das estudantes do sexo feminino nessa primeira etapa de expansão do secundário no estado de São Paulo. Vale assinalar as dificuldades de fontes para a realização de pesquisas dessa natureza e sobre o ensino secundário, de um modo geral. No estado de São Paulo, pouco restou da documentação produzida pela Diretoria do Ensino Secundário e Normal responsável pela normatização, acompanhamento e inspeção dos ginásios, colégios e escolas normais. Periódicos específicos sobre educação secundária, referentes ao período delimitado para o estudo, são poucos e não colocavam em debate a situação da educação diferencial das mulheres (SOUZA, 2008). Haveria certamente outras fontes, como a imprensa e os arquivos escolares, pois, como bem observa Perrot (1995), a ausência de fontes não pode ser uma justificativa para a não realização de estudos históricos sobre as mulheres. A opção feita nesta pesquisa foi pela análise aprofundada dos dados estatísticos, considerando-se a importância de uma análise de conjunto sobre o desenvolvimento das matrículas no ensino secundário.

Com base nas fontes, nosso intuito foi realizar um levantamento inicial sobre a presença feminina na educação secundária paulista. Esse levantamento se faz necessário, considerando-se a carência de estudos históricos sobre a educação feminina.

A esse respeito, realizamos uma análise preliminar da produção de pesquisa sobre o tema, com base em dois periódicos especializados na área da História da Educação: a Revista História da Educação (RHE) 1997-2013 e a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) 2001-2013 buscando identificar o avanço do conhecimento sobre o objeto de estudo delimitado para a pesquisa nas últimas décadas. Em relação a revista História da Educação, considerando os 16 anos de existência desse periódico, num conjunto de 41 números, encontramos 17 artigos relacionados ao tema Mulheres e Educação. Tais como vem elucidado nos quadros abaixo:

Quadro 1. Os estudos de Mulheres e Educação na Revista História da Educação RHE (1997 -2013).

Nº registro	Autor (a)	Artigos
(1997) V. 1, n.1 Jan./jun.	TAMBARA, Elomar A. C.	A educação feminina no Brasil ao fim do século 19
(1998) V. 2, n. 3 Jan./jun	PERES, Eliane T. TAMBARA, Elomar A. C WOLF, Rita D. MEYER, Dagmar E. E.	História e educação: as relações de gênero em Pelotas no final do século 19 e início do século 20 Profissionalização, escola normal feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século 19. Concepções de professor e de professora no jornal Deutsche Post - Rs (1906-1915)
(1999) V. 3, N.5 JAN/JUL.	BASTOS, Maria H. C.; GARCIA, Tania E. M.	Leituras de formação - Noções de vida doméstica (1879): Félix Ferreira traduzindo madame Hippeau para a educação das mulheres brasileiras
(1999) V.3, N.6 JUL/DEZ	BACKES, Benício	Formação política do educador e da educadora: um encontro com a história
(2004) V. 8, N.15 JAN/JUN.	VARGAS, Hugo A. C.	La educación moral femenina según la revista El Magisterio Nacional
(2004) V. 8, n.16 JUI/DEZ	RABELO, Giani	Lembranças de aluna/professora numa escola criada por uma mineradora de carvão: memórias e significados.
(2007) V. 11, n.22 MAIO/AGO	ALMEIDA, Jane S.	A coeducação dos sexos: apontamentos para uma interpretação histórica.

(2007) V.11, N.23 SET/DEZ	PINTASSILGO, Joaquim	Reflexões históricas em torno do (eventual) sucesso da educação nova. O exemplo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1942)
(2008) V. 12, N.24 JAN/ABR	CHALMON, Carla S. BASTOS, Maria H. C.	A trajetória profissional de uma educadora: Maria Guilhermina e a pedagogia norte-americana - O kindergarten ou jardim de infância por Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1888)
(2008) V. 12 N. 25 MAIO/AGO	MANKE, Lisiane S. CAVALCANTI, Maria J. M.	Um estudo acerca da história de vida profissional de professoras primárias leigas. Estado absoluto e ensino de primeiras letras: as escolas regias (1772-1794)
(2010) V.14, N.32 SET/DEZ	AVANZINI, Alessandra	La función y el papel desempeñado por la maestra en la obra de Montessori –
(2011) V.15, N.34 MAIO/AGO	ARAGÃO, Milena C; KREUTZ, Lúcio	Representações acerca da mulher-professora: entre relatos históricos e discursos atuais.
(2013) V. 17, n. 40 Maio /AGO	FRAGA, Andréa S.	O Estudo e sua materialidade: revista das alunas-mestras da Escola Complementar/Normal de Porto Alegre/RS (1922-1931)

Em torno do tema docência, estão os seguintes conteúdos: processo de feminização do magistério, mapeamento de concepções de professor e professora na imprensa, a compreensão de professor (a) como profissionais políticos, trajetória de ex - aluna e professoras, o papel e a função de educadora nas teorias pedagógicas, o confronto entre a análise histórica e a

contemporânea acerca das representações da docência feminina e o impresso estudantil advindo das agremiações de normalistas.

Em uma discussão ampla da relação entre Mulheres e Educação estão trabalhos que discutiram acerca: das concepções ideológicas em relação à educação da mulheres, a análise de gênero nas relações urbanas sociais entre homens e mulheres, a presença da disciplina Economia Doméstica na formação da escola primária, a educação da mulher em periódico especializado e a análise das discussões progressistas sobre o processo de coeducação dos sexos.

Em se tratando da Revista Brasileira de História da Educação, considerando-se os números publicados entre 2001 a 2013, no conjunto de 32 números, encontramos 11 artigos sobre o tema Mulheres e Educação. Conforme o quadro 2 abaixo:

Quadro 2. Os estudos de Mulher e Educação na Revista Brasileira de História da Educação/ RBHE 2001-2013

Nº dos Registros	Autor (a)	Artigos
(2001) Vol.1 n. 1 [1] Jan/Jun	DIAS, Márcia H.	Tempos de Escola: fontes para a presença feminina na Educação – São Paulo- Século XIX
(2001)Vol. 1, n. 2 [2] jul./dez	GOUVEIA, Maria C. BENCOSTA, Marcus L. A.	Mestre: profissão professor (a) - processo de profissionalização docente na província mineira no período imperial (1830-1880) Mulher virtuosa, quem a achará? O discurso da Igreja acerca da educação feminina e o IV Congresso Interamericano de Educação Católica (1951)
(2007) Vol. 7 n. 2[14] maio./ago.	DURÃES, Sarah J. A.	Acerca do valor de ser professor (a): remuneração do trabalho docente em Minas Gerais (1859-1900)
(2007) Vol. 7 n. 3 [15] set./dez	MAGALDI, Ana M. B. M. NEVES, Carla V.	Valores católicos e profissão docente: um estudo sobre representações em torno do magistério e do “ser professora” (1930-1950)
(2008) Vol.8 n.3 [18] Set./dez	FERREIRA, Ana L. O. D.	Ser Stella um estudo sobre o papel da mulher e da educação feminina na Juiz de Fora do início do século XX.
(2010) Vol. 10, n.1 [22] Jan./abr.	JINZENJI, Mônica Y.	As escolas públicas de primeiras letras de meninas: das normas à prática
(2012) Vol. 11 n.1 [28] Jan./abr.	FAITHFUL, Susan A.	Uma “missão para civilizar”: a visão de educação popular do Sindicato de Mães Anglicanas e da Sociedade de Amigas das Moças (1886-1926)
(2012) Vol.12 n.1[28] jan./abr.	FERNANDES Gyna Á MORENO, Andrea	“Gesticulação nobre, sympathica e attitude digna”: educação do

	SEGANTINI, Verona C. JESUS, Luciano J.	corpo na formação de professoras (Escola Normal Modelo da Capital, Belo Horizonte, 1906-1930).
(2012) Vol. 12, n. 3 [30] Set./ dez.	MELO, Marilândes M. R. VALLE, Ione R.	Professoras catarinenses: razões para escolher e permanecer na carreira.
(2013) Vol. 13, n. 2 [32] Maio/Ago.	FORDE, Gustavo H. A.	Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação.

Na circunscrição citada acima, delineiam-se: a história da formação e profissionalização da docência feminina, educação feminina institucionalizada e educação feminina em espaços não formais.

Sob a temática da docência circunscrevem-se problemáticas que versam sobre: o processo de formação, seleção e contratação de professores públicos. As relações no determinar da remuneração de professores e de professoras no magistério público primário. A representação do professor (a) produzida e veiculada por instituições e intelectuais de notoriedade no movimento de renovação católica. As contribuições de uma determinada instituição de ensino na formação de normalistas num processo educacional religioso. A sedimentação das disciplinas escolares no instituir de saberes de formação e de conformação da corporeidade feminina. E o estudo do universo feminino através da interpretação das memórias de professoras, elucidando razões e escolha para permanência no magistério.

Na categoria educação feminina institucionalizada, ressalta-se o mapeamento na análise entre as determinações do processo de constituição da escola elementar atrelado às tensões de convivência entre as instâncias sociais na lógica binária de atendimento escolar entre meninos e meninas e a educação feminina a partir do discurso pedagógico confessional no século XX.

Em seu eixo terceiro ilustra – se a importância das organizações populares, de vertente religiosa, que, sob a conjuntura de um projeto educacional popular, ratificam o papel social da mulher como educadora religiosa ou como preceptora no difundir da educação doméstica.

O levantamento realizado possibilita-nos verificarmos que, entre os 27 artigos relacionados ao tema mulheres e educação publicados nos dois periódicos, a Revista História da Educação e a Revista Brasileira de História da Educação, no período de 1997 a 2013, não se

encontra nenhum estudo sobre a temática específica desta dissertação, isto é, o acesso das mulheres ao ensino secundário. Pode-se dizer que a questão da escolarização feminina tem sido tratada no interior da discussão sobre a história das instituições de formação de professores e a história da profissão docente. Embora o levantamento da produção realizada não tenha incidido sobre dissertações e teses é possível afirmar que, como tendência geral, são poucos os estudos que têm se dedicado à análise histórica aprofundada da escolarização das mulheres em nível primário, secundário, técnico e superior no Brasil. Assim, a presente investigação pretende contribuir com a historiografia sobre o tema realizando um exame da presença feminina na educação secundária paulista nas décadas de 30 e 40 do século XX.

Esse estudo fundamenta-se na História Cultural, especialmente no paradigma indiciário formulado por Ginzburg (1989). Para esse autor, o paradigma indiciário compreende a construção de um modo de se acercar do conhecimento. Recuperando as figuras de Giovanni Morelli, Freud e Sherlock Holmes, Ginzburg apresenta o método indiciário como forma de investigação utilizada por diferentes áreas do conhecimento. Segundo o autor, as raízes desse paradigma encontram-se no século XIX. Morelli, para avaliar a veracidade da autoria de algumas pinturas propôs analisar os pormenores, isto é, observar aspectos a que ninguém dava atenção ou que pareciam irrelevantes. Fazendo uma analogia entre a prática do investigador e do policial, como o romance de Conan Doyle (Sherlock Holmes), o autor chama a atenção para as pistas, que ajudam a desvendar um mistério e uma realidade. Para Ginzburg (1989), a prática da caça, que acompanha o homem há milênios, já consistia num tipo de investigação pelos vestígios ou pelos sinais. Dessa maneira, o paradigma indiciário na investigação histórica pressupõe a atenção aos detalhes e aos vestígios, procedimento necessário para reconstituir a história de homens e mulheres no passado.

A História Cultural começou a se interessar por toda a atividade humana. Dessa forma, ficou circunscrita a crítica a respeito da insuficiência da história centrada apenas nos fatos históricos. Esse se revelou e revela-se como um conhecimento limitado para representar os sujeitos que compõem a sociedade. Ao tratar-se da complexidade da representação que o conceito civilização exige, é preciso ir além das possibilidades momentâneas expressas pelos fatos históricos. Esses devem ser entendidos como um fator resultante de visões de mundo (CHARTIER, 2003).

Para isso, torna-se necessário a História descentrar suas evidências das amarras a que a caracterizavam como uma *história das aparências ilusórias*, assim como salientou Le Goff. Para tanto, já se colocava a necessidade de se pensar a história não mais com foco, apenas, nas ações dos homens eminentes, o que lhe permitiria também reordenar a ênfase exagerada no determinismo das questões políticas.

Diante disso, seria possível pensar a respeito do emprego do tempo nos registros históricos, não mais cerceados pelas particularidades de um determinado setor social. Esse fenômeno passaria a ser visto imerso em meio ao seu contexto e a sua época. Assim, dentro das vias oferecidas pela história dos costumes, residia a possibilidade de delimitar-se a conjectura de uma história total, (LE GOFF, 1990; SAHLINS, 2006).

Essa investigação fundamenta-se também nos estudos sobre história das mulheres que, a partir do movimento feminista dos anos 1960/70, configurou-se como um novo campo de estudo na história. Para história das mulheres, o feminismo designou tanto mudanças estruturais (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil e direito à instrução) como o aparecimento coletivo das mulheres na cena política (FRAISSE; PERROT, 1991).

Tais estudos distanciam - se de tentativas anteriores de estudar o passado sob o prisma da racionalidade imutável, do ser universal, em sistemas abstratos, para a história da especificidade do singular, na trama em meio ao seu cotidiano (HUNT, 1992; DIAS, 1994).

A história social das mulheres, a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina, busca desvelar as mulheres num conjunto emaranhado de suas múltiplas funções, preocupações, atitudes variadas que se inter-relacionam e acabam por constituir um *modus vivendi* (DIAS, 1992).

A fim de explicitar a experiência comum² de jovens mulheres a uma normatização de educação pública que até o período republicano lhes era indiferente, esta dissertação encontra-se estruturada em dois capítulos: o primeiro intitulado “A educação feminina: uma história de diferenciações e desigualdades” tem por objetivo contextualizar o processo de educação das mulheres desde o século XIX até meados do século XX, destacando a diferenciação em relação à educação de mulheres e homens, especialmente no ensino secundário.

² No sentido de mapear os valores tacitamente aceitos em uma sociedade (Burke, 2011)

O segundo capítulo denominado “Mulheres e Educação Secundária no estado de São Paulo” tem por objetivo elucidar o acesso feminino aos ginásios e colégios de ensino secundário, a partir da expansão significativa da rede estadual, no período de 1930 a 1947. O capítulo inicia-se com uma breve contextualização da condição feminina no estado de São Paulo no período histórico delimitado. Na sequência, parte de aspectos da organização do referido nível de ensino para lançar luz a vestígios da presença feminina no 1º e 2º Ciclos do ensino secundário paulista.

2 EDUCAÇÃO FEMININA: UMA HISTÓRIA DE DIFERENCIAÇÃO E DESIGUALDADES.

A mulher hoje, para poder cooperar com o homem na grande obra de elevação e redenção do mundo, precisa estar aparelhada, para isso, por uma perfeita e integral educação. (...)

A educação futura da mulher, diante do enorme e complexo mundo de problemas sociais, morais e jurídicos que surgem a cada dia, para a geração presente, e para as que lhe sucederem representa de fato, um sério e grave fato de grandes consequências.

(Revista Feminina, “A Educação da Mulher”, Julho de 1923, *apud* Abrantes, 2006, p. 4)

O direito à educação como condição para elevar a condição feminina fez parte dos discursos sobre a emancipação feminina no início do século XX. A epígrafe que inicia este capítulo compreende um excerto de um artigo publicado numa revista feminina que circulou no estado de São Paulo na Primeira República – a Revista Feminina. Apesar de se oporem ao feminismo revolucionário, radical e anárquico, as articuladoras dessa revista problematizaram inúmeros temas como o papel da mulher na sociedade brasileira, educação das crianças, voto feminino, feminismo, trabalho feminino e educação feminina. A educação da mulher foi tratada nessa revista como um dos mais urgentes problemas do feminismo. Mas o direito à educação, reivindicado por essas mulheres, reagia contra a educação ornamental predominante nos colégios femininos. O que pleiteavam as articulistas da Revista Feminina, assim como outras mulheres, à frente da imprensa feminina, como no *Jornal das Moças e Vida Doméstica*, periódicos publicados no Rio de Janeiro, era uma educação que preparasse as mulheres para a vida na sociedade do novo regime republicano (ABRANTES, 2006). O horizonte era o conhecimento, que descortinava novas possibilidades de integração feminina na vida social. E, nesse sentido, era preciso que a mulher desenvolvesse seu cérebro:

Façamos trabalhar esse órgão, obrigando-o a cavar-se pelos conhecimentos ainda semeados muito à flor da terra. Acho que a mulher é apta a adquirir todos os

conhecimentos. Estude ela o que quiser, faça do que aprender o uso que lhe convier, buscando sempre a sua autonomia. (...) Faça-se autônoma a mulher na união e sempre pela união. O Feminismo conservador pode conservar-se passivo, que o feminismo liberal trabalhará quanto puder, pelo avanço das conquistas femininas. Esse liberalismo não é revolucionário, mas reformador – a bem da mulher, a bem do homem, a bem do conjunto. Conseqüentemente o feminismo liberal pede reformas a bem da Pátria. (Revista Feminina, “Pelo voto feminino”, fevereiro de 1928, apud Abrantes, 2006, p. 5).

O déficit educacional das mulheres começou a diminuir no Brasil após a Proclamação da República, quando os governos estaduais iniciaram políticas efetivas de expansão da instrução pública primária, promovendo o acesso à escola em igualdade para meninos e meninas. Porém, nos níveis mais elevados de ensino, essa diferenciação haveria de perdurar por quase todo o século XX.

O objetivo deste capítulo é contextualizar o processo de educação das mulheres no Brasil no século XIX e início do século XX, destacando a diferenciação em relação à educação dos homens, especialmente no ensino secundário. O capítulo se inicia situando as lutas pela educação feminina no interior da história das mulheres e do feminismo. Na sequência, apresenta um quadro da educação feminina no Brasil no século XIX e no início da República. Considerando a relevância do magistério para a educação feminina, o capítulo desenvolve um item assinalando a feminização do magistério e o acesso maciço das mulheres às escolas normais. Por último, discorre sobre a presença feminina na educação secundária no estado de São Paulo, na Primeira República.

2.1-As mulheres na história e suas lutas pela educação

Para entendermos a reversão das diferenças entre mulheres e homens na educação, além de enveredarmos pela trajetória histórica das mentalidades sóciofamiliares a respeito da prática institucional e cotidiana da educação feminina, é preciso também compreender como as mulheres romperam com a tradição cultural do patriarcado no âmbito da escrita de suas histórias e as contribuições sociais para as materialidades na educação feminina.

O estudo histórico das mulheres no Brasil é bem recente, datando do final da década de 1970 e de 1980. Não somente no Brasil, mas em todo o Ocidente, demorou muito a História voltar-se para a temática das mulheres. O momento em que isso ocorreu é discutido entre os

historiadores. Para alguns, a renovação da História decorrente da Escola dos Annales teve grande importância. Outros, no entanto, ressaltam a contribuição do movimento feminista e as mudanças no campo científico ocorrido no final do século XX (SILVA, 2008). A esse respeito, Michelle Perrot (1995) afirma que apesar das importantes mudanças introduzidas na História pelos Annales, Marc Bloch e Lucien Febvre deram pouca importância à figura feminina, pois, estavam atentos à história social. Para essa historiadora, o fator decisivo foi o próprio movimento das mulheres. Em relação à França, ela cita a fundação do *Movement de Libération des Femmes* (MLF), dos anos 1970, que pôs em destaque a reflexão sobre a diferença entre os sexos. Nos anos 1980, ocorreram diversos eventos acadêmicos na França problematizando a condição feminina, e surgiram periódicos especiais para os estudos femininos. Outro fator importante para a consolidação da História das mulheres, na opinião de Perrot, foi a publicação em 1992 da obra coletiva *Histoire des Femmes en Occident*, que aglutinou um conjunto significativo de estudos, problematizando a diferença e a relação entre os sexos. Nesses termos, para Perrot, a história das mulheres, ainda que constitua uma abordagem consolidada, pressupõe desafios:

Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos. Escrever tal história significa levá-la a sério, querer superar o espinhoso problema das fontes ('Não se sabe nada das mulheres', diz-se em tom de desculpa). Também significa criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicar os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma leitura possível. (PERROT, 1995, p. 9)

Concordando com Michelle Perrot, Dias (1992) afirma que o campo de estudos sobre mulheres em sociedades não pode ser cerceado por definições, pois cabe ao pensamento feminista destruir parâmetros mais do que construir marcos teóricos nítidos. Tal estudo pressupõe o distanciamento de balizas epistemológicas tradicionais, como os do sujeito universal que norteavam as Ciências Humanas no passado.

Pallares–Burke (2000) destaca o trabalho de Natalie Zemon Davis e sua contribuição para a história das mulheres. Essa historiadora destaca as várias possibilidades de interpretação da vida das mulheres afirmando que “(...) O importante é lembrar a rede de relações e conexões em

que as mulheres estão envolvidas, pois esse é o único modo de vê-las num todo” (apud PALLARES-BURKE, 2000, p. 99). Nesse sentido, ela enfatiza a necessidade de superar o que fora produzido nos séculos XVII e XVIII. Para além das histórias delimitadas em mulheres pertencentes à alta sociedade, indicou a necessidade de trabalhos com destaque para atuações de mulheres pouco conhecidas.

A importância do movimento feminista para a História das Mulheres não pode ser subestimado, segundo autores como Bruschini (1998) e Del Priore (2001), pois, segundo elas, foi o feminismo que evidenciou a ausência da figura feminina no campo da História criando as bases para as investigações sobre o tema feitas por historiadoras.

O feminismo, como ideologia política, configurou-se no século XIX, porém é somente a partir da década de 1970 que ele se afirma no campo acadêmico impondo-se como tendência teórica inovadora e de forte potencial crítico e político (SILVA, 2008). A partir de 1980, final do século XX, começaram a surgir os primeiros estudos históricos sobre as mulheres no Brasil marcados pela preocupação com a dialética dominação *versus* opressão não levando em conta as resistências das mulheres. Esses estudos focaram mais o período colonial tratando das senhoras de engenho e das escravas. Eles também ressaltaram o discurso moralizador sobre o uso dos corpos das mulheres. Na década de 1990, surgiram novos estudos colocando em relevo a participação feminina ativa na sociedade brasileira, no período colonial e imperial. Mais recentemente, as pesquisas incorporaram novas fontes e a história do tempo presente ampliando os recortes temporais e abarcando períodos mais próximos. Como afirma Silva (2008, p. 228):

Surgiram, assim, estudos importantes sobre a participação das mulheres no mundo do trabalho nas fábricas do século XIX e primeiras décadas do XX (RAGO, 1997); sobre a expansão da educação feminina (LOURO, 1997); e sobre o surgimento de publicações organizadas por e destinadas para as mulheres (BASSANEZI, 1996). Estudos que, gradativamente, aqueceram o debate e deram musculatura à historiografia das mulheres.

Portanto, na perspectiva histórica, trata-se de se reconstituir ou redefinir os processos de subjetividade, de identidade, da própria racionalidade do mundo contemporâneo. Ou seja, ir ao passado para se compreender os elementos de uma interpretação do presente, a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina.

A abordagem perspectivista propriamente histórica é uma das múltiplas abordagens metodológicas para os estudos de mulheres, ao propiciar o esforço feminista de reelaborar os estudos das mulheres fora da linguagem das teorias e da ordem simbólica in abstracto. A abordagem historista - historizante incorpora mudanças, aceita a transitoriedade do conhecimento, dos valores culturais em processo de transformação no tempo. Essa abordagem se distânciava da oposição masculino e feminino como uma carga de definições culturais herdadas do passado como se fossem necessárias e fixas ou inatas, tal como afirma Silva (1992):

A hermenêutica do cotidiano, que consiste na teoria possível dos estudos feministas, remete por sua vez à hermenêutica das Ciências Sociais. Os estudos feministas abrem-se para um campo essencialmente multidisciplinar, onde a perspectiva de uma pluralidade de métodos é interessante e mesmo imprescindível para a reconstituição crítica da experiência social das mulheres de modo a documentar toda a sua diversidade e explorar *ad infinitum* as diferenças. (SILVA, 1992, p.51)

Em relação às lutas das mulheres pela educação no Brasil, Ezequiel Souza (2010) aponta que essa foi a principal bandeira defendida pelo feminismo brasileiro desde o século XIX. As mulheres cultas que se pronunciaram a esse respeito acreditavam que a transformação da condição das mulheres ocorreria com a mudança do modo como elas eram vistas na sociedade e isso seria facilitado se elas ocupassem posições e profissões de prestígio. Numa sociedade em que a educação preparava homens e mulheres para destinos diferentes, ou seja, os homens para o trabalho e as atividades de domínio público e as mulheres para serem boas mães e boas esposas, a defesa da educação das mulheres exaltava a necessidade de acesso à educação escolar. Souza (2010) ressalta também que as resistências à escolarização feminina foram lentamente superadas pelos homens e mulheres ao longo do século XIX, à medida que se difundiu uma nova sensibilidade em torno do papel da mulher como guardiã do lar e educadora das crianças. Dessa maneira, educar as mulheres começou a ser visto como socialmente relevante, pois elas deveriam formar os cidadãos do Império e, posteriormente, da nascente República.

Ezequiel Souza (2010) ressalta o papel desempenhado pela escritora, jornalista e abolicionista Josefina Álvares de Azevedo, que escreveu inúmeros artigos na imprensa defendendo os direitos das mulheres, entre eles, o direito à educação. De fato, a imprensa

feminina foi um importante veículo de difusão das ideias feministas no século XIX até meados do século XX. A esse respeito, Beltrão e Alves (2009) assinalam a existência de vários jornais dirigidos por mulheres no século XIX, como: *Jornal das Senhoras* (1852), *O Bello Sexo* (1862), *O Sexo Feminino* (1873), *O Domingo e Jornal das Damas* (1874), *Myosotis* (1875), *Echo das Damas* (1879), entre outros. Segundo os autores, todos esses jornais ressaltavam a importância da educação feminina, mesmo que fosse uma educação calcada nos valores familiares e na glorificação das funções de esposa e mãe. “A despeito das limitações de tiragem e conteúdo, aos poucos a imprensa feminina foi firmando a ideia de que a educação era fundamental para o progresso do país e para a emancipação das mulheres.” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 132). No início do século XX, seguindo a tendência de discussões internacionais e nacionais, aos poucos a imprensa ratificou o papel da educação feminina não apenas para o desenvolvimento do país, mas também, para a emancipação das mulheres.

A diferença entre homens e mulheres, além de delimitar práticas sociais, especificou também os espaços de socialização. A divisão sexual do trabalho, delimitada na compreensão do equipamento biológico sexual como explicação para as manifestações de comportamento diferenciado, designou às mulheres atividades domésticas e de reprodução. No entanto, aos homens estavam abertos os canais de projeção e circulação em atividades extradomésticas e produtivas.

Frente a esta cultura sexista patriarcal, as mulheres tiveram menor acesso à escola do que os homens que tinham melhores oportunidades educacionais e trabalhos remunerados. A educação de mulheres, baseada nas tradições religiosas, edificou-se socialmente em modos educativos paralelos que previam instituições de ensino cuja ênfase estava em conteúdos e designações diferentes.

Sobre a educação feminina residiu o embate entre práticas pedagógicas diferentes. As escolas católicas apregoavam a educação tradicional e separada, enquanto as protestantes pregavam a coeducação e a igualdade de gênero. Porém, no sentido social, as duas religiões concordavam que o lugar da mulher era cuidando da vida, da família e do lar. (ALMEIDA, 2007)

Segundo Almeida (2007), a visão positivista impediu os educadores de enxergar o verdadeiro sentido da coeducação. Sentido esse que se definia por uma visão não excludente, na qual as mulheres teriam o direito de receber os conhecimentos próprios do mundo público,

transmitidos apenas aos homens. Na supremacia da visão biológica, as mulheres foram vistas como essencialmente reprodutora, sendo assim, haveria de se edificar práticas compatíveis com a sua função social.

As conquistas femininas foram parciais e progressivas. De condições adversas e sujeitas a estereótipos, as mulheres ora foram excluídas dos seus direitos de cidadania ora gozaram de uma liberdade e direitos abstratos. Segundo Louro (2008) e Beltrão Alves (2009), com exceção das alforriadas, as mulheres negras, enquanto escravas, não gozavam de direitos de cidadania, as demais viviam em isolamento relativo, visto que havia severas restrições ao acesso à escola e ao trabalho extradoméstico.

Na transição do século XIX para o século XX, o acesso à educação foi defendido por homens e mulheres progressistas. No entanto, como ressalta Souza (2010), a maioria dos homens defendia a educação feminina como um elemento importante para a formação dos cidadãos, ou seja, eles não viam a educação das mulheres como fator de promoção e de liberação feminina, mas um elemento importante para que as mulheres desempenhassem melhor o papel reservado para elas na sociedade. As mulheres, por sua vez, denunciaram essa opressão como o fez a professora gaúcha Luciana de Abreu. “A genialidade dessas defensoras dos direitos das mulheres estava em utilizar os mesmos argumentos que os homens utilizavam, afirmando que o desenvolvimento do Brasil só seria possível com uma maior valorização das mulheres, citando como exemplo os países desenvolvidos.” (SOUZA, 2010, p. 115).

É interessante apontar que os discursos sobre educação para as mulheres ao longo do processo histórico de educacional no Brasil no início do século XIX e século XX apresentavam determinadas características, isto é, ao mesmo tempo em que a educação era vista como um elemento de contenção, também era uma possibilidade existente para a emancipação desse grupo. Desse modo, compreende-se que os discursos subsidiam os modos de pensar e também as maneiras de agir que se sedimentam e se legitimam, sendo capazes de criar verdades sobre as mulheres e seus papéis na sociedade. Observa-se, portanto, que essas verdades criadas com relação à mulher e a educação foram utilizadas como estratégias discursivas enunciadas tanto pelos homens quanto pelas mulheres que estavam envolvidas em movimentos de emancipação feminina.

Os processos de transformação de mudanças econômicas no país, atrelados às concepções ideológicas do movimento de mulheres impulsionaram uma redefinição do papel social da mulher.

A instituição do regime republicano consagrou os ideais liberais de educação no Brasil. Em várias regiões do país, os republicanos defenderam princípios como a universalização da instrução pública, o que pressupunha o amplo acesso das crianças de ambos os sexos ao ensino primário, a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar, a laicidade e a liberdade do ensino. Além da mudança no âmbito das “mentalidades”, os poderes públicos de vários estados da federação implementaram políticas efetivas de expansão do ensino primário. Juntamente com a difusão da instrução pública cresceu a demanda pela formação de professores e a expansão das escolas normais. Consequentemente, um maior número de mulheres pôde ter acesso à escolaridade de nível médio por meio dos cursos do magistério. Essas políticas de ampliação das oportunidades educacionais repercutiram na escolarização das mulheres como será analisado no decorrer desse capítulo.

O discurso feminista brasileiro, veiculado por mulheres das classes cultas e letradas em ampla discussão com os movimentos de mulheres internacionais, passou a questionar a situação social reducionista imposta às mulheres brasileiras por décadas. Como mostram os estudos de Hahner (2003) e Souza (2010), os primeiros movimentos organizados de mulheres no Brasil ocorreram no início do século XX. Em 1910 surgiu o Partido Republicano Feminino (PRF) fundado por um pequeno grupo de mulheres lideradas por Leolinda Daltro e Gilka Machado. “Em sua plataforma de governo, além do direito ao voto, estava a defesa da independência e da emancipação feminina.” (SOUZA, 2010, p. 116). No entanto, esse partido teve vida curta chegando ao fim em 1919. Em 1920, foi criada a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) que desempenhou um papel importante na divulgação das ideias feministas e na adesão de simpatizantes à causa do direito feminino ao voto. A líder da Federação Brasileira para o Progresso Feminino era Bertha Lutz que escreveu muitos artigos nos jornais defendendo o sufrágio feminino. Ao reivindicarem o acesso à educação e o direito ao voto, vislumbravam o fim da fronteira entre o público e o privado através de práticas sociais igualitárias. Desse modo, os estatutos ideológicos, o discurso da naturalidade, que justificavam a diferença entre mulheres e homens a partir dos aspectos biológicos, não poderiam mais qualificar nem definir a inserção

social dos sujeitos. Ao atrelarem o direito à educação e o direito ao voto como forma para a conquista de um ideal político, colocaram para as mulheres a condição de desmitificar suas práticas sobre o primado dos aspectos dos estereótipos do sentimento com que foram definidas junto aos homens pelo cunho da inteligibilidade, dando-lhes condições de serem vistas como força de trabalho produtivo.

O direito ao voto foi conquistado pelas mulheres brasileiras em 1932, ampliando-lhes os direitos de cidadania. No âmbito da educação, a crescente expansão do ensino secundário só aconteceu a partir dos anos 30.

Na educação, as ideias coeducativas também caminhavam lentamente, havendo muita resistência em tornar igualitária a educação de meninos e meninas. E apesar das escolas públicas terem alunos dos dois sexos compartilhando o mesmo ambiente, ainda havia disciplinas separadas para eles, o que mantinha a ordem vigente da sociedade. A coeducação tinha como princípio propiciar a igualdade entre homens e mulheres num meio sociocultural em que iria estabelecer um paradoxo com a destinação feminina, erigida no culto à domesticidade. Afinal, a independência financeira das mulheres, obtida através de uma educação igual a dos homens, ocasionaria uma ruptura de valores de outrora e poderia estabelecer uma desordem social e, se mantida dentro dos limites, não representaria ameaça aos valores tradicionais, que pregavam que a educação feminina devia manter-se restrita aos bons costumes e bom desempenho nas atividades domésticas e dedicação à família.

No final do século XIX as proposta coeducativas surgidas no meio intelectual brasileiro buscavam atender ao ideal de igualdade social pela via escolar por parte dos segmentos progressistas, além de medida de economia do estado quanto à educação popular.

Nas escolas públicas paulistas e nas escolas protestantes, meninos e meninas às vezes se reuniam para educação conjunta, mas, mesmo assim, havia posturas diversas quanto aos fins da tarefa educativa, pois os destinos dos homens e mulheres na futura vida social eram completamente diferentes.

Com a proximidade da República e a intensa disseminação dos ideais igualitários, o velho conceito de mundos separados para os dois sexos ainda vigorava no panorama educacional. As elites brasileiras, embora ligadas ao modelo europeu, mostravam uma ligeira inclinação ao modelo norte-americano, sendo esse ideal cada vez mais acentuado nas décadas seguintes. As

ideias norte- americanas inspiravam os adeptos da coeducação. Eles alegavam que esse método era eficaz e benéfico, pois preparava ambos os sexos para a vida em comum.

Com o advento do desenvolvimento econômico nos anos de 1930, através da urbanização e industrialização somadas aos novos primados de democracia e participação social, ideais fortalecidos nos discursos políticos, trouxeram a racionalização ao âmbito social, através do aumento das possibilidades educacionais e profissionais para homens e mulheres. A condição de vida urbana, além de possibilitar às classes sociais o acesso à informação e à cultura, também permitiu diminuir as distâncias entre homens e mulheres.

2.1. 2-A educação feminina no Brasil

A diferença sistemática nos níveis de escolaridade entre homens e mulheres, manifesta na desigualdade do acesso a escola, fez parte do sistema educacional brasileiro. Entretanto, diferentemente de alguns países, ao longo do século XX consolidou-se no Brasil a reversão da diferença educacional através da supremacia feminina em todos os níveis de ensino. Tratou-se de uma conquista nacional feminina dentro de um plano maior de lutas, não só dos esforços históricos do movimento feminista, mas também das ações dos organismos internacionais em prol da eliminação das discriminações contra o sexo feminino em todos os campos de atividade, a fim de propiciar maior autonomia e (empoderamento) poder às mulheres.

As diferenças sistemáticas nos níveis de escolaridade de homens e mulheres prevalecentes no Brasil até a segunda metade do século XX decorreram de condições históricas e estruturais da conformação da sociedade brasileira. No século XIX, as mulheres foram excluídas dos graus mais elevados de instrução. A educação de algumas meninas e meninos de camadas populares ocorria de acordo com as poucas e precárias disponibilidades financeiras dos poderes públicos locais em difundir os primeiros rudimentos do ler, do escrever, do contar e o ensino de religião. A grande maioria das mulheres estava designada ao analfabetismo, tendo por ensinamentos os aspectos cotidianos dos afazeres domésticos.

Dentro de um projeto conservador, de formação e manutenção de estruturas macro e micro sociais hierárquicas, a elite agrária edificou para educação de seus filhos um quadro dual de instituições com finalidades sociais diferentes. Sem a necessidade de articulação com o ensino primário, no âmbito público, destinado apenas aos homens, edificaram-se estudos secundários,

sob a regulamentação indireta do Poder Geral ao especificar o tipo de conteúdo necessário para adentrar o ensino superior. Desse modo, o Colégio Pedro II, assim como os liceus provinciais e aulas avulsas, voltaram suas ações para a formação humanística e distintiva voltada exclusivamente ao sexo masculino. Como havia uma relação direta entre a conclusão das disciplinas do secundário e os exames de ingresso no ensino superior, o acesso das mulheres ficou restringido, uma vez que o espaço público profissional privilegiado por meio do acesso à vida política, jornalística e literária esteve destinado aos homens. (HAIDAR, 1972; CUNHA, 2008; SOUZA 2008). No âmbito deste estudo, não foi possível identificar a existência de alguma legislação específica restringindo o acesso das jovens nesses colégios públicos, embora pagos. Tudo leva a crer que o costume e a moral fortemente impregnada dos valores católicos possam ter contribuído para esse afastamento das mulheres das instituições públicas de ensino secundário no século XIX.

A educação das jovens da boa sociedade, diferentemente do sexo masculino, não se configurou como um projeto dos poderes públicos, nem mesmo possuía articulação com o ensino superior. Desse modo, foi incisiva a ação particular de preceptoras e, posteriormente, a prática das instituições particulares. Ou seja, tratou-se de um processo isolado de alfabetização para depois firmar-se numa prática institucional. A esse respeito, Maria de Lourdes Haidar (1972) afirma que, na segunda metade do século XIX, cresceu significativamente o número de estabelecimentos particulares organizados por senhoras estrangeiras sob o regime de internato e externato para a educação das meninas. Esses colégios funcionavam normalmente na casa das próprias diretoras. Essas instituições, embora envolvessem um número reduzido de conhecimentos, ofereciam uma formação adequada a uma dama. Nessas instituições, a projeção social dos trabalhos desenvolvidos era diferente na Corte (no Rio de Janeiro) e nas províncias. Enquanto na corte os acontecimentos sociais dos colégios, as matinês musicais, os saraus, os bailes e os jantares tornavam-se centros de reunião da melhor sociedade, nas províncias, além do recato feminino, os poucos colégios existentes enfatizavam as prendas domésticas (HAIDAR, 1972).

Ainda de acordo com a autora, nos primeiros tempos do Império, a educação das jovens de boa família era feita nas casas grandes das fazendas sob a orientação dos pais e de preceptores. Essa instrução compreendia as primeiras letras, o aprendizado das prendas domésticas e das boas

maneiras, além de leitura escrita, noções de música e danças, bordados finos, quitutes caseiros e, em alguns casos, a língua francesa. Posteriormente, no final do século XIX, quando surgiram os colégios femininos, essas instituições ministravam saberes necessários à formação das mulheres das elites: leitura e escrita, cálculo, dança, piano, trabalhos de agulha, uma ou duas línguas estrangeiras e as regras de etiqueta. Essa formação estava comprometida com a mentalidade social dominante acerca da mulher ideal, aquela que nascera para ser dona de casa, esposa e mãe cujo fim maior era doar-se para o bem estar dos outros. (ALMEIDA, 1996; BASSANEZI, 2008; LOURO 2008).

Apesar dessa mentalidade predominante, algumas vozes mais liberais pronunciaram-se a favor da educação feminina no século XIX como, por exemplo, o deputado Paranhos, que afirmou:

Cumpre fixar bem o programa da revolução que pelos meios pacíficos e constitucionais me proponho fazer para libertar o belo sexo do cativo em que vive. Fique bem entendido que não quero reviver as loucas e funestas tentativas de Catarina Theot, de Olimpia de Gouges a fundadora de sociedades livres, e outras notabilidades femininas que pretenderam emancipar-se da tutela dos homens e aspiraram aos mesmos empregos e direitos que êles (...). Quero que as mulheres não vivam entre nós quase como na Turquia, constantemente encerradas, que não apareçam somente nos bailes, nas procissões e igrejas; que não aprendam somente a desmamar meninos a vestir á moda, a cantar e polcar.”
(Paranhos 1851 apud HAIDAR 1972, p 234)

Nota-se assim, no discurso representativo da mentalidade social da época, que o antigo comportamento feminino, de enclausuramento doméstico e de preservação da ignorância, herdado da tradição Portuguesa, tornava-se incompatível com a proposta de mundo moderno incorporada pela oligarquia brasileira. Esse desejo de modernidade dizia respeito às relações políticas e econômicas, isso é, às formas políticas e à produção capitalista. No entanto, essa elite não queria a extensão do moderno nas relações sociais, pois, não desejava uma educação que mudasse o papel social da mulher na sociedade. Pode-se dizer, portanto, que no âmbito da educação feminina a oligarquia manteve-se conservadora. Para tanto, aliou-se à igreja, sobretudo

a Católica, religião de maior repercussão no país, a fim de que o pressuposto do dogma religioso, a fé e a moral cristã, pudessem orientar não só as práticas educacionais, mas também a própria formação pessoal das donas de casa.

A despeito da visão conservadora sobre as mulheres, algumas contestaram os padrões vigentes na época. Destaca-se, por exemplo, a formação de Dionísia Gonçalves Pinto, Nísia Floresta³, nascida em 1810, no sítio Floresta, na povoação de Papari, no interior do Rio Grande do Norte, que teve contato com a cultura europeia, na cidade de Goiana no interior do Pernambuco, através da biblioteca do Convento das Carmelitas. Essa mulher,⁴ a frente de seu tempo, adepta das ideias liberais, advogou sobre os direitos das mulheres e trouxe para o âmbito feminino uma experiência institucional inovadora para a época. De acordo com Barbosa (2006), no jornal do Comércio, em 31 de janeiro de 1838, anunciava-se sobre Nísia Floresta e sua instituição de ensino:

D. Nísia Floresta Brasileira Augusta tem a honra de participar ao respeitável público que ela pretende abrir no dia 15 de fevereiro próximo, na rua Direita n° 163, um colégio de educação para meninas, no qual, além de ler, escrever, contar, coser, bordar, marcar e tudo mais que toca a educação doméstica de uma menina, ensinar-se-á a gramática a língua da nacional por um método fácil, o

³ Segundo Haidar (1972) o colégio foi fundado em 1838, na Corte, cuja tônica estava nos estudos de línguas em detrimento das agulhas.

⁴ Segundo Barbosa houve outras mulheres que desafiaram os costumes do século XIX e XX, que usaram a imprensa para divulgar a causa feminina: Joana Paulo Manso de Noronha, Julia de Albuquerque Sandy Aguiar, Francisca Senhorina da Motta Diniz, Josefina Álvares de Azevedo, Presciliana Duarte de Almeida, Júlia Lopes de Almeida e Júlia Cortines (BARBOSA, 2006, p.17)

Contemporânea de Nísia, a gaúcha, Ana Eurídice Eufrosina, em 1837, escreveu Diálogos, denunciando a opressão feminina e defendendo participação das mulheres no cenário político. Na obra, encontram-se alguns dos ideais defendidos por Mary Wollstonecraft, cujo livro Nísia traduziu e adaptou em 1832 (BARBOSA, 2006, 22)

Negra e também nordestina, a maranhense Maria Firmina dos Reis (1825/1917), considerada a primeira romancista brasileira, escreveu Úrsula, romance abolicionista publicado em 1859 (BARBOSA, 2006, p34)

A participação das mulheres brancas e da elite, na luta pela abolição, é episódio pouco contado pela história oficial. Entretanto, desde o século XIX, no Norte e Nordeste, elas já se organizavam na Sociedade das Senhoras Libertadoras. Dentre suas integrantes, destacam-se, entre muitas outras espalhadas pelo país, Maria Tomásia Figueira, Maria Correa do Amaral, Elvira Pinto, Elisa de Faria Souto, Olímpia Fonseca e Filomena Amorim.

Antonietta de Barros, mulher negra destacou-se na história brasileira, como educadora e jornalista, fundando em 1922, o periódico, ainda com o jornal *A Republica*, de 1931 a 1936, escrevendo crônicas com o pseudônimo de Maria da Ilha. Integrante da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1934, torna-se a primeira mulher negra a assumir um mandato político no Brasil, eleita deputada estadual pelo Partido Liberal Catarinense. (BARBOSA, 2006, p. 36,)

francês, o italiano, e os princípios mais gerais da geografia. Haverão igualmente neste colégio mestres de música e dança. Recebem-se alunas internas e externas. A diretora, que há quatro anos se emprega nesta ocupação, dispensa-se de entreter o respeitável público com promessas de zelo, assiduidade e aplicação no desempenho de seus deveres, aguardando ocasião em que possa praticamente mostrar aos pais de família que a honrarem com a sua confiança, pelos prontos progressos de suas filhas, que ela não é digna da árdua tarefa sobre si toma. (...) (BARBOSA, 2006, p.25)

Haidar (1972), também ressalta a importância das ordens religiosas femininas na criação de colégios para a educação das mulheres. Ela aponta que os colégios femininos organizados com cursos completos e regulares de instrução secundária tiveram dificuldades de se manterem por falta de alunas que recorriam à precocidade dos estudos preparatórios para exames parcelados. Fato que vinha de encontro à mentalidade tradicional da época que considerava os estudos demorados impróprios às mulheres.

Em relação ao estado de São Paulo, destacam-se os estudos de Manoel (1996) e Ribeiro (1996), sobre a educação de mulheres em duas instituições de ensino que trouxeram características peculiares, respectivamente, o Colégio de Nossa Senhora do Patrocínio das Irmãs de São José Chamberry de Itu (1859-1919) e o Colégio Florence (1863-1889) de Campinas. A história de tais instituições além de marcar o papel ativo de mulheres na função de educadoras que se especializaram em um determinado tipo de formação e construíram suas práticas no exercício diário da profissão, lançaram as bases para aspectos da educação feminina paulista.

A presença de um grau significativo de inter-relação entre professoras e alunas dentro de dimensões religiosas, que tomadas de um sentido de missão, articulado, por sua vez, à condição feminina, configura-se como um aspecto crucial na construção de suas identidades. (MAGALDI e NEVES, 2007).

Assim como, representado na imagem feminina ilustrada no discurso da formanda Celeste do Prado Sarti, do Colégio de Nossa Senhora do Patrocínio em Itu, em 13 de dezembro de 1916:

Caía a tarde pulquérimo e amena. Na placidez cerúla e impoluta do espaço ruborizado pelos últimos afagos do sol poente, descambante e lânguida vagava uma melancolia suave, que enchia a alma de uma indefinível e dulcíssima saudade. O crepúsculo de manso envolvia no véu cinzento o mago e virente panorama que apresentava a natureza primaveril dos arredores de Roma. Através desses frouxos clarões do dia findo, via-se um homem, com olhar perscrutador, seguindo a passos furtivos uns escavadores de ruínas. Começa-se o trabalho – o sábio arqueólogo ouve, não sem ansiedade, uns após outros, os

golpes da picareta. Eis que de súbito no meio da terra úmida encontram uma pedra tumular. O arqueólogo, que dirige as pesquisas sôfrego, debruça-se. Não tarda reconhecer nesse monumento, descoberto após tantos séculos a sepultura de uma mulher. Estremece! Acharia nesses destroços respeitados pelo tempo o segredo da intrepidez de Clélia, que para fugir do inimigo atravessou o Tibre debaixo de uma chuva de flechas? (...) De Ventúria mãe de Coriolano em cuja honra os romanos levantaram um templo á fortuna das mulheres? Ou, então, dir-lhe-ia esse túmulo a glória da ilustre Cornelia, essa matrona, filha de Sipião, Mãe dos Gracos? Inclinando-se sobre a fria lousa e como quem espera achar um tesouro, tira lhe as asperezas que a cobrem. O sábio procura, procura sempre alguma inscrição. A noite já se projetava em largas sombras quando consegue decifrar este epitáfio: ‘ Ela fiou a lã e velou sobre a casa’ (apud MANOEL, 1996, p.13-14).

Segundo Manoel (1996), o Colégio de Nossa Senhora do Patrocínio de Itu, foi a primeira escola feminina católica no estado, mantida pelas irmãs de São José Chamberry. Esse colégio atendia alunas em três modalidades diferentes de matrículas: o internato pago, o externato gratuito e o orfanato, sendo o internato a instituição mais importante desse colégio, por ter referendado a divisão da sociedade, uma vez que o externato gratuito tinha o caráter assistencial e de doutrinação com uma quantidade menor de matérias e de professoras, no orfanato as alunas recebiam aulas de doutrinação religiosa, primeiras letras e prendas domésticas para o preparo das funções de empregadas domésticas.

O internato por sua vez era frequentado exclusivamente pelas filhas da oligarquia cafeeira cuja educação visava à modelação do caráter, conforme preceitos e valores morais católicos, por meio da prática da virtude, do conhecimento das artes religiosas e da assimilação dos bons exemplos preservados pela história.

A recusa do corpo era manifestada pela ausência de vaidade, uso de uniforme e mortificação, como andar com pedrinhas no sapato, uma vez que se apregoava em frases na parede que Deus anotava tudo e pediria contas na vida futura.

As dezessete matérias ensinadas e distribuídas em oito anos de estudos eram rigorosamente controladas seguindo o plano de estudos: catecismo, gramática portuguesa, aritmética (quatro operações, sistema métrico decimal e geometria), botânica e história natural, história sagrada e profana, literatura especialmente o gênero epistolar, francês, Italiano, musica vocal, piano, desenho, caligrafia e diversos trabalhos manuais.

No Estado de São Paulo também foi tradicional o legado da atuação das associações americanas de confissão protestante nos quadros do ensino feminino. As escolas americanas de confissão protestante efetuaram fissuras na solidez conservadora das atividades pedagógicas do

Império. Conforme Barbanti (1977), os protestantes desenvolveram ações educacionais conjuntas para homens e mulheres. Os homens em sua maioria desenvolviam o trabalho de evangelização direta das doutrinações protestantes. As mulheres sobre a prática da evangelização indireta, através da política educacional de colégios, traziam em suas experiências novas relações com a formação e a prática de ensino no magistério. (BARBANTI, 1977)

Esse ímpeto inovador de educação feminina ocorreu também no Colégio Florence de Campinas⁵, retratado por Ribeiro (1996). Esse colégio foi criado por uma imigrante alemã de nome Carolina Krug Florence que adotou inovações pedagógicas em conformidade com as modernas teorias educacionais europeias, apropriadas não só pela fundadora do colégio, mas também compartilhadas pelas demais professoras e professores de origem estrangeira e brasileira⁶. O saber erudito era cultivado no colégio e apreciado por alguns pais de família. A fim de atender a demanda das filhas da elite cafeeira de Campinas e região, esse estabelecimento de ensino desenvolveu suas atividades em regime de internato, semi-internato e externato. No internato oferecia-se uma educação mais aperfeiçoada para as alunas que moravam na instituição. Quanto às demais formas de enquadramento institucional, destinavam-se às alunas que moravam na cidade e possuíam facilidades de frequentar a escola atrelada ao convívio com a família.

Ribeiro (1999) transcreve a carta de uma aluna, Palmira Correa, enviada em 23 de abril de 1885 à direção do referido colégio, na qual é possível perceber o clima de reciprocidade das alunas e seus familiares com os agentes escolares:

Ilma. Sra d. Carolina

Já se passaram quatro meses que separei-me de minha exma.

preceptora e apesar das justas saudades e vivas recordações que guardo de minha amiga, malgrado meu, é essa a primeira carta que lhe escrevo. Nela só lhe envio minha profunda gratidão à reminiscência saudosa do tempo de estudo que passei em sua amável companhia quando recebia junto da esmerada educação o mais

⁵ Destaca-se a relação familiar da fundadora do Colégio Florence e a ação de seu irmão Jorge Krug na fundação do Colégio Culto à Ciência que esteve à frente da diretoria da Associação Culto à Ciência, entidade responsável pela administração e captação de recursos para a manutenção do Colégio (RIBEIRO, 1996, p. 41).

⁶ Segundo Ribeiro (1996), nos vinte e cinco anos de funcionamento do colégio, foram vários os professores e as professoras que contribuíram para o aprimoramento do ensino, dentre os quais destacam-se: Padre Vieira, Emílio Henking, Campo da Paz, Francisco Caldeira, Julio Hércules Florence, Amador Bueno Machado Florence, Henrique Florence, Augusta e Isabel Florence, Paulo, Guilherme, Jorge e Atibaia, Ana Krug e suas filhas, Armelina Lamaneres. Também houve ex- alunas que lecionaram na instituição: Ruth Fonseca, Maria Celina de Vasconcellos Florence e Adelaide Augusta Florence.

fraterno e incansável cuidado (...). Envio minhas saudades a todas as meninas e professoras e as vossas dignas filhas e muito repeito ao sr. Giorgetti. Meus pais e irmão visitarão a minha respeitável directora. (PALMIRA CORREA *apud* RIBEIRO, 1996, p.55)

Dentre os aspectos que diferenciavam o colégio de seus contemporâneos destacam-se: a organização didática pedagógica com métodos modernos na arte de ensinar, a atuação de professores do sexo masculino que lecionavam para as meninas, em uma época de extremo conservadorismo, e por estabelecer-se como uma instituição dedicada à formação mais cultural das jovens adolescentes da elite, tal como ilustrado no fragmento abaixo:

As festas e exames no Colégio Florence refletiam a proposta educacional da instituição. Tanto professores como alunas preparavam meticulosamente as festividades e exames que eram apresentadas ao público, afim de que a sociedade presente às solenidades, e principalmente os pais das discípulas, tivessem a melhor impressão da educação praticada naquele estabelecimento. A música, o canto, as peças encenadas contribuíram não no que diz respeito à parte artística, mas fundamentalmente para o universo cultural. Para realizar essas atividades havia a necessidade de conhecer os outros idiomas, os autores, o conteúdo contido e conseqüentemente a cultura de outros países. Aprendiam – se e assimilavam – se uma gama de conhecimentos através do prazer que o trabalho artístico permitia. (RIBEIRO, 1996, p.84)

No final do século XIX, embora houvesse experiências de maior aceitação em relação à formação intelectual feminina, ainda predominava a visão da educação voltada apenas para formar boas donas de casa. Nessa perspectiva, o trabalho de Bastos e Garcia (1999) elucida a circulação ideológica do manual de Madame Eugéne Hippeau, um tratado científico sobre como deveria ser a educação das mulheres em cursos específicos. A obra *Cours d'Economie Domestique* (1869) foi traduzida no Brasil em 1879 por Felix Ferreira para a educação das mulheres brasileiras.

A obra *Noções de Vida Doméstica*, uma adaptação, com acréscimos, do original francês incluía capítulos sobre higiene, biografias de senhoras notáveis, incluindo algumas brasileiras, substituição das instituições de caridade francesa por nacionais, inclusão de tema referente aos criados, informações sobre a lei abolicionista e ampliação dos exemplos de caráter.

O livro trouxe um discurso modernizante para a situação da mulher, porém não a libertava das amarras impostas pela sociedade, criando *rainhas do lar*, firmando uma visão conservadora da mulher, tal como nos resumos dos capítulos abaixo:

1 ° Capítulo: informa a leitora sobre a definição de economia doméstica e ressalta a importância dessa ciência/arte dizendo que “*a Economia Doméstica está para o governo da família assim como a Economia Política está para o governo da Nação*”, ou seja, diz que o livro engloba a arte de governar a casa e a família.

2 ° Capítulo: dedica-se a ensinar o melhor emprego e distribuição do tempo; o papel da regularidade no desempenho das funções domésticas e o papel do aperfeiçoamento moral para a mulher.

3 ° Capítulo: aborda questões relativas às questões de ordem e regularidade; explicita como noção básica de ordem/organização e de racionamento de tempo e do espaço, considerada condição básica para o progresso da família e, conseqüentemente, da sociedade.

4 ° e 5 ° Capítulos: falam sobre o tema previdência, da necessidade de dirigir uma casa pensando no futuro, sendo necessário que a leitora tenha o hábito da conservação e de reflexão para que faça boas compras para o lar. Nesses capítulos é feita uma crítica a leitura excessiva, pois ela não levará a dona de casa a lugar algum. Na versão brasileira, é feito um adentro por Ferreira em relação à Lei do Ventre Livre, dizendo que com a extinção do trabalho escravo surgirão novos serviços para a dona-de-casa.

6 ° Capítulo: intitulado *A reciprocidade na Família* trata das relações entre pais e filhos; a educação da moça solteira e suas relações com os demais membros da família; a dedicação feminina.

7 ° Capítulo: enfoca questões relativas à profissionalização feminina, entendida como o desenvolvimento da inteligência nos negócios e de racionalização de suas funções domésticas. Será dada ênfase nesse capítulo a profissão Magistério, que exige uma maior soma possível de prendas e virtudes.

8 ° Capítulo: ensina sobre questões relativas à higiene pública e privada, tratando de temas como habitação, vestuário, alimentação, banhos, bebidas, distinção de temperamentos, etc. O ensino das noções de higiene preconizava que a aluna, ao adquirir esses hábitos estenderia-os à sua casa, vida doméstica e assim, toda sua família seria beneficiada.

Capítulos 9 ° e 10 °: abordam temas referentes ao dinheiro, orçamento da receita e da despesa, ou seja, ao governo de seu lar da perspectiva econômica, ao emprego do dinheiro.

11 ° Capítulo: diz que a boa dona-de-casa é econômica e contribui para o enriquecimento da família, condena o luxo, as despesas ostensivas, etc. O texto exalta a mulher que vive para o lar e condena a que vive uma vida social.

12 ° Capítulo: destina-se exclusivamente a apresentação de mulheres célebres, modelos a serem imitados.

13 ° Capítulo: último do livro, onde é feito, pelo tradutor, uma apologia a atividade filantrópica, afirmando que essa é uma atividade essencial para as mulheres brasileiras de bom caráter. (BASTOS; GARCIA, 1999)

A disciplina Economia Doméstica, criada com a finalidade de normalizar a conduta feminina através da educação, foi implantada no currículo das escolas de primeiras letras e tinha por objetivo ensinar saberes femininos consoantes ao papel que se pretendia reafirmar para as mulheres na sociedade: bordado, costura, música, cozinha, manutenção da roupa, cuidados com a limpeza da casa e jardim, higiene e etc. O curso destinado às mulheres tinha um currículo fixo, dividido em quatro séries anuais: 1º - desenho elementar, português, caligrafia, aritmética, música rudimentar, ginástica; 2º - desenho de sólidos geométricos, português, noções de literatura, geometria, geografia e cosmografia, francês, música e solfejo, ginástica; 3º - desenho de ornatos, cópia de estampas, francês, história pátria, física e química, solfejo e canto, ginástica e trabalhos de costura; 4º - desenho de ornatos (cópia de gesso), italiano, higiene doméstica, botânica e zoologia, ginástica e trabalhos de agulha.

Esse manual circulou também nas escolas profissionais como no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. O discurso dirigido às alunas sobre a sua educação era de que somente saber ler e escrever não bastava, era essencial que elas tivessem outros conhecimentos úteis. Essa educação era a aurora da independência da mulher brasileira, porém isso não significava liberdade para trabalhar e escolher uma profissão e se emancipar, mas sim ter prendas, dotes de espírito e de coração, ou seja, ter o discernimento claro e inteligência culta.

Ao fim do século XIX, sensível às novas ideologias, até mesmo o Imperial Colégio de Pedro II, destinado de início apenas ao sexo masculino, admitiu algumas mulheres, o mesmo ocorrendo com os liceus de artes e ofícios do Rio de Janeiro, o que possibilitou o acesso feminino a um tipo de formação e a um conteúdo tradicionalmente circunscritos à preparação aos graus superiores de ensino. Dessa maneira, configuraram-se novas possibilidades educacionais e profissionais para as mulheres, embora diferenciando carreiras em relação ao sexo masculino. (VEIGA, 2007)

As dificuldades de escolarização do sexo feminino eram ainda maiores em relação à educação superior que era eminentemente masculina. Beltrão e Alves (2009) afirmam que as mulheres foram excluídas dos primeiros cursos superiores criados no país. O decreto imperial que possibilitou à mulher a matrícula em curso superior data de 1881, portanto, somente no final do Império foi derrubada a interdição legal para o acesso das mulheres à educação superior.

No sentido de driblar as barreiras impostas pelo sistema patriarcal de acesso ao ensino de grau elevado, era comum algumas mulheres pertencentes à elite partirem ao exterior em busca da formação superior, uma prática usual, nesse seguimento, a ambos os sexos. Como assinala Souza (2010), Maria Augusta Generosa Estrela e Josefa Oliveira conseguiram estudar medicina no *New York Medical College and Hospital for Women*, nos Estados Unidos no final do século XIX. Elas editaram o jornal *A Mulher*, em cujas páginas defendiam a capacidade intelectual feminina.

Mas também no Brasil houve mulheres que, visualizando a importância dos estudos superiores para a emancipação feminina, mobilizaram-se para obter o direito de acesso às Faculdades solicitando às instituições condições para frequentarem os cursos, mesmo que fossem sob a companhia de criadas para zelarem por seus comportamentos. Tal como exemplificou Ribeiro (1996), esse foi o caso de Elisa Elvira Bernard e de Rita Lobato Velho. Elisa foi a primeira mulher aprovada em odontologia, a arte dentária, no Rio de Janeiro, em 1879 e Rita Lobato Velho foi a primeira mulher a receber o diploma de médica na Bahia, em 1887. (RIBEIRO, 1996, p. 44-45)

Mas essas mulheres, ousadas para a época, tiveram que enfrentar muitas dificuldades para concluírem a Faculdade. Em relação a Rita Lobato, Veiga (2007) afirma: “Era única aluna da turma e poucas a seguiram, porque essas alunas e depois médicas eram motivo de sombaria à época – alguns jornalistas afirmavam que elas deveriam permanecer solteiras caso decidissem seguir a profissão”. Ainda de acordo com essa autora, o acesso aos cursos jurídicos foi também bastante criticado na época. A primeira mulher a concluir o curso Jurídico no Rio de Janeiro foi Mirtes de Campos em 1889.

Não há muitos estudos sobre a educação feminina na Primeira República. Beltrão e Alves (2009) assinalam que as mulheres brasileiras aumentaram suas taxas de matrículas no ensino secundário e superior no início do século XX, mas em proporção menor que os homens.

TABELA 1- Número de Inscritos no ensino secundário e Superior – Distrito Federal (1907-1912)

Anos	Secundário			Superior		
	Homem	Mulher	%Mulheres	Homem	Mulher	%Mulheres
1907	3.721	1.221	24,7	2.455	32	1,3
1909	4.596	1.460	24,1	3.323	39	1,2
1912	7.165	2.145	23,0	3.630	53	1,4

Fonte: (ALVES E BELTRÃO, 2009, p. 129)

A tabela 1 mostra como era, no Distrito Federal (Rio de Janeiro) entre 1907 e 1912, a presença feminina no curso secundário e superior nos primeiros decênios da República. No curso secundário, a matrícula masculina é maior, mas é significativo o número de mulheres que ascenderam a esse nível de ensino. Em relação ao ensino superior, os distanciamentos persistiram até a primeira metade do século XX, visto que, a partir dos anos de 1960, as mulheres conseguiram reverter a diferença entre os gêneros no ensino superior.

Na análise de Beltrão e Alves (2009), a escola não exerceu um papel significativo na qualificação de recursos humanos. O baixo investimento educacional estava relacionado ao modelo econômico – agrário escravocrata tendo em vista que a população em sua maioria estava no campo utilizando meios arcaicos de produção.

Entretanto, nos anos de 1930, quando surgiram as primeiras políticas públicas para as populações urbanas, sob o contexto de desenvolvimento econômico e social, as novas exigências da industrialização e dos serviços urbanos influenciaram os conteúdos e a expansão geral das vagas no ensino

Fica evidente o papel da relação positiva da educação para as mulheres brasileiras, mesmo que inicialmente imbuída de uma concepção reducionista, dado que maiores graus de estudos consolidados no século XX se configuraram num mecanismo social importante uma vez que as mulheres de posse de maiores estudos passaram a ocupar o espaço postos no mercado de trabalho.

2.1.3 – As Escolas Normais, o magistério primário e a ampliação das oportunidades de escolarização das mulheres no Brasil.

Na história da educação das mulheres brasileiras no século XIX e no início do século XX, os colégios femininos, especialmente os colégios confessionais, desempenharam um papel importante. No entanto, pode-se dizer que as Escolas Normais foram ainda mais relevantes, pois, possibilitaram não apenas o acesso das mulheres à cultura escolar, mas também a constituição de uma carreira profissional.

Como têm indicado vários autores, Almeida (1996), Louro (1997), Bruschini; Amado (1988), o magistério tornou-se uma ocupação majoritariamente feminina no final do século XIX e início do século XX. As escolas normais, criadas a partir de 1835⁷, tornaram-se instituições relevantes para o acesso das jovens a uma educação profissional de prestígio e para a difusão da cultura profissional docente.

Várias razões têm sido apontadas para explicar esse fenômeno da feminização do magistério, que ocorreu não só no Brasil, mas em todo o Ocidente. Sá e Rosa (2004) assinalam quatro eixos de análise sobre o tema: 1) as alterações na estrutura da ocupação e no mercado de trabalho decorrentes do desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e da organização do trabalho fabril com a conseqüente mudança nas opções de trabalho masculino; 2) o aumento da escolarização feminina em nível primário. Da primeira Lei de Instrução Pública promulgada em 1827 no Brasil, já constava a criação de escolas de primeiras letras para meninos e meninas em todas as localidades; 3) mudança nas mentalidades e nas representações com a aproximação do ofício do magistério com o que vinha sendo considerado no século XIX como ocupação feminina. A esse respeito, as autoras afirmam:

As relações aqui seriam, sobretudo, como pensamento pedagógico e médico e as novas representações sobre a mulher, a criança, e a ação pedagógica. Há uma relação, nem sempre explicitada, com a nascente psicologia e com a diminuição da idade dos alunos e a crescente presença feminina na sala de aula. (SÁ; ROSA, 2004)

⁷ A primeira Escola Normal criada no Brasil foi a Escola Normal de Niterói em 1835. Nas décadas seguintes, várias províncias brasileiras buscaram instalar uma escola normal nas capitais para a formação de professores: na Bahia, a escola normal foi instalada em 1836, no Mato Grosso em 1842, em São Paulo, em 1846, no Piauí, em 1864, no Rio Grande do Sul, em 1869, no Paraná e em Sergipe, em 1870, na província do Espírito Santo e do Rio Grande do Norte em 1873, no Ceará em 1878, na província do Rio de Janeiro e de Santa Catarina em 1880, na Paraíba, em 1883, em Goiás em 1884, no Maranhão em 1890. As primeiras escolas normais abriram e fecharam várias vezes, porém a partir de 1870 essas instituições se consolidaram e se firmaram como estabelecimentos de grande projeção social destinados à formação do magistério primário. Cf. Araújo, Freitas, Lopes, 2008.

O quarto eixo de explicação, segundo as autoras, seria o protagonismo feminino na ocupação de um emergente mercado de trabalho. Para as mulheres, o magistério apresentou-se como uma carreira atrativa que possibilitava uma atividade fora do domínio do lar e ao mesmo tempo, com possibilidade de conciliação entre casa e trabalho.

Além dos aspectos assinalados acima, deve-se considerar também a importância da formação nas Escolas Normais.

Inicialmente, as primeiras escolas normais brasileiras funcionaram apenas com seções masculinas. A partir da década de 1870, algumas escolas normais passaram a oferecer o curso normal em duas seções: uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino. A esse respeito, June Hahner (2011) afirma que na Escola Normal da Corte, o número de alunas cresceu rapidamente na década de 1880. Para essa autora, a Reforma Leôncio de Carvalho também possibilitou a feminização do magistério na Corte ao dar prioridade à contratação de professoras. Em realidade, a existência de escolas mistas em muitas localidades do país, podendo ser ministradas por mulheres, foi um fator importante na ampliação de vagas para o magistério feminino. “No Rio de Janeiro, em 1872, as mulheres representavam um terço do professorado, e essa cifra dobrar-se-ia até o começo do século XX; em 1906, as mulheres compreenderiam 70% dos professores da capital.” (HAHNER, 2011, p. 472).

A primeira Escola Normal de São Paulo foi criada em 1846. Nos primeiros anos de funcionamento, a escola atendia exclusivamente alunos do sexo masculino. Todavia a procura por essa escola foi diminuta com matrículas variando entre 11 e 21 alunos por ano. Em 1851 havia 11 alunos matriculados e em 1866 somente 17 alunos. (TANURI, 1979). A escassa procura pela escola foi uma das justificativas utilizadas pelo poder público para extinguir essa Escola Normal em 1867. Somente oito anos depois (em 1875) ela foi reaberta passando a funcionar com duas seções – uma masculina e outra feminina. A seção masculina passou a funcionar em uma das salas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e a seção feminina, inaugurada em 1876, no Seminário da Glória. A Escola Normal de São Paulo foi novamente fechada em 1878 e reaberta em 1880. A partir dessa data, ela passou a funcionar com aulas mistas no pavimento térreo do prédio onde funcionou a Câmara Municipal. No período de 1880 a 1893, essa escola teve 1.176 alunos matriculados do sexo masculino e 1.259 do sexo feminino, o que permite verificar a notável presença feminina no curso normal de São Paulo.

Em Minas Gerais, os estudos de Gouvêa (2001) ressaltam a utilização da educação escolar, durante o século XIX, como estratégia para implantação de uma ordem pública estendida ao conjunto da população, ou seja, à população branca e livre. A Escola Normal foi implantada em Ouro Preto em 1840 com o objetivo explícito de “veicular o método mais expedito, e ultimamente descoberto e praticado nos países civilizados.” (GOUVÊA, 2001, p. 42). Portanto, nessa província, a Escola Normal foi criada com a finalidade de formar professores de acordo com as modernas e novas metodologias de ensino. Assim como em São Paulo, nos primeiros anos de funcionamento dessa escola os mestres-escolas eram preponderantemente homens. A escola foi fechada e reaberta várias vezes, passando a funcionar de forma definitiva em 1871 com a frequência de homens e mulheres em lições alternadas, tendo o curso a duração de dois anos.

Na Província do Rio Grande do Sul, de acordo com Tambara (1998), o primeiro processo de discriminação sexual na escola era o físico-espacial, havendo aulas diferenciadas para meninos e meninas. A diminuição desse processo começou a ocorrer somente em meados do século XIX. A divisão social do trabalho aplicava-se também à base curricular das escolas, havendo um currículo para os meninos e outro para meninas, com a justificativa de que cada um estava destinado a desempenhar um papel na sociedade e, portando, cabia à escola prepará-los de acordo com essa função, ou seja, o sistema de ensino baseava-se na ideia que se tinha das diferentes funções sociais na estrutura organizacional da sociedade no futuro.

A presença da mulher no magistério começou a aumentar a partir do aumento das aulas voltadas para o aprendizado do público feminino. Posteriormente, com a criação das salas mistas, as mulheres conquistaram mais espaço nas salas de aula, onde normalmente as professoras podiam exercer docência, consolidando-se, assim, um processo de construção ideológica no qual foram relegados à mulher alguns espaços públicos. Nesse momento, consolida-se também a ideia da professora como tendo vocação ao magistério, afastando assim, o sexo masculino.

A construção de uma escola normal marca uma ruptura com o modelo anterior, e significa a gênese de um novo perfil do magistério rio-grandense com características específicas e que se consolidam lentamente. Essa nova feição possui um caráter sexista do magistério aliado a um caráter híbrido: a junção de vocação com profissão.

Quanto ao caráter sexista houve uma nova configuração, pois houve uma exigência social para que a mulher passasse a ocupar também espaços da área pública e não somente os da vida privada.

Essa abertura ideológica, além de atender à demanda de mão de obra, possui um caráter conservador: a ideia de que à mulher cabe essencialmente o papel de educadora por sua própria natureza social e psíquica. A profissão era vista como uma extensão da vida doméstica e também havia uma noção de vocação, ou seja, pelo fato da mulher ser naturalmente maternal, ela seria uma boa educadora.

Contraditoriamente, este caráter sexista contribuiu para a dissolução do sistema de educação sexista, pois, como as professoras não eram mais vistas como um problema, foram eliminando-se as aulas exclusivas para cada sexo, e com isso, foi criada a visão da professora assexuada; solteirona.

No final do Império, não se havia chegado a um acordo sobre o conteúdo que a escola normal deveria ensinar. Havia uma visão positivista do ensino, então as propostas eram de um ensino que se afastasse das humanidades e caminhasse para as áreas técnicas, o que prejudicaria o ensino da mulher, pois ela era vista como um ser com funções civilizadoras, moralizadoras e como difusora do altruísmo.

Pragmaticamente, a sociedade vivia um dilema, pois, ao mesmo tempo que se entendia como conveniente que os meninos fossem educados por professores homens, construía-se a ideia da mulher como educadora por excelência. A ocupação do espaço da docência pelo sexo feminino ocorreu principalmente pelo gradual aumento das salas mistas, que eram todas administradas por professoras. Nessa linha de argumentação, Bruschini e Amado (1988) ressaltam como, até os anos 30 do século XX, o magistério era visto como uma profissão respeitável e a única forma institucionalizada de emprego para as mulheres da classe média. Também foi significativa, na Primeira República, a ampliação da formação de mulheres em cursos profissionais no ramo do comércio. Mas o trabalho feminino como secretárias e no setor de serviços era menos prestigiado do que no magistério.

Pelo exposto, pode-se dizer que a feminização do magistério foi um fenômeno que envolveu tanto a carreira do magistério primário quanto a formação dos professores. Dentro desta imagética social, de atribuir ao sexo feminino responsabilidades que estivessem atreladas aos

cuidados com alguém, a legitimidade da ideia de destinar às mulheres a missão de educar configurou-se num mecanismo feminino de derrubar os grilhões da domesticidade. Com o advento da República, articulado à necessidade de expandir a educação elementar, tornou-se imprescindível o preparo técnico profissional aos futuros professores nas escolas normais. Tais estabelecimentos surgiram como uma alternativa possível para a instrução feminina tanto no que diz respeito à ampliação de seus estudos quanto à abertura para uma atividade remunerada. (ALMEIDA, 2006)

No Estado de São Paulo, os republicanos no poder, em consonância com os ideais defendidos na luta contra a monarquia, iniciaram a reforma da instrução pública pela reforma da Escola Normal. Essa reforma foi um marco, pois ampliou as finalidades da formação dos professores considerando-a central no projeto de formação do cidadão republicano. A reforma ampliou o currículo da Escola Normal, o tempo de duração do curso e implantou a Escola-Modelo considerada o coração da reforma, instituição onde os alunos mestres fariam a prática de ensino, aprendendo os mais modernos processos pedagógicos. (TANURI, 1979; ALMEIDA, 1996, SOUZA, 1998). Ainda em relação a essa reforma, vale assinalar que ela fundamentou-se nos padrões do ensino protestante norte-americano de ensino e nos anseios dos representantes das elites políticas locais progressistas. Não por acaso a reforma desenvolveu-se com a contribuição de duas educadoras singulares: Márcia Miss Brown e Maria Guilhermina⁸

⁸ Maria Guilhermina (1839-1929) foi professora, tradutora, escritora e diretora, atuando em Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais entre o século XIX e o início do séc. XX. A influência da mãe e das irmãs é forte, visto que todas se formaram como professoras. Vivia numa camada social intermediária. Em 1883, foi para os Estados Unidos, onde estudou os métodos froebelianos até 1887. Essa experiência a tornou conhecida e dedicou toda sua vida à tarefa de educar. Em 1864 abriu um colégio para educação de meninas, na Vila de Nossa Senhora da Conceição em Vassouras, mas fechou em 1868, para abrir um colégio de instrução primária e secundária, com ensino de línguas – este era o Colégio Andrade, no RJ. Porém, ela não se limitou a este colégio, e fez muitas outras coisas pedagógicas. Depois da ida ao USA, abriu uma escola modelo, denominada Kindergarten Modelo, também no Rio de Janeiro. Sua visibilidade se deu não só pelo conhecimento do novo método, mas pela vasta produção bibliográfica, posterior à viagem. Divulgou os textos como “Educação Nova”. Sua pedagogia baseava-se na ideia de que o aluno aprende por meio da atividade e experiência individual, do ensino útil e prático, valorizando a formação de homens livres e úteis à sociedade. Sua aproximação com os padrões norte-americanos se deu pela sua opção de fé reformada – o protestantismo. Passa, então, a conviver com missionários e educadores presbiterianos ligados à Junta de Missões Estrangeiras de Nova York, instalados no Brasil desde a segunda metade do século XIX. Missionárias de influência: Mary Dascomb e Miss Harriet Greenman, as quais também eram professoras.

A partir das missionárias, o Colégio Andrade de Guilhermina adotou uma pedagogia moderna dos colégios norte-americanos de confissão protestante. Através de Horace Lane, Guilhermina foi trabalhar na seção feminina da Escola Modelo, em 1890. (CHAIMON, 2008)

Desta forma, explicita-se a aliança entre a escola primária e o desenvolvimento das escolas normais tendo em vista que a valorização da educação popular delineou também a valorização da escola normal, constituindo-se num campo específico de saberes, perante as expectativas de mudanças quanto à modernização da escola e da sociedade. Sendo assim, concomitantemente a entrada massiva de mulheres nas escolas normais, os cursos de formação de professores foram modernizados através da ampliação do tempo de duração do curso e enriquecimento do currículo com disciplinas relacionadas às ciências da educação. (TANURI, 1979; ALMEIDA, 1996; SOUZA1998).

Destaca-se aqui o papel significativo das escolas normais livres de formação de professores no estado de São Paulo sob a iniciativa do poder público municipal que, em conjunto com o poder público estadual, ampliou a rede pública institucional de formação de professores atendendo à demanda por estudos pós-primários para mulheres de diferentes seguimentos sociais. Por isso, acabou servindo tanto para aquelas que iriam lecionar quanto para aquelas que pretendiam prosseguir com os estudos para adquirir boa cultura geral (ANTONIO e SOUZA, 2014).

Como mostra a tabela 2, ao longo da Primeira República, o número de alunos matriculados nas escolas normais oficiais e livres (particulares e municipais) do estado de São Paulo tornou-se predominantemente feminino. Este fato delinea-se no momento em que o campo educacional se expandia em termos quantitativos e a mão de obra feminina na educação principiou a revelar-se como necessária diante dos impedimentos morais dos professores homens educarem as meninas e a recusa da sociedade com relação à coeducação dos sexos, visto como algo perigoso moralmente. Assim, a educação feminina veio não só ao encontro dos interesses da nação, mas também aos anseios pessoais das mulheres que souberam aproveitar a oportunidade de ter acesso a uma educação especializada que deu bases para o desenvolvimento de uma atividade produtiva.

TABELA 2 - Matrícula nas Escolas Normais do Estado de São Paulo (1910-1930)

Ano	Matrícula de alunos		
	Fem.	Masc.	Total
1912	2621	980	3.601
1920	2.072	525	2.597
1930	7.010	691	7.701
Total Geral	11.703	2.196	13.899

Fonte: Tanuri, 1979.

No contexto institucional de formação de professores, há uma preocupação com uma perspectiva de educação pela dimensão corporal. Conforme Fernandes e Segantini (2012), a proposta de educação corporal nas escolas normais estava relacionada aos saberes e práticas com fim de aplicação assim como a inserção em atividades culturais, artesanais e esportivas baseadas em uma corporeidade sensorial. Sendo assim, o corpo seria educado a partir de um conjunto de disciplinas que evidenciavam apropriação de saberes e práticas que seriam exigidos na vivência profissional e pessoal, tais como nas aulas de desenho, música, costura e trabalhos de agulhas, além do português e da aritmética.

Além das disciplinas, destacam-se as festas escolares que ganharam visibilidade e foram constituídas de atividades como cantos individuais e coletivos, recitais de poesia, jogos infantis e práticas de esportes. Em sentido amplo, tratava-se de uma educação do corpo articulada aos preceitos morais e valores intelectuais que se pretendiam difundir em meio aos futuros professores das escolas primárias.

Imerso, também, nessa nova ideologia social a respeito da produtividade, sobretudo, feminina esteve o desenvolvimento de postura mais branda do Catolicismo nas escolas de formação de mulheres que trabalhavam e frequentavam as escolas privadas católicas. O estudo de Ferreira (2008) mostra como alguns colégios Católicos incorporaram essa nova percepção acerca da mulher religiosa na sociedade. Elas iam aos hospitais, creches, asilos, atuavam com as meninas muito pobres e desenvolviam atividades em Escolas Paroquiais. A concepção educativa

entendia a educação como processo por meio do qual a criança se transformava em adulto e se civilizava.

Porém, as meninas que estavam dentro das instituições estudavam para aprender questões essenciais que foram previamente estabelecidas dentro dos valores religiosos tidos como imprescindíveis. Os métodos usados pelas freiras estimulavam a competitividade entre as alunas, que ganhavam presentes e agrados pelo esforço e pela dedicação. Em seus boletins constavam as posições alcançadas em relação às outras meninas, como um ranking. A afetividade era tida como o instrumento educativo mais importante no colégio, pois era pelo carinho, pela confiança e pela justiça que as freiras impunham a sua autoridade, e não pelo medo.

Os colégios católicos do período contribuíram por preparar alunas que, futuramente, viriam a exigir mudanças. As próprias freiras adquiriam uma autonomia local no que tangia à administração das suas escolas. Dessa forma, possuir um diploma de normalista concedido pelas freiras implicava o fato de que trabalhar fora e ter sua remuneração era uma possibilidade concreta a essas meninas.

Segundo Almeida (2007), em volta da escola normal elucidam-se as discussões a respeito da coeducação dos sexos. Essa oposição à educação vista não era somente de cunho religioso, mas estava de acordo com a concepção cultural a respeito da educação feminina. Portanto, quando se começou a falar de ensino para que elas se tornassem professoras era essencial que todas soubessem também as prendas do lar, pois só assim seriam capacitadas, e poderiam passá-las para os alunos, e isso criava um grande paradoxo. Afinal, com as classes sendo mistas seria difícil saber o que ensinar aos meninos. Isso trouxe a ideia da coeducação, que aplicada nas escolas normais permitiria que as jovens aprendessem os mesmos conteúdos destinados aos rapazes, já que também ensinariam em classes masculinas.

Porém, embora mistas, muitas das escolas ainda se estruturavam em classes separadas de acordo com o sexo, funcionando, então, com mais de uma turma. E, mesmo com a conquista de um maior acesso a educação por parte das mulheres, nas primeiras décadas do século XX, os ideais católicos e positivistas do século XIX ainda estavam impregnados na mentalidade da sociedade brasileira, e por isso, a maioria dos colégios católicos ainda continuava a educar separadamente os sexos.

A coeducação, que tinha como princípio propiciar a igualdade entre homens e mulheres num mesmo meio sociocultural, iria estabelecer um paradoxo com a destinação feminina, erigida no culto a domesticidade. Afinal, a independência financeira das mulheres, obtida através de uma educação igual à dos homens, ocasionaria uma ruptura de valores de outrora e poderia estabelecer uma desordem social, e se mantida dentro dos limites não surtiria ameaça aos valores tradicionais, que pregavam que a educação feminina devia manter-se restrita aos bons costumes e bom desempenho nas atividades domésticas e dedicação à família.

A visão positivista impediu os educadores da época de enxergar o verdadeiro sentido da coeducação. Sentido esse que se definia por uma visão não excludente, pela qual as mulheres teriam o direito de receber os conhecimentos próprios do mundo público, normalmente transmitidos apenas aos homens. Nesse momento, havia uma visão biológica dos sexos, ou seja, a mulher era vista essencialmente como reprodutora, sendo essa, portanto, a sua função social. Elas eram, então, incentivadas a serem mães e isso se refletia em sua educação.

As propostas coeducativas visavam a manter meninas e meninos juntos desde o princípio, para que, assim, pudessem construir um destino em comum. Esse mesmo destino, porém, implicaria atuações sociais diferentes, mantendo-se, portanto, a mesma ordem vigente.

Apesar da presença significativa das mulheres no corpo discente das escolas normais, o magistério era considerado ensino técnico e não dava acesso ao curso superior. Dessa maneira, até meados do século XX, o curso normal significou para as jovens a culminação e término dos estudos. Depois de 1930, quando o curso ginásial tornou-se obrigatório para os estudantes do curso normal ocorreu uma ampliação ainda maior do tempo de escolaridade das mulheres culminando com o diploma de normalista. Nos anos 1940, essa possibilidade de acesso ao superior para os concluintes do curso normal foi estendida com a criação dos Cursos de Pedagogia e das Faculdades de Ciências e Letras. Em 1953, as leis de equiparação entre o ensino secundário e o ensino técnico aumentaram ainda mais as possibilidades de acesso do curso normal para cursos superiores.

2.1.4 - A escolarização das mulheres no estado de São Paulo no final do século XIX e na Primeira República

Como se sabe, as estatísticas educacionais do Brasil referentes ao século XIX e às primeiras décadas do século XX são bastante imprecisas. Nesse sentido, os dados que apresentamos a seguir são aqueles constantes nas fontes estatísticas disponíveis e que se constituem em vestígios para analisar a escolarização das mulheres.

No Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1907 – 1908, o inspetor geral da instrução pública, João Lourenço Rodrigues, apresentou uma retrospectiva da escolarização pública no Brasil, no final do Império, tomando como base um artigo publicado no n. 25, volume III – d'O Novo Mundo, em Nova York, em 23 de outubro de 1872. Este artigo, escrito com base no Relatório do Ministro do Império, registrava a existência de 133.950 alunos matriculados nas escolas no Brasil, dos quais 109.699 em escolas públicas. Na província de São Paulo, nas escolas primárias públicas havia 8.147 alunos matriculados sendo 5.693 do sexo masculino e 2.454 do sexo feminino. O artigo lamentava a situação precária do desenvolvimento da instrução pública no país, visto que, “A instrucção publica em seus diferentes ramos está ainda muito longe de nossas aspirações, e cumpre que empregemos para seu desenvolvimento meios e esforços correspondentes á importancia deste grande interesse nacional.” (SÃO PAULO, [1908], p. LIII). Embora não tenha problematizado a situação da escolarização feminina, é interessante observar como ele buscou registrar a desigualdade do acesso à educação entre homens e mulheres. Tomando como referência o conjunto das províncias brasileiras, com exceção do município neutro (Rio de Janeiro):

Há uma escola sencundaria para entre dezoito e dezenove escolas primarias. (...) Há duas escolas de meninos para cada uma escola de meninas.

Em cada onze alunos das escolas publicas, oito são do sexo masculino e três, do feminino. Dous terços dos alunos das escolas particulares são do sexo masculino e um terço, do feminino. Entre 100 alumnos de todas as escolas, ha 72 do sexo masculino e 28 do feminino. (SÃO PAULO, [1908], p. L - LI)

Os dados assinalados acima mostram que um terço dos estudantes brasileiros no início da década de 1870 eram mulheres e que elas encontravam-se, em maior número, no ensino primário. Considerando que as escolas públicas de primeiras letras atendiam em sua maioria crianças

provenientes das camadas populares, pode-se inferir que, crianças do sexo feminino provenientes dos meios populares tiveram acesso à escola nesse período. Outro dado interessante é a diferença da matrícula feminina em escolas públicas e privadas. Isso permite afirmar que as escolas públicas desempenharam um papel importante na difusão da escolarização feminina no Brasil.

Em relação ao estado de São Paulo, a política implementada pelos governos republicanos durante a Primeira República, privilegiando a expansão do ensino primário, possibilitou a ampliação efetiva do acesso do sexo feminino à educação elementar. De acordo com Souza (2012), enquanto, em 1888, existiam na província de São Paulo 1.030 escolas primárias, das quais 805 encontravam-se providas, com 26.939 alunos matriculados e 20.596 frequentes; em 1930, o ensino primário mantido pelo Estado compreendia 3.362 escolas (309 grupos escolares, 205 escolas reunidas, 630 escolas isoladas urbanas e 2.218 escolas isoladas rurais) atendendo 356.292 alunos matriculados. Em 1940, encontravam-se matriculados no ensino primário comum e supletivo do Estado 590.225 alunos. Percebe-se, assim, como foi significativa a expansão do primário nesse estado, que manteve a maior rede de escolas públicas do país até meados do século XX. Souza (1998) também assinala como os grupos escolares foram importantes no estado de São Paulo para a ampliação do acesso das crianças do sexo feminino à educação primária. Criado nas sedes dos municípios, onde havia concentração populacional, esse tipo de escola considerada moderna, destinava o mesmo número de salas para crianças de ambos os sexos. Em 1920, a matrícula nos grupos escolares do estado de São Paulo era de 120.527 alunos sendo 61.348 (50,8%) do sexo masculino e 59.179 (49,2%) do sexo feminino (SÃO PAULO, 1923, p. 138). Percebe-se, portanto, uma proporção equitativa de matrículas entre meninos e meninas nos grupos escolares. Essa proporção alterava-se um pouco nas escolas isoladas, localizadas em sua maioria nas zonas rurais e distritos de paz. Em 1920, havia 1.603 escolas isoladas em São Paulo com um total de 94.846 alunos matriculados sendo 45.296 do sexo feminino (47,8%) e 49.550 do sexo masculino (52,2%). Embora a diferença não seja grande, os dados apontam a preponderância do sexo masculino nas escolas isoladas, indicando que possivelmente nas zonas rurais dadas as dificuldades de acesso às escolas e tendo em vista os padrões socioculturais, as famílias priorizassem a educação dos homens em detrimento das mulheres. No entanto, essa hipótese necessita de estudos mais aprofundados para a sua comprovação.

Em relação ao acesso das mulheres ao ensino secundário no estado de São Paulo na Primeira República, é preciso considerar os dados referentes aos colégios públicos e privados. Como ocorria nos demais estados do país, a expansão do secundário nesse estado ocorreu inicialmente pela iniciativa particular. Nas primeiras décadas republicanas, São Paulo manteve apenas três ginásios estaduais: o Ginásio da Capital, o Ginásio de Campinas e o de Ribeirão Preto. Conseqüentemente, coube à iniciativa particular suprir a ausência do estado oferecendo em vários municípios colégios para a educação dos jovens. Vale ressaltar a importância que o poder municipal desempenhou na subvenção e às vezes manutenção de colégios para a formação das elites locais como têm assinalado os estudos de Diniz e Souza (2014).

Em mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 1910, o então presidente do estado Fernando Prestes, informou a situação do ensino secundário no estado:

Os tres gymnsaios officiaes do Estado funcionaram com toda a regularidade. No de Ribeirão preto foi installado o 4º anno, sendo nomeados os respectivos professores. Para attender ao grande numero de candidatos à matrícula foram desdobrados os 1º e 2º annos dos Gymnsaios desta Capital e de Campinas. A matricula desses estabelecimentos é neste anno de 559 lumnos, tendo sido em 1909, diplomados 11 no desta Capital e 7 no de Campinas. Nos 16 gymnsaios particulares existentes no Estado, a matricula é de 2.718 alumnos. (SÃO PAULO, 1910, p. 7).

A matrícula nos ginásios particulares do estado era quase quatro vezes maior do que nos três ginásios oficiais. Além disso, percebe-se o quanto era diminuta a matrícula nos estabelecimentos de ensino secundário do estado. Não há muitos dados sobre o número de mulheres que cursavam o secundário nos ginásios paulistas. Na sequência deste capítulo buscaremos assinalar todos os indícios que encontramos com vistas a apresentar um quadro geral do acesso feminino à educação secundária.

De acordo com o Anuário Estatístico de São Paulo de 1912, o Ginásio da Capital possuía nesse ano 329 alunos, todos do sexo masculino. Vale assinalar como o Ginásio da Capital, voltado para a formação das elites paulistas, demorou a facultar o acesso às mulheres. Destaca-se também a alta seletividade deste ginásio como nos demais ginásios oficiais. Em 1912, foram diplomados no Ginásio da Capital apenas dois alunos. Nesse mesmo ano, o Ginásio de Campinas possuía 169 alunos matriculados sendo 40 do sexo feminino e 120 do sexo masculino. Apenas 4

alunos se diplomaram nessa escola nesse ano. O Ginásio de Ribeirão Preto, por sua vez, possuía 82 alunos matriculados, sendo, 36 do sexo feminino e 46 do sexo masculino. Esse dado já aponta uma característica diferenciada desse ginásio localizado no interior de São Paulo apresentando um número maior de alunas do que os outros dois. O número de diplomados por esse ginásio em 1912 foi igual a 7 alunos. A interpretação desses dados requer relacioná-los com outras informações, especialmente a situação do ensino secundário em cada uma dessas cidades. No entanto, podemos levantar algumas hipóteses: é possível que na cidade de São Paulo e em Campinas houvesse um maior número de colégios femininos que atendessem às demandas das elites locais e da região. Já na cidade de Ribeirão Preto, localizada na região Mogiana, longe da capital, mesmo havendo a existência de colégios femininos, haveria uma demanda mais acentuada das famílias para a entrada das jovens no ginásio oficial.

Ainda em relação aos dados referentes ao ano de 1912, a Escola Politécnica contava com 327 alunos matriculados, sendo apenas uma aluna do sexo feminino. A Faculdade de Direito também possuía uma única mulher matriculada no total de 481 alunos. (SÃO PAULO, 1914). Portanto podemos dizer que no início do século XX, a educação feminina no estado de São Paulo circunscrevia-se ao ensino primário e ao ensino técnico no ramo normal e comercial. Poucas eram as jovens que cursavam o secundário e raríssimas aquelas que conseguiam ter acesso ao ensino superior.

Segundo afirmam Souza e Diniz (2014, p.1216), em 1919, a matrícula geral nesse estado, envolvendo escolas públicas e particulares nos vários níveis de ensino, foi de 276.872 estudantes sendo 254.109 no curso primário, 1.215 no ensino complementar, 8.602 no secundário, 11.430 no profissional e 1.516 no superior. “Do total de alunos matriculados, apenas 3,1% estavam no secundário”. No ensino superior, em 1920, a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo possuía 264 alunos matriculados, apenas duas eram do sexo feminino. (SÃO PAULO, 1923)

Nas décadas seguintes continuou a tendência verificada nos três ginásios do estado. Pelos dados registrados no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1923 é possível identificar a composição por sexo dos alunos matriculados nos três ginásios públicos do estado de São Paulo. No Ginásio da Capital, dos 416 alunos matriculados, três eram do sexo feminino e 413 do sexo masculino. Isso significa que apenas na década de 20 iniciou-se o acesso das mulheres ao Ginásio da Capital, mas ele foi bastante lento. Nesse ano, o total de diplomados nessa escola foi de 32

alunos. No Ginásio de Campinas, do total de 181 alunos matriculados, 116 eram do sexo masculino e 65 do sexo feminino, portanto as meninas correspondiam a 40% do alunado dessa escola que diplomou 17 alunos nesse ano. No Ginásio de Ribeirão Preto havia 270 alunos matriculados em 1923, sendo 136 do sexo masculino e 134 do sexo feminino. Vemos assim, como a matrícula feminina já se equiparava à masculina nesse ginásio que diplomou nesse ano 15 alunos. (SÃO PAULO, 1924, p.569).

O destaque ao número de diplomados permite cogitar nas dificuldades que as mulheres tiveram para concluir o curso secundário. O diploma de Bacharel em Ciências e Letras tinha muito prestígio na sociedade brasileira, mas era destinado a uma minoria de jovens do sexo masculino. Dado o pequeno número de diplomados nos três ginásios do estado de São Paulo, pode-se questionar o quanto foi limitado esse acesso às mulheres.

No final da Primeira República, ainda se mantinham as mesmas tendências descritas anteriormente. Nos dados da tabela seguinte, referentes a 1930, pode-se verificar a ampliação das matrículas nos ginásios oficiais paulistas. Apesar do aumento das matrículas do sexo feminino, elas representam ainda 27, 4% dos alunos matriculados nos ginásios públicos.

TABELA 3 - Matrícula Geral de Alunos nos Ginásios mantidos pelo Estado, segundo a discriminação dos Estabelecimentos em 1930.

Estabelecimentos	Nº de classes	Alunos Matriculados		
		Fem.	Masc.	Total
Capital	10	69	486	555
Campinas	9	103	354	457
Ribeirão Preto	9	239	248	487
Geral	28	411	1.088	1.499

Fonte: Estatística Escolar do Estado de São Paulo, Cf. **São Paulo, 1931 p.32**

A tabela número 3 permite analisar os índices de aprovação de alunos do sexo feminino e masculino nos ginásios oficiais de São Paulo. Esse dado, pouco significativo na Primeira República, viria a se constituir em elemento importante no aproveitamento escolar nas décadas seguintes, figurando o sucesso feminino na escola como uma tendência cada vez mais notável na educação brasileira.

TABELA 4 - Alunos Diplomados em 1930 nos três ginásios oficiais do estado de São Paulo.

Alunos Diplomados												
Estab.	Promovidos			Propedeutas			Bacharéis			Geral		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Capital	64	381	445	1	51	52	1	37	38	66	469	535
Campinas	75	259	334	14	40	54	11	32	43	100	331	431
Ribeirão Preto	179	183	362	30	33	63	28	24	52	237	240	477
Geral	318	823	1.141	45	124	169	40	93	133	403	1.040	1.443

Fonte: Estatística Escolar do Estado de São Paulo, 1931.

No entanto, além da diferenciação no acesso, verifica – se também a elitização desses ginásios públicos tendo em vista o número de alunos diplomados. Nos três ginásios, de acordo com a tabela 3, foram 1.443 alunos, 403 mulheres e 1.040 homens. No ginásio da Capital foram promovidos 445 alunos, 64 mulheres e 381 homens. No ginásio de Campinas foram promovidos 334 alunos, 75 mulheres e 259 homens. No ginásio de Ribeirão Preto foram promovidos 179 mulheres e 183 homens. Tais dados elucidam o predomínio masculino nos estudos dos ginásios da Capital e do ginásio de Campinas. No entanto, no ginásio de Ribeirão Preto verifica-se a pequena diferença entre as aprovações entre mulheres e homens.

Junto aos dados das promoções verificam-se as diminutas proporções nos títulos oferecidos pelos ginásios. De modo geral, houve nesse período 169 propedeutas e 133 bacharéis. O ginásio de Ribeirão Preto, além de ter tido o maior número de alunos propedeutas, quase não houve diferença entre mulheres e homens na obtenção do título. Dos 63 propedeutas 30 eram do sexo feminino e 33 do sexo masculino. Em seguida, no ginásio de Campinas houve 54 propedeutas, 14 eram do sexo feminino e 40 do sexo masculino. Em contrapartida, no ginásio da Capital essa titulação era estritamente masculina, visto que, houve 52 propedeutas, dos quais apenas 1 era do sexo feminino enquanto os demais eram do sexo masculino.

No campo dos bacharéis observa-se a mesma lógica citada acima. Ou seja, o ginásio de Ribeirão Preto possuía também o maior número de bacharéis, sendo que foram maiores os números de mulheres bacharéis. De 52 bacharéis, 28 eram do sexo feminino e 24 do sexo masculino. No ginásio de

Campinas havia 43 bacharéis, 11 do sexo feminino e 32 do sexo masculino. A supremacia masculina estava presente também no ginásio da Capital dos 38 bacharéis, 37 eram homens e apenas uma mulher.

De acordo com o movimento geral dos estabelecimentos públicos e particulares, administrados e fiscalizados pela Diretoria Geral do Ensino⁹, em 1930, no estado de São Paulo havia no geral 4.896 estabelecimentos escolares computando 512.997 alunos matriculados. Desse conjunto de estabelecimentos, 3.397 eram escolas estaduais com 371.241 matrículas, 383 eram instituições municipais com 16.573 alunos matriculados e sob a iniciativa particular tinha – se 1.116 estabelecimentos com 125.183 alunos matriculados. Em relação ao ensino secundário, a Estatística de 1930 aponta três estabelecimentos estaduais, 1 municipal e 202 particulares, totalizando 206 estabelecimentos. (SÃO PAULO, 1931)

A situação do estado de São Paulo era semelhante à do restante do país. Para o ano de 1929, Nagle (1985, p. 281) assinala a existência de 40 escolas públicas de ensino secundário no Brasil (6 Federais, 24 Estaduais e 10 Municipais) e 1.090 estabelecimentos de ensino secundário particulares com uma matrícula geral de 83.190 alunos. Nas escolas públicas estavam matriculados 7.717 alunos do sexo masculino e 1.284 do sexo feminino. Nas escolas particulares o número de alunos do sexo masculino era 50.956 e do sexo feminino era 23.233.

A diferença dos níveis de escolaridade entre homens e mulheres demorou a ser vencida no Brasil. Para as mulheres o acesso à educação foi diferencial nos vários níveis e ramos do ensino. O nível secundário, vinculado, pela finalidade propedêutica, ao ensino superior, constituiu-se numa barreira difícil de transpor. A difusão do secundário público a partir dos anos 30 foi um fator decisivo para a ampliação do direito das mulheres à educação e à cidadania.

⁹ A Directória Geral do Ensino tinha a seu cargo a administração de ensino estadual pré – primário, primário, complementar, normal, gymnasial e profissional, e a fiscalização do ensino municipal e particular em todos os seus ramos. (SÃO PAULO, 1931)

3 - MULHERES E EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO (1930 - 1947)

Como se buscou demonstrar no capítulo anterior, os republicanos implantaram em São Paulo um moderno aparelho de instrução pública pelo qual, ao menos no ensino primário, as mulheres tiveram maiores possibilidades de escolarização. No entanto, nos demais níveis de ensino, permaneceu a desigualdade de escolaridade entre homens e mulheres nesse estado como em todo o país. Como têm apontado vários autores, foi longo e tortuoso o processo de acesso geral e irrestrito das mulheres brasileiras à educação escolar. Ao longo do século XX, as restrições à educação feminina foram diminuindo, mas o impacto dessa transformação não foi ainda totalmente dimensionado. Como assinalam Rosemberg; Pinto e Negrão (1982, p. 22) esse processo se iniciou com a redução do analfabetismo e alcançou todos os outros patamares da educação escolarizada. “Até 1878, e desde todas as épocas, o número relativo de mulheres alfabetizadas é inferior ao dos homens, com tendência, porém, a se igualar: se em 1940, 34,1% dentre as mulheres eram alfabetizadas, em 1978 elas correspondiam a 69,9%.” Vemos, assim, como o processo de escolarização feminina no Brasil desenvolveu-se marcado por lutas e diferenciações entre gêneros e grupos sociais. O direito à educação demorou a se consolidar na sociedade brasileira para homens e mulheres das camadas populares. Mas para as mulheres essa conquista foi ainda mais difícil, pois, elas tiveram que enfrentar várias barreiras, como bem assinala Rosemberg (2012)

Várias amarras à educação formal e pública das mulheres foram sendo rompidas no transcorrer desse acidentado percurso: a segregação sexual das escolas, interditando a educação mista; o ideário de que a educação de meninas e moças deveria ser mais restrita que a de meninos e rapazes em decorrência da saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua ‘missão’ de mãe; o impedimento à continuidade dos estudos secundário e superior para as jovens brasileiras. (2012, p. 334)

Qual foi a importância da escolarização para a emancipação feminina? Em que medida o acesso ao ensino secundário e superior melhorou as condições de vida das mulheres brasileiras? Os estudos sobre a posição da mulher perante o trabalho têm apontado a permanência da segregação sexual. Já no início da década de 1990, Eliana Marta Lopes, investigando a

feminização do magistério, assinalava as implicações subjacentes nas escolhas das carreiras feitas pelas mulheres:

A escolha de uma carreira e de um trabalho é a síntese de toda uma preparação prévia onde a orientação dos valores sociais se faz sentir encaminhando a mulher para determinadas carreiras. Subjacentes a escolhas determinadas pela vocação, está um longo processo que leva a jovem a gostar de carreiras adequadas ao sexo feminino, que não encontram elevadas barreiras quando exercidas e que não dificultam muito o casamento. (LOPES, 1991, p. 27)

Na década de 1970, os primeiros estudos realizados no Brasil investigando a escolaridade das mulheres correlacionando com o mercado de trabalho já apontavam a estratificação sexual na escolaridade e no mercado de trabalho. Esses estudos, tal como afirmam Rosemberg e Amado (1992), punham em relevo que a educação formal feminina não teria sido suficiente para diminuir as diferenças profissionais entre homens e mulheres. As pesquisas apontavam que, apesar da crescente elevação do nível de escolaridade das mulheres, elas tendiam a seguir cursos impregnados de conteúdos humanísticos e voltados para as Letras desembocando em profissões tradicionalmente desempenhadas por mulheres como o magistério, enfermagem, artes, etc.

Os rapazes seguem preferencialmente cursos técnicos. Três tendências vêm marcando essa distribuição diferenciada pelos ramos de ensino: a especialização tende a ocorrer tão precocemente quanto o sistema escolar permita, ela se mantém relativamente constante pelos graus escolares; são frágeis os indícios de que esta estratificação sexual tenda a diminuir. O que se observa de novo é a feminização de certas carreiras, com perda paralela de prestígio. (ROSEMBERG; AMADO, 1992, p. 62)

Na história da educação brasileira, o ensino secundário permaneceu até meados do século XX como um nível de ensino de caráter propedêutico e voltado para a formação das elites. Pode-se mesmo dizer que o acesso das camadas populares ao secundário intensificou-se somente a partir da década de 60 do século XX. O significado dessa ampliação de vagas para jovens do sexo masculino e feminino para um nível de ensino tão elitizado ainda precisa ser melhor investigado. No âmbito da presente pesquisa, alguns questionamentos foram surgindo no confronto com as fontes: quem eram as jovens que tiveram acesso ao ensino secundário paulista no período delimitado para a pesquisa? Como essas moças quebraram os tabus de acesso ao secundário público? Como elas enfrentaram o cotidiano nos ginásios e colégios? Qual foi o significado social, econômico e cultural da ampliação do acesso das jovens ao ensino secundário no estado

de São Paulo, nas décadas de 1930 e 1940? Esse acesso aos ginásios e colégios públicos repercutiu no acesso ao ensino superior e na carreira profissional? O que as jovens fizeram com o diploma de secundarista? Muitos desses questionamentos não serão respondidos por essa pesquisa, mas enunciá-los demarca a necessidade de novas pesquisas e o aprofundamento da discussão sobre o tema. Para melhor dimensionar o significado da expansão das oportunidades educacionais de nível secundário analisado neste capítulo, discorreremos inicialmente sobre a condição feminina no período delimitado pelo estudo. Na sequência, parte-se de aspectos da organização do referido nível de ensino para, enfim, lançar luz aos vestígios da presença feminina no curso ginásial e colegial.

3.1- A condição feminina nos anos 30 e 40 do século XX

3.1.2 – Representações sobre a mulher e o trabalho feminino

Num interessante estudo das representações sobre mulheres veiculadas na imprensa araraquarense, no estado de São Paulo, entre 1920 e 1940, Raquel Discini Campos (2009) encontrou várias matérias reafirmando a idealização da “família feliz” – as mulheres propagadas como esposas afetivas, sadias, belas, instruídas e boas companheiras para maridos também idealizados.¹⁰ A propósito, a historiografia tem investigado as teses médicas, os códigos civis e penais, o discurso religioso, a imprensa feminina, ou seja, um conjunto de discursos que ao longo do tempo e especialmente na primeira metade do século XX, reiteraram a importância da mulher dentro de casa, circunscrita ao mundo doméstico, consubstanciada na representação da “rainha do lar” ancorada na valorização da mãe zelosa, a esposa amorosa e a dona de casa exemplar (ALMEIDA, 2007; BRUSCHINI & AMADO, 1988; NAHES, 2007).

Na análise de jornais publicados em várias cidades do interior de São Paulo, como Olímpia, Catanduva, Mirassol e São José do Rio Preto, Campos (2009) encontrou artigos, propagandas, editoriais e notícias que buscavam normatizar o cotidiano das mulheres e o seu

¹⁰ Essa autora analisou a dimensão educativa da imprensa destacando a força persuasiva e formadora dos jornais. Para ela, os jornais da Araraquarense forjaram representações individuais e coletivas. Desse modo, eles educaram parcela da população, leitores diretos e indiretos, direcionando o olhar para direções que interessavam a certos grupos sociais. . Para a autora, os impressos editados no sertão paulista construíram e reconstruíram a realidade buscando educar e moralizar o leitor, ensinando gostos e modos de ser por meio de escritos, fotos, poemas e crônicas, instruindo a apreciar isto e não aquilo, a consagrar A e rejeitar B. Ver, Campos, 2009.

comportamento. O discurso médico, muito forte nessa imprensa interiorana, como na grande imprensa nacional, enfatizava a “boa mãe” – mulher atenta e vigilante à saúde dos filhos e do marido. Esse discurso médico normatizador indicava como as mulheres da Araraquarense deveriam cuidar dos seus filhos, alertando-as para os benefícios do aleitamento materno e os cuidados com a maternidade.

Ainda segundo a autora, nas décadas de 20 e 30, os jornais davam grande ênfase aos atributos da mocidade, o conhecimento da moda, a formosura e o encantamento das mulheres. . “As roupas mais leves e utilitárias se difundiram dando maior liberdade de movimento para ambos os sexos, e dessa maneira, colaboraram decisivamente para o abrandamento da moral” (CAMPOS, 2009, p. 137).

Campos também identificou nessa imprensa interiorana a construção de novos padrões estéticos. Os cronistas execravam a gordura apresentando-a como sinônimo de saúde comprometida e falta de força de vontade individual. Por outro lado, a esbelteza é reafirmada como um valor a ser perseguido, concebida como padrão de beleza e juventude. Não por acaso, surgem nessa época os concursos de beleza (“rainha da beleza”) edificando a imagem da mulher bela e bem educada. A autora assinala também como a caricatura da mulher se modifica na imprensa que passa a valorizar o trabalho feminino, mas de forma comedida “o perfil da nova mulher requeria novas qualidades, tais como a boa educação, o interesse sincero pelas atividades do marido, pelo engrandecimento da nação, além do sempre enaltecido espírito de caridade em relação aos ‘menos favorecidos’.” (CAMPOS, 2009, p. 121).

Mas, apesar dessas representações, a realidade vivida por muitas mulheres, particularmente as das camadas populares, longe esteve dessas idealizações. Vale assinalar o contingente de mulheres que trabalhavam como operárias, costureiras, secretárias, telefonistas, professoras primária, enfermeiras. E ainda, as que trabalhavam no campo e outras em ocupações menos respeitáveis socialmente: lavadeiras, empregadas domésticas, cozinheiras, passadeiras, doceiras, entre outras.

A respeito do trabalho feminino, Margareth Rago (1997), investigou o cotidiano das operárias no estado de São Paulo, durante a Primeira República. Em seu estudo, ela mostra que nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, parte significativa do operariado era constituída

por mulheres e crianças. Esse contingente era formado, sobretudo por imigrantes: italianas, espanholas, portuguesas, alemãs, romenas, polonesas, húngaras, lituanas, sírias, judias.

Um grande número de mulheres trabalhava nas indústrias de fiação e tecelagem, enquanto o trabalho mais especializado era destinado aos homens. Muitas mulheres complementavam os recursos da família trabalhando como costureiras. O cotidiano do trabalho nas fábricas era muito pesado. As operárias trabalhavam 10 a 14 horas diárias, sob a supervisão dos contramestres e patrões. Às mulheres restavam as tarefas menos especializadas e mal remuneradas. Contudo, segundo Rago (1997), as mulheres foram sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que se desenvolveu a industrialização e ocorreu a incorporação cada vez maior de homens na força de trabalho fabril. Pode-se elucidar há relação entre a falta de escolarização das mulheres e a demanda por técnicos no sistema produtivo. “Assim, enquanto em 1872 as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas, em 1950, passaram a representar apenas 23%.” (RAGO, 1997, p. 582). Esse retraimento da mão-de-obra feminina nas fábricas foi ainda maior nos anos 1930, quando se intensificou a industrialização no Brasil e no estado de São Paulo. Em relação às mulheres negras, Rago afirma que elas continuaram trabalhando nos setores mais desqualificados, depois da Abolição, recebendo salários baixos e péssimo tratamento.

Nos anos 20 e 30 do século XX, o trabalho feminino fora do lar passou a ser amplamente discutido na imprensa tendo em vista a crescente incorporação das mulheres ao mercado de trabalho. Rago ressalta que muitos médicos e higienistas se pronunciaram criticando o trabalho fora do lar justificando que o mesmo levaria à desagregação da família. As trabalhadoras pobres eram consideradas ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas, as quais, por sua vez, eram consideradas menos racionais que os homens. “Desde a famosa ‘costureirinha’, a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica, até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição.” (RAGO, 1997, p. 589).

3.1.3- O contexto sociocultural e educacional da Era Vargas

Durante a Era Vargas (1930 a 1945), em decorrência da aliança entre a Igreja Católica e o governo federal, os padrões conservadores em relação às mulheres foram reforçados na sociedade brasileira.

Como demonstra a historiografia dedicada a esse período (SCHWARTZMAN, 2000, HORTA, 2010, entre outros), o governo de Getúlio Vargas representou um divisor de águas entre as forças políticas do país. Ele não só enfraqueceu o poder das oligarquias estaduais, especialmente de Minas Gerais e São Paulo, como também implementou uma política autoritária de modernização econômica no país. No plano político, a Revolução de 1930 produziu um movimento de centralização que transferiu o poder dos estados da federação para o governo central, o qual passou a assumir papel crescente na sociedade e na economia.

No plano econômico, teve lugar um intenso movimento de industrialização e urbanização que se fez acompanhar de políticas deliberadas de desenvolvimento. O processo de modernização envolveu um Estado capaz de agir sobre setores da economia e a criação de diferentes órgãos para a implementação das novas políticas. No dizer de Luciana Portilho da Silva (2012), nos anos 30 e 40, o desenvolvimento da industrialização de São Paulo não esteve mais subordinado à dinâmica cafeeira, mas seguiu a lógica da expansão da economia nacional baseada na substituição das importações. São Paulo tornou-se o centro dominante de concentração dos resultados da industrialização. Nesse período, o estado de São Paulo consolidou sua base produtiva industrial de grandes proporções e de caráter diversificado. A produção econômica desse estado passou a ser responsável por 47,2% da produção de bens de consumo não duráveis e 53,2% do produto gerado pelo setor de bens intermediários. Além disso, a supremacia econômica de São Paulo encontrava-se na produção de bens de capital e consumo duráveis, que concentrava, no final dos anos 40, 76,6 % de toda a produção nacional. No período que se estende de 1931 a 1940, São Paulo começou a vivenciar a intensificação do êxodo rural. Nesse período chegaram a São Paulo 185.000 imigrantes estrangeiros e cerca de 450.000 migrantes nacionais vindos especialmente do Nordeste (SILVA, 2012).

No plano social, foi criado o Ministério do Trabalho, assim como a Justiça do Trabalho, para atuar nas relações entre o capital e o trabalho. A ação do Estado, regulando as atividades profissionais, é considerada um legado importante da Era Vargas. No plano cultural, o governo

criou instituições que atuaram nos campos da educação formal, do teatro, da música, do livro, do rádio, do cinema, do patrimônio cultural, da imprensa abrindo espaço para a crescente participação dos intelectuais no projeto de construção de uma identidade nacional.

O governo provisório instituído em novembro de 1930 dissolveu o Congresso e passou a legislar por decreto, nomeando interventores federais para governar os estados. A reação paulista contra as medidas do governo federal culminou com a Revolução constitucionalista apoiada pelo estado do Mato Grosso em 1932. Dois movimentos civis foram importantes nesse período: a Ação Integralista Brasileira (AIB) orientada para a direita, liderada por Plínio Salgado, defendia ideias fascistas. A Aliança Nacional Libertadora (ANL), orientada para a esquerda, congregava trabalhadores, setores das camadas médias e a ala esquerda dos “tenentes”. Essa associação defendia em seu programa a liberdade de manifestações e organização política, o cancelamento das dívidas externas, nacionalização das empresas estrangeiras, defesa das pequenas e médias empresas e propriedades. Ainda em relação à organização da sociedade, foi bastante expressiva nessa época, a atuação do Partido Comunista Brasileiro (fundado em 1922).

As reações à política intervencionista instituída por Vargas nos primeiros anos de seu governo resultou no período constitucional entre 1934 e 1937. A Assembleia Nacional Constituinte instalou-se em novembro de 1933. Após oito meses de discussões, foi promulgada a nova Constituição, em 1934, considerada um dispositivo legal de grande avanço democrático. A importância dos estados foi assegurada pela vitória do princípio federalista, ampliou-se o poder da União, nos novos capítulos referentes à ordem econômica e social e no plano da política social foram aprovadas medidas que beneficiavam os trabalhadores, como a criação da Justiça do Trabalho, o salário mínimo, a jornada de trabalho de oito horas, férias anuais remuneradas e descanso semanal. Mas o governo sofreu uma importante derrota com a aprovação da pluralidade e da autonomia sindicais em lugar do sindicato único por categoria profissional. Foi assegurado na Constituição um capítulo exclusivo à família com medidas de proteção ao casamento e aos filhos.

No campo educacional, a Constituição de 1934 buscou atender às reivindicações de vários grupos estabelecendo o ensino religioso, o percentual mínimo de verbas públicas para a educação, o ensino primário universal e gratuito e a ênfase na educação física, moral e cívica para o desenvolvimento dos valores nacionais.

Em 1935 ocorreu o movimento conhecido como Intentona Comunista que serviu de alibi para que o Congresso permitisse ao presidente Getúlio Dornelles Vargas decretar “estado de sítio” em todo o país. A partir de então, cria-se o aparelho repressor do Estado, especialmente, a Comissão de Repressão ao Comunismo.

Em 1937, foi instituído o Estado Novo, por um golpe liderado pelo presidente Getúlio Vargas instituindo uma ditadura civil no país. A partir de então foram fechados o Senado e a Câmara dos Deputados, dissolvidos todos os partidos políticos, proibidas as milícias, uniformes e insígnias, queimadas as bandeiras dos estados (símbolo da sua autonomia) e outorgada uma nova Constituição redigida por Francisco Campos.

No que diz respeito à educação, a Era Vargas foi marcada pela centralização, o autoritarismo, o nacionalismo e por políticas de desenvolvimento da educação secundária, superior e técnica. Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Ainda no âmbito da atuação de Francisco Campos como Ministro da Educação e Saúde foi instituída a reforma do ensino superior com a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto 19. 851, de 11/04/1931) adotando o regime universitário. Entre as várias disposições inovadoras dessa reforma, cabe ressaltar a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras destinada à formação de professores secundaristas e à produção de pesquisa científica. As Faculdades de Ciências e Letras tiveram uma expansão lenta nas décadas de 30 e 40, mas foram importantes para a escolarização feminina em nível superior, pois muitas mulheres encontraram, nos cursos oferecidos nessas Faculdades, uma carreira profissional.

O Ministro Francisco Campos também estabeleceu a reforma do ensino secundário que deu organicidade a esse nível de ensino como veremos na sequência deste texto.

Em 1934, Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde Pública e permaneceu nesse cargo até o final da Era Vargas. A tendência conservadora do governo Vargas e de seus apoiadores pode ser evidenciada nas políticas dirigidas à proteção da família e à organização da juventude. Como mostra Schwartzman et al (2000), houve várias tentativas (projetos) buscando definir e normatizar o lugar da mulher como esposa e cuidadora do lar. A família, vista como fundamento da nação, teve um lugar central nos projetos ideológicos do governo.

A política do Estado Novo orientou-se pelo autoritarismo, a centralização e a ênfase no nacionalismo. O esforço de nacionalização se concretizou pela implementação de três âmbitos de atuação governamental:

a) Defesa do conteúdo nacional dado à educação transmitida nas escolas e por outros instrumentos formativos. Noção de brasilidade, valores religiosos com base no catolicismo.

b) Padronização das diversas instituições e níveis de ensino – universidade-padrão, escolas-modelo secundárias e técnicas padronizadas, etc. Ênfase na homogeneidade e o controle.

c) Erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais, isto é, a necessária assimilação dos estrangeiros tomada como questão de segurança nacional. (SCHWARTZMAN et al, 2000).

A política de nacionalização empreendida pelo governo Vargas foi violenta com os imigrantes, especialmente com os alemães e os japoneses, resultando no fechamento de inúmeras escolas, proibição de importação de livros didáticos e estabelecimento da obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa.

3.2 – O papel conservador atribuído às mulheres na Era Vargas

Semiramis Nahes (2007) estudou a imagem da mulher no Estado Novo com base no exame das matérias publicadas na revista feminina intitulada *Fon-fon: a revista feita para o lar*. A autora afirma que essa revista criada no início da República tinha preocupações literárias, destinadas às mulheres de classe média e burguesa, Porém, a partir da Era Vargas, e principalmente durante o Estado Novo, ela passou a fazer uma campanha massiva de reforço do papel da mulher como mãe e boa esposa. O trecho abaixo, reproduzido da revista, é ilustrativo da força dessa representação:

A missão feminina na vida é importantíssima; a mulher é auxiliar do homem, além de ser sua companheira, e seu papel, na vida, é glorioso (...). A mulher tem a seu cargo criar e repartir a felicidade. Fazendo felizes seus filhos e seu marido (...). Os deveres a ella impostos, pela grandiosidade mesma da sua missão na vida, devem ser aceitos sem revolta e realizar-se com alegria (Fon-fon, 21/12/1940, p. 16 apud NAHES, 2007, p. 43).

Nas páginas da revista *Fon-fon*, a autora encontrou matérias que davam conselhos, indicações de bordados, notas sobre asseio, postura ideal, enfim valores de uma sociedade

higienista e de um discurso médico-religioso adotado no governo Vargas que privilegiou Saúde, Educação, Igreja e Meios de Comunicação como órgãos de controle social do Estado. A autora encontrou a preocupação com a pureza racial e um nacionalismo exacerbado. Em muitas matérias ela percebeu a indicação do aprimoramento da raça e a valorização da família sadia e identificou a imagem do feminino como sentimental, emocional e a mulher bela e encantadora, porém pouco inteligente.

Depois de 1942, após o governo ter sido forçado a expressar o apoio aos Aliados na Segunda Guerra Mundial, as matérias da revista Fon-fon passaram a veicular o *american way of life*. Dessa maneira, a presença da mulher será marcada, pelos mitos femininos de Hollywood.

O estudo de Bassanezi (1997) embora analise as representações das mulheres em voga nos Anos Dourados, isto é, na década de 50, permite apreender muitos aspectos da condição feminina vigente no Brasil nas décadas anteriores. Num tempo em que ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres, a sociedade valorizava as chamadas “moças de família” em contraposição “às moças levianas”.¹¹ A *moça de família* manteve-se como um modelo das garotas dos anos 50 e foi bastante disseminado no Brasil, fosse nas cidades grandes como São Paulo ou Rio de Janeiro ou mesmo nas pequenas cidades do interior. A moral sexual dominante nos anos 50 exigia das mulheres solteiras a virtude relacionada à contenção sexual e à virgindade. Por outro lado, aos homens eram permitidas relações sexuais com várias mulheres. O namoro era muito valorizado e considerado uma etapa preparatória para o noivado e o casamento.

Nos Anos Dourados cresceu a participação feminina no mercado de trabalho. Isso ocorreu principalmente no setor de serviços de consumo coletivo, ou seja, em escritórios, no comércio ou em serviços públicos. Muitos desses empregos, como a enfermagem, foram ocupados preferencialmente pelas mulheres. O magistério, as atividades burocráticas no serviço público, assistência social, vendedora, etc. Para Bassanezi (1997), embora essas atividades exigissem uma certa qualificação das mulheres, isso não as tornava carreiras bem remuneradas. No entanto, para essa pesquisadora, essa demanda por maior escolaridade feminina provocou mudanças no *status*

¹¹ Segundo Bassanezi, as moças de família eram aquelas que se portavam corretamente. “Tinham gestos contidos, respeitavam os pais, preparavam-se adequadamente para o casamento, conservavam sua inocência sexual e não se deixavam levar por intimidades físicas com os rapazes. Eram aconselhadas a comportarem-se de acordo com os princípios morais aceitos pela sociedade, mantendo-se virgens até o matrimônio enquanto aos rapazes era permitido ter *experiências sexuais*.” (1997, p.610)

social das mulheres. Teria o ensino secundário contribuído para isso? É provável, dado o status que esse nível de ensino ainda possuía na sociedade brasileira como ensino de distinção social, conforme afirma Souza (2008).

Por outro lado, Bassanezi (1997) também ressalta como ainda se mantinha forte nos anos 50 o preconceito em relação ao trabalho feminino. Para ela, como as mulheres ainda eram vistas prioritariamente como donas de casa e mães, a ideia da incompatibilidade entre casamento e vida profissional tinha grande força no imaginário social. Os homens e muitas mulheres temiam que a saída da mulher de casa para se dedicar ao trabalho ameaçaria a estabilidade do matrimônio e a felicidade do lar. Por isso, era muito comum, nesse período, as mulheres interromperem o trabalho com o casamento ou a chegada do primeiro filho. O magistério era o curso mais procurado pelas moças, uma vez que o magistério possibilitava a conciliação entre o casamento, filhos e um trabalho socialmente valorizado de meio período.

Os níveis de escolaridade feminina aumentaram significativamente nos anos 50 em decorrência da expansão de todos os níveis de ensino. Segundo Bassanezi (1997, p. 624), “A proporção de homens para mulheres com curso superior, que em 1950 era de 8,6 para 1, baixou, em 1960, para 5,6.” Mas a educação com vistas a um futuro profissional era bem menos valorizada para as mulheres que para os homens.

Esse notável aumento da escolaridade feminina ocorreu especialmente no estado de São Paulo. A tabela abaixo permite verificar como foi rápida a superação da diferenciação de escolaridade entre homens e mulheres no ensino médio em apenas duas décadas. Enquanto em 1940 havia menor inserção das mulheres no grau médio, duas décadas depois, a participação feminina compreendia a metade dos estudantes desse grau de ensino.

TABELA 5 – Distribuição percentual da população por curso completo, no estado de São Paulo.

Ano	Sexo	Grau Elementar	Grau Médio	Grau Superior
1940	Homens	10,27	2,26	1,01
	Mulheres	10,65	1,93	0,14
1950	Homens	27,27	4,79	1,20
	Mulheres	26,40	4,46	0,14
1960	Homens	32,45	6,92	1,63
	Mulheres	30,97	6,73	0,29

Fonte: SILVA, 2012

Permaneceu, contudo, a discrepância entre a participação feminina e masculina no nível superior. Em 1960, 85% das pessoas que possuíam grau superior completo no estado de São Paulo eram homens e apenas 15% eram mulheres.

Em 1940, a preferência das estudantes se concentrava em cerca de 50% para o Curso Pedagógico e Magisterial e o restante se distribuía entre ‘De Artes Domésticas’, com 16%; Comercial com 12 %, Música representando 8%; Assistência Social, com 5% de procura; e Farmácia com 4% do interesse feminino. (SILVA, 2012, p. 55).

Analisando a participação da mulher no ensino superior na Universidade de São Paulo, Silva (2012, p. 58) encontrou uma grande concentração de mulheres na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ao todo ela verificou 4.817 formandas no período de 1934 a 1969, enquanto na Politécnica, entre 1895 e 1969, formaram 93 estudantes do sexo feminino. No Direito, o número de formandas no período de 1901 a 1969 foi igual a 1.116 alunas e na Medicina (período de 1919 – 1969) igual a 314 mulheres.¹²

Os dados analisados por Silva confirmam as análises que ressaltam a pouca correlação entre escolaridade das mulheres e inserção no mercado de trabalho. Mesmo em São Paulo, onde a industrialização ocorreu de forma intensa a partir da década de 1930, essa correlação permaneceu pequena. Nos anos 40, ainda havia uma grande diferença entre os níveis de participação feminina e masculina no mercado de trabalho nesse estado.

¹² A primeira mulher a se matricular no curso de Direito Foi Maria Augusta Saraiva em 1898, 70 anos após sua criação, sendo também a primeira advogada formada pela faculdade de Direito de São Paulo, em 1901. Cerca de 50 anos depois, 1948, é que se terá a primeira docente, a professora Esther Figueiredo Ferraz. E apenas depois de mais de três décadas, em 1976, seria nomeada a primeira professora Titular, a Dr^a Nair Lemos Gonçalves. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, desde as primeiras turmas o número de estudantes mulheres era maior do que de homens e já no momento de sua fundação contava, mesmo que em número reduzido, com docentes femininas, diferentemente das demais unidades. O corpo docente de professores era composto por 53 homens e 2 mulheres, sendo elas a catedrática Noemy da Silveira Rudolfer ministrando Psicologia Educacional, e a professora Anita de Castilho e Marcondes Cabral de Psicologia. Ver, Portilho, 2012, p.59-60.

TABELA 6 - Participação total no mercado de trabalho de pessoas com 10 anos e mais, por sexo, no estado de São Paulo.

Ano	Mulheres	Homens
1940	31,59	83,66
1950	25,5	82,18
1960	23,95	77,34

Fonte: (Silva, 2012, p. 97)

O estado de São Paulo foi pioneiro na elaboração de leis de cunho protecionista à mulher. A primeira neste sentido foi a Lei nº 1.596, de 29 de dezembro de 1917, que instituiu o Serviço Sanitário do Estado, proibindo o trabalho feminino em estabelecimentos industriais durante o último mês de gravidez e no primeiro pós-parto. Em 1923, esta lei foi expandida para todo território nacional, por via do Decreto nº 16.300 de 21 de dezembro de 1923. Este mesmo Decreto possibilitou às empregadas o direito à amamentação de seus filhos, embora não estabelecesse a duração dos intervalos, e previa também a criação de creches ou salas de amamentação próximas às sedes dos estabelecimentos.

As Constituições brasileiras de 1824 e 1891 não fizeram qualquer referência aos direitos do trabalhador em geral, nem, conseqüentemente, aos direitos da mulher em relação ao trabalho. Foi a partir da Constituição de 1934 que se consagraram alguns direitos às mulheres trabalhadoras. Foi proibido o trabalho feminino em indústrias insalubres, dispondo sobre assistência à gestante e sobre descanso antes e depois do parto. Sobre a diferença salarial, apenas a Constituição de 1937 não proibia a diferença salarial quando se tratasse do mesmo trabalho (SILVA, 2012, p. 88)

Assim como Bruschini e Amado (1988) e Rosemberg e Amado (1992) já haviam afirmado anteriormente, Portilho conclui seu estudo sobre a relação entre educação e trabalho feminino no estado de São Paulo (1940 – 1950) ressaltando que diferentemente do homem, a possibilidade da participação da mulher na atividade produtiva é influenciada, em menor ou maior escala, por certas características como idade, estado civil, escolaridade, número de filhos, vida familiar, localização rural ou urbana, entre outras. Portanto a participação das mulheres nas atividades produtivas não se define apenas pelas condições do mercado ou pela estrutura do emprego, mas também por sua posição na família e pela classe social e raça a que pertencem.

Cada etapa do seu ciclo de vida (filha, esposa ou mãe) corresponderá a determinadas necessidades e possibilidades de trabalho que, segundo as oportunidades oferecidas pelo mercado, definirão a situação da mulher em relação às atividades produtivas. Apenas tendo este movimento claro é que se pode entender a participação e o movimento feminino em relação ao mercado de trabalho, sendo este entendido como parte integrante das estratégias familiares de sobrevivência, manutenção e ascensão social. (SILVA, 2012, p.89)

Todos esses elementos devem ser considerados no estudo do impacto da escolarização das mulheres no mercado de trabalho. O que as moças de classe média fizeram da experiência de formação no ensino secundário nas décadas de 30 e 40 não compreende uma resposta simples. Mas como bem advertiu June Hahner (2003, p. 20):

A história das mulheres não pode ser vista apenas como uma história exclusivamente de protesto, nem como uma história de contribuidoras, focalizada em mulheres famosas. Também não podemos estudar apenas imagens de mulheres, seus papéis sexuais, embora tudo isso seja importante e merecedor de exame erudito minucioso. Deve-se investigar a gama total de experiências de vida das mulheres, suas atividades, funções, problemas, percepções e valores.

A experiência de escolarização em nível médio ainda está por ser investigada. Nesta dissertação, procuramos iniciar essa investigação apresentando um quadro geral da presença feminina na educação secundária no estado de São Paulo.

3.2.1 A estruturação do ensino secundário em âmbito federal e estadual.

Como têm assinalado vários autores (SILVA, 1969; DALLABRIDA, 2009, SOUZA, 2008, NUNES, 2000) foi com a reforma realizada por Francisco Campos que ocorreu a sistematização e organização do ensino secundário no Brasil.

A reforma do ensino secundário empreendida pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos foi efetivada por um conjunto de decretos que buscaram normatizar a estrutura e o funcionamento desse nível de ensino para todo país.

Uma das principais inovações da reforma foi a finalidade estabelecida para o ensino secundário, deslocando a ênfase predominante na finalidade propedêutica para a preparação dos jovens para a vida. (SOUZA, 2008).

A duração do curso foi modificada para 7 anos divididos em dois ciclos: o primeiro, concebido como ciclo comum, compreendia o curso fundamental de cinco anos destinado à formação geral do adolescente. O segundo, denominado curso complementar tinha duração de dois anos e previa a especialização contemplando três seções, cada uma delas com matérias específicas voltadas à preparação dos alunos para o vestibular em diferentes áreas: o curso Jurídico, os de Medicina, Farmácia e Odontologia e os de Engenharia, Arquitetura e Química Industrial. Essa reforma ampliou a possibilidade de equiparação oficial a todos os estabelecimentos de ensino secundário. O que era anteriormente restrito ao Colégio Pedro II, foi ampliado para os ginásios públicos estaduais e municipais. Para tanto, a lei previa a criação de um sistema nacional de inspeção do ensino secundário, a ser realizado por uma rede de inspetorias regionais.

Segundo Dallabrida (2009), a modernização do ensino secundário brasileiro conferiu organicidade à cultura escolar do ensino secundário rompendo com estruturas seculares nesse nível de ensino:

Por meio da fixação de uma série de medidas, como aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. (DALLABRIDA, 2009, p.185)

Ao voltarmos para a questão curricular estabelecida pela Reforma Campos, Souza afirma:

[...] além do rol das matérias a serem ministradas nas disciplinas em cada série, as finalidades e proposições renovadoras e traços das ciências pedagógicas (...) a reforma Francisco Campos conferiu uma identidade ao secundário e promoveu a sua metodização, assentando, de certo modo, as bases preliminares e oficiais de uma pedagogia da educação secundária. Mudanças internas às disciplinas revelam a incorporação de modelos pedagógicos em circulação em diferentes esferas, fosse nas escolas normais e Institutos de Educação onde primeiro se desenvolveu um discurso sistematizado em torno da metodologia do ensino, fosse nas escolas secundárias ou nas instituições de produção das ciências de referência (SOUZA, 2008).

Outro aspecto importante dessa reforma foi a instituição de um sistema rígido de avaliação que assegurava a alta seletividade do ensino secundário. Para o ingresso no primeiro

ciclo do curso, ficou mantido o exame de admissão. Em todas as séries do curso fundamental e complementar os alunos deveriam ser submetidos a várias avaliações como arguições, trabalhos práticos, provas escritas parciais e finais. Para Souza (2008), a determinação desse minucioso sistema de exames tornou a escola secundária seletiva e fundamentada na excelência escolar.

As discussões referentes ao problema da educação nacional foram intensas e profícuas no início da educação de 30, do século XX envolvendo intelectuais de diversos ramos. O ápice dessas discussões foi a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932. Esse manifesto, além da defesa da escola pública e da reconstrução educacional, cultivava a ausência de uma política nacional de educação para o país mediante o estabelecimento de diretrizes gerais e propunha um sistema articulado de ensino do nível primário ao superior com especial atenção ao ensino secundário, considerado “o ponto nevrálgico” do problema educacional do país.

No entanto, se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço do estado atual da educação pública, no Brasil, se verificara que dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram criar um sistema de organização escolar á altura das necessidades modernas do país.(MANIFESTO, 1984. p 407)

Os redatores do manifesto convocam o governo a reconhecer o seu dever de considerar a educação como uma função social eminentemente pública que ele deveria promover e assegurar.

Em relação ao ensino secundário, o Manifesto indicava a necessidade de sua democratização sinalizando a relação que deveria manter com o mundo do trabalho:

A escola secundária deixará de ser assim a velha escola de “um grupo social”, destinada a adaptar a inteligências a uma forma rígida de educação, para ser um aparelho flexivo e vivo, organizado para satisfazer as necessidades práticas dos grupos sociais [...].

A escola secundária, unificada para se evitar o divórcio entre os trabalhadores manuais e intelectuais, terá uma sólida base comum geral (3 anos) para posterior bifurcação (dos 15 aos 18 anos), em secção de preponderância intelectual (com os 3 em cyclos de humanidades modernas, ciencias phisicas e mathematicas; scencias chimicas e biológicas), e em secção de preferência manual, ramificada por sua vez, em cyclos, escolas ou cursos destinados à preparação às atividades profissionais, decorrentes da extracção de matérias primas (escolas agrícolas, de mineração e de pesca) da elaboração das matérias

primas (industriais e profissionaes) e da distribuição dos productos elaborados (transportes, comunicações e commercio).(Manifesto, 1984. p 418 - 419)

Como observa Souza (2008), na proposta dos pioneiros já se verificava a defesa da articulação do ensino secundário com os demais ramos do ensino técnico. Para Souza (2008), apesar dos avanços propostos no Manifesto e na Reforma Campos, em 1942, a lei orgânica do Ensino Secundário (Decreto – lei nº 4. 244, de 9 de abril) representou um retrocesso na normatização desse nível no Brasil. Conhecida como reforma Capanema, atribuída ao Ministro de Educação e Saúde , Gustavo Capanema, essa legislação deu ênfase ao currículo humanista e ao caráter propedêutico elitista do secundário cuja finalidade pressupunha a formação das elites condutoras do país com base nas humanidades, nos valores cívicos e na consciência patriótica.

A reforma estruturou o secundário em dois ciclos: o ginásial (4 anos de educação) e o colegial (3 anos de duração). O exame de admissão continuou a ser exigido para o ingresso no primeiro ciclo do curso, isto é, para ingresso na 1º série do ginásial. Além disso, manteve – se o sistema de controle e fiscalização das escolas realizada pelos inspetores federais e mediante duas estratégias – a equiparação (escolas mantidas pelos estados e pelo Distrito Federal) e o reconhecimento (escolas mantidas pelos municípios e pela iniciativa particular).

Como assinala Souza (2008), foi sob a vigência dessa reforma, em vigor até 1961, que ocorreu a primeira etapa de expansão significativa do secundário público no estado de São Paulo e no Brasil.

Em relação á educação feminina, cabe destacar o papel reservado ás mulheres no período em que Gustavo Capanema esteve na direção do Ministério da Educação e Saúde Pública. Os autores, Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), afirmam que Capanema reservou um tratamento especial ás mulheres legislando sobre a proteção á família e sobre a educação adequada a seu papel familiar. Pode-se dizer que a posição desse ministro era muito conservadora em relação ás mulheres, reafirmando o lugar delas no lar e na família.

No âmbito educacional, foi previsto, no Projeto do Plano Nacional de Educação de 1937, o ensino feminino profissionalizante, dividido em doméstico geral, agrícola e industrial.

A lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 estabeleceu recomendações específicas para a educação das mulheres nesse nível de ensino prevendo um tratamento diferencial dos sexos. A

lei introduziu a disciplina economia doméstica nas escolas secundárias como educação feminina e incluiu “prescrições especiais” para o ensino secundário feminino:

1-É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino secundário de exclusividade de frequência feminina.

2- Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério da Educação.

3- Incluir-se-á na 3º e 4º séries do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássicos e científicos a disciplina de economia doméstica.

4-A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina bem assim a missão da mulher dentro do lar. (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000)

Nas indicações metodológicas para o cumprimento dos programas estabelecidas pelo governo federal para cumprimento da Lei Orgânica do Ensino Secundário foram incluídas orientações específicas para a educação feminina. Por exemplo, no ensino da Língua Portuguesa, nas lições de leitura era recomendado que os textos indicados para as meninas encarecessem as virtudes próprias da mulher,

(...) a sua missão de esposa, de mãe, de filha, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e o seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade, o cultivo daquelas qualidades com que ela deve cooperar com o outro sexo na construção da pátria e na ligação harmônica do sentimento da pátria com o sentimento da fraternidade universal. Os excertos que visarem principalmente à educação dos alunos do sexo masculino procurarão enaltecer aquela têmpera de caráter, a fôrça de vontade, a coragem, a compreensão do dever, que fazem os grandes homens de ação, os heróis da vida civil e militar e esses outros elementos, não menos úteis à sociedade e à nação, que são os bons chefes de família e os homens de trabalho, justos e de bem. (SOUZA, 2008, p. 179).

A disciplina Economia Doméstica, deveria ser ministrada às meninas na 3ª e 4ª séries do curso ginásial visando a despertar nas moças o interesse pelas atividades próprias do lar e da natureza feminina. Nesse sentido, o programa envolvia arranjo e higiene da habitação, preparo, conservação e uso das roupas, preparo, conservação e uso dos alimentos, contabilidade doméstica (orçamento doméstico, registro de despesas, relações no lar), noções de puericultura (a criança, recém-nascido, a alimentação da criança, cuidados higiênicos, moléstias, noções de enfermagem),

noções de serviço social (solidariedade social e o espírito feminino, meios e formas do serviço social, instituições de assistência à infância e à maternidade, como deve a mulher concorrer para um mundo melhor). Além do conteúdo, eram indicados também exercícios práticos: trabalhos de agulha (pontos, pespontos, remendos, bainhas, cerzidos e caseados, peças de utilidade prática, trabalhos de crochê, tricô e bordado simples) e o desenvolvimento de projetos anuais, por exemplo, enxovais para crianças recém-nascidas, destinados a maternidades e creches, entre outros. Tratava-se, portanto, da escolarização de saberes próprios do universo feminino, como afirmou Souza, (2008).

A educação secundária tal como foi concebida pelo Ministro Capanema e seus assessores deveria reforçar os valores tradicionais atribuídos ao papel da mulher na sociedade brasileira. Portanto, no momento em que se expandiam as possibilidades de maior acesso das mulheres ao ensino secundário, tendo em vista a expansão dos ginásios e colégios, a formação destinada a elas nessas escolas reafirmou os padrões conservadores da educação feminina.

O estado de São Paulo saiu na frente dos demais estados brasileiros na expansão do secundário público. Nas décadas de 1930 e 1940 foram instaladas mais de 50 novas escolas como será analisado na sequência deste capítulo. No entanto, essa expansão ocorreu em duas etapas: primeiro incidiu sobre o curso ginásial e posteriormente atingiu o curso colegial. Isso significa que rapazes e moças ampliaram as oportunidades educacionais de nível médio mantendo a diferenciação entre esses dois cursos. O ginásial tornou-se uma etapa de formação comum dos adolescentes enquanto o colegial manteve a característica tradicional de curso propedêutico de preparação para o ensino superior. Efetivamente, o primeiro ciclo do secundário, isto é, o ginásial, foi o curso que se expandiu primeiramente possibilitando o alargamento da escolaridade de moças e rapazes. No entanto, o segundo ciclo, isto é, o curso colegial, continuou atingindo um grupo muito pequeno de alunos até meados do século XX.

3.2.2– A expansão do ensino secundário e a escolarização feminina

A centralização do secundário, estabelecida pelo governo Federal a partir dos anos 30 do século XX, deixou aos estados pouca margem de atuação para organização desse nível de ensino. Coube a eles normatizarem seus ginásios em conformidade com a legislação federal.

O estado de São Paulo, já contava no início dos anos 30, com um conjunto significativo de escolas secundárias, particulares. Em 1930, havia 29.239 alunos matriculados no secundário nesse estado, 27.842 em escolas particulares e 1.397 nos três ginásios públicos (SOUZA; DINIZ, 2014, p. 222). A rede particular, portanto, era responsável por 95,2% das matrículas no secundário. Compreende – se assim a elitização desse nível de ensino e, especialmente, a elitização da escola secundária pública.

TABELA 7- Matrícula Geral nas escolas do Estado de São Paulo em 1930.

Cursos	Matrícula Geral		
	Feminino	Masculino	Total
Pré - Primário e Primário	210.780	244.483	455.263
Curso Complementar	1.938	559	2.497
Curso Secundário	6.309	21.530	27.839
Curso Profissional	15.549	13.452	29.001
Curso Superior	558	3.139	3.697
Curso Disciplinar e Penitenciário	–	1.557	1.557
Ensino Militar	–	2.276	2.276
Totais	235.134	286.996	519.854

Fonte: Estatística Escolar do Estado de São Paulo, 1931 (p XVII)

Os dados da tabela 7 mostram que no ensino primário o número de meninas é pouco menor que o número de meninos. Num total de 455. 263 alunos matriculados, a matrícula feminina era igual a 210.780 e a matrícula masculina era de 244.483. Quanto ao curso complementar havia 2.497 alunos, dos quais as mulheres eram a maioria com matrícula de 1.938 moças em detrimento de 559 moços. No campo do ensino secundário havia 27.839 alunos inscritos com superioridade para a matrícula masculina, havia 21.530 rapazes em detrimento de 6.309 moças. Todavia, os acessos femininos voltam a ser maiores nos cursos profissionais de 29.001 acessos, desses 15.549 eram mulheres e 13.452 eram homens. No reduto dos estudos superiores os acessos femininos voltam a ser menores entre 3.697 alunos, 558 eram mulheres ao passo que 3.139 eram homens. Já no curso disciplinar e penitenciário e no ensino militar os acessos femininos foram ausentes, visto que, no primeiro havia 1.557 e no segundo 2.276 moços.

Ainda de acordo com a Estatística de 1930, funcionaram no estado de São Paulo 10 estabelecimentos oficiais de ensino normal, sendo 2 na Capital e 8 no interior. Anexos a esses institutos funcionaram igual número de escolas complementares. A matrícula nas escolas normais foi 3.684 e nas complementares de 2.497. No curso normal havia 409 alunos do sexo masculino e 3.275 do sexo feminino. O Estado possuía 49 escolas normais livres com 4.017 alunos matriculados, sendo 282 do sexo masculino e 3.735 do sexo feminino. (SÃO PAULO, 1931, p. 72). Ainda em relação ao ano de 1930, funcionaram no estado de São Paulo 8 escolas Técnico-profissionais mantidas pelo estado (2 na Capital e 6 no interior). Nessas escolas, a matrícula geral no fim do ano foi de 4.155 alunos. Destes, 1.970 eram do sexo masculino e 2.185 do sexo feminino. (SÃO PAULO, 1931). Observamos assim, como a escolarização feminina concentrava-se no ensino primário, no curso normal e nos ramos técnicos do ensino comercial e industrial. No ensino secundário, como buscaremos mostrar abaixo, o acesso das moças foi gradativo e intensificado com a expansão dos ginásios públicos e implantação dos cursos ginásiais nas escolas normais.

TABELA 8 - População do Estado segundo os Recenseamentos Federais de 1872, 1890, 1900, 1920 e 1940.

Especificação	Resultados Censitários				
	1872	1890	1900	1920	1940
Homens	436.344	708.011	1.185 569	2.381 740	3.727 136
Mulheres	401.010	676.742	1.096 710	2.210 448	3.533 990
Totais	837.354	1.384 753	2.282 279	4.592 188	7.261 126
Sabendo ler e escrever	141.171	195.665	564.392	1.369 579	2.875 406
Não sabendo ler nem escrever	696.183	1. 189 088	1. 717 887	3.222 609	4. 385 720

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, Cf. São Paulo, 1941, p. 93.

Entretanto, segundo Anuário Estatístico do Estado de São Paulo de 1941 com base no resultado censitário estadual dos anos de 1872, 1890, 1900, 1920 e 1940, nos advertem quão longe ainda estava a escola de populações com as seguintes peculiaridades: maiores indicadores masculinos com desvantagem para a população feminina tanto no final do século XIX quanto na

primeira metade do século XX. Em 1872 havia uma diferença de 35.334 homens, em 1890 foi de 31.269, em 1900 foi igual a 88.859, em 1920 era de 171.292 e em 1940 a superioridade masculina foi de 193.146.

Com relação aos alfabetizados e não alfabetizados, as distâncias do segundo em detrimento do primeiro foram constantes. Em 1872 a superioridade dos que não sabiam ler em relação aos designados com domínio na leitura e escrita foi de 555.012, em 1890 igual a 993.423, em 1900 foi de 1.153 495, em 1920 foi igual a 1.853 030 e em 1940 foi de 1.510 314.

3.2.3 - O acesso das meninas ao primeiro ciclo do curso secundário

Em 1931, os ginásios oficiais de São Paulo foram regulamentados pelo Decreto nº 5.117, de 20 de julho, em conformidade com a reforma Francisco Campos.

Em 1932, iniciou-se a expansão dos ginásios estaduais com a criação de 5 novos estabelecimentos (em Araraquara, Itu, Taubaté, Catanduva e São José do Rio Preto). De acordo com o estudo de Souza e Diniz (2014), os interventores de São Paulo, passaram a investir na expansão do secundário valendo-se da colaboração dos municípios em relação à cessão de periódicos, terrenos e mobiliários para o funcionamento das escolas.

Em meados da década de 30, essa política dos interventores era algo surpreendente e ressaltado como uma iniciativa de inegável significado democrático, como se pode verificar no relatório do diretor geral do ensino, Almeida Junior, referente a 1936. Partidário da Escola Nova, Almeida Junior defendia a expansão do secundário como princípio democrático:

Note-se porem, que à democracia não basta os homens de educação primária. Para que possam assumir os encargos complexos da comunidade, há indeclinável necessidade de homens de cultura secundaria e superior, constituindo, pois, erro de previsão não cuidar do ensino desses graus.

Anti-democratica está em deixar a educação secundária nas mãos apenas das instituições privadas. Os critérios de selecção adoptados por estas não são idênticos aos do Estado. O Estado selecciona os candidatos à sua escola pela capacidade intellectual. A instituição particular acrescenta ainda, como condição, as possibilidades económicas. Estuda quem tem com que pagar. De onde esta consequência verdadeiramente anti democrática: a ascensão cultural e social apenas dos ricos. (SÃO PAULO, 1936, p. 251)

Como bem explicou o diretor geral do ensino, no estado de São Paulo, o ensino secundário e o normal estavam subordinados à uma única chefia, isso porque, as escolas

normais funcionavam também como escolas secundárias. “Num só edifício, com um só director e um corpo administrativo único, funcionam, de facto, duas instituições: o curso fundamental, de grau secundário e o curso normal ou profissional” (SÃO PAULO, [1936], p.251).

Dessa forma, em 1936, encontravam-se em funcionamento 34 escolas secundárias (incluindo os ginásios oficiais e os cursos fundamentais que funcionavam nas escolas normais). Conforme assinalou Almeida Junior, a situação dessas escolas secundárias estaduais em relação aos prédios escolares era bastante satisfatória, pois, 19 estabelecimentos funcionavam em edifícios construídos especialmente para este fim, dois prédios encontravam – se em construção, quatro em projeto e nove funcionavam em prédios adaptados. Apesar do crescimento significativo de ginásios oficiais, o maior número de matrículas no secundário encontrava-se na rede particular e municipal que totalizavam 115 ginásios, fiscalizados pelo Governo Federal, sendo 40 na Capital e 75 no interior.

Na opinião do diretor do ensino no estado de São Paulo, havia dois problemas em relação às escolas secundárias: a instalação e o recrutamento do corpo docente. Em relação à instalação, o Governo estava providenciando o estudo de projetos de construção de prédios para os ginásios. O Ginásio da Capital seria o primeiro a ser construído seguindo os novos padrões estabelecidos. A esse respeito, Almeida Junior destacou um trecho da mensagem presidencial daquele ano:

Dos estudos em apreço acha-se mais adiantado o do Gymnasio do Estado, que será, também sob o ponto de vista material, uma das intallações modelares do paiz. O local escolhido, no bairro da Consolação, attende plenamente a todos os requisitos de acesso, tranquillidade, insolação e iluminação. Terá acomodações para mais de 800 alumnos, secções cienticas, laboratórios modernos, instalações sociaes para os alumnos, salas para amphitheatro, para festas e epectaculos instructivos, bibliotheca, secção medica, amplo gymnasium, piscina, restaurante para lanche e refeições rápidas, terraços para descanso e diversões, observatório, etc. As installações recreativas deverão ser normalmente franqueadas aos próprios alumnos e ex – alumnos, à noite e nos dias e períodos feriados. E’ uma de extensão. O Gymnasio, que tem sempre ocupado edificios alugados ou empréstimo, em continuas mudanças, receberá orientação moderna susceptível agora compensação para os longos annos de installação incerta, sempre inadequada e mesquinha (SÃO PAULO, 1936, p.262).

Para o ano de 1935, o Anuário do Ensino do estado de São Paulo de 1935-1936, registrou 3.867 alunos matriculados nos 20 ginásios oficiais mantidos pelo Estado, sendo 2.449 do sexo masculino e 1418 do sexo feminino. (SÃO PAULO, 1936, 547)

Em 1935, porém, a rede estadual de ensino primário do estado contava com 464.180 alunos. Desse total de matriculados, 53,28% eram do sexo masculino e 46,72% do sexo feminino. (SÃO PAULO, 1936, p. 392). Comparando, portanto, o número de alunos matriculados no secundário e no primário estadual, verifica-se que os estudantes secundaristas matriculados nos ginásios oficiais correspondiam a menos de 1% dos alunos matriculados no primário.

Como afirmam Souza e Diniz (2014), em 1940, no relatório apresentado pelo interventor Adhemar de Barros ao Presidente Getúlio Vargas, referente aos feitos de sua administração nos anos de 1938 e 1939, o interventor assinalou a existência de 26 ginásios oficiais no estado de São Paulo, os quais apresentaram o seguinte movimento:

TABELA 9 – Movimento dos cursos nos Ginásios do Estado, São Paulo, 1939.

	Masculino	Feminino	Totais
Matrícula geral	3.945	3.083	7.028
Alunos estrangeiros	95	61	156
Filhos de estrangeiros	1.059	694	1.753
Aprovações	2.270	2.036	4.306
% de aprovação	57,54	66,03	61,78
% de frequência	89,63	91,31	90,47

Fonte: Relatório... (194?, p. 94), apud Souza e Diniz, 2014, p. 232.

Pela tabela 9 é possível perceber o crescimento do número de matrículas das meninas nos cursos ginásiais do estado. Além da matrícula do sexo feminino estar bem próxima da do sexo masculino, observa-se maior índice de aprovações e de frequência entre as mulheres, dado revelador do melhor desempenho feminino na escola que viria a se consolidar nas décadas seguintes.

A expansão do secundário público no estado de São Paulo continuou nos anos seguintes, mas foi inferior ao notável crescimento das escolas particulares. Em 1940, a matrícula efetiva no secundário mantido pelo governo do estado em São Paulo era igual a 18.337 alunos e nas escolas particulares existentes no estado era igual a 63.011 alunos.

De acordo com o Anuário Estatístico de 1942, em 1941 havia 25 ginásios mantidos pelo Estado. A matrícula dos cursos fundamentais que funcionavam nos ginásios e nas escolas normais mantidos pelo Estado em 1941 era igual a 12.742 alunos (6.737 do sexo feminino e 6.005 do sexo masculino). (SÃO PAULO, 1942)

Ainda em relação ao curso fundamental dos ginásios e escolas normais, esse Anuário registrou a existência de pessoal docente havia 348 homens atuando como professores no ensino secundário e 99 mulheres. (SÃO PAULO, 1942, p. 288).

Os ginásios do estado contavam com aparelhamentos e instituições auxiliares: bibliotecas, equipamentos para projeções luminosas, museus, laboratórios, gabinete, aparelhamento para educação física, orfeão, grêmio (maioria dos ginásios). Sala Ambiente, clube desportivo, batalhão escolar, jornal, associação de pais e mestres, cooperativa, bolsa escolar, união dos estudantes, associação de ex - alunos, conselho escolar. (SÃO PAULO, 1942, p. 287).

Para a expansão das matrículas femininas no secundário muito concorreu a exigência do primeiro ciclo do secundário para o curso normal. Significa dizer que as escolas normais também se transformaram nos anos 30 ampliando a escolaridade da formação dos professores.

O bom desempenho escolar das moças é possível apreender na Tabela 9 que apresenta dados das promoções e conclusões do curso de primeiro ciclo nos ginásios e escolas normais de São Paulo.

TABELA 10 - Porcentagem das Promoções e conclusões de curso dos Ginásios e Escolas Normais mantidas pelo Estado em 1941.

Porcentagem das Promoções e Conclusões de curso						
Cursos Fundamentais						
Discriminação	Ginásios			Escolas Normais		
Porcentagem de promoções	Fem.	Masc.	Total	Fem.	Masc.	Total
1ª série	64,49	56,68	59,9	59,75	64,36	61,58
2ª série	71,49	61,98	65,9	57,33	64,46	59,87
3ª série	72,92	64,23	68,1	58,77	66,84	61,74
4ª série	67,46	65,24	66,2	67,28	68,47	67,72
Total	68,88	61,27	64,5	60,24	65,86	62,59
Porcentagem das conclusões de curso	92,84	90,10	91,3	72,41	81,16	75,02
Porcentagem das Aprovações em geral	72,29	64,82	68,0	62,82	68,01	64,69
Porcentagem de Frequência	93,30	92,01	92,5	92,85	90,78	92,10

Fonte Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1942.

Com relação às porcentagens das promoções e conclusões de curso, nota-se uma porcentagem maior de aprovações e conclusões de cursos do gênero feminino, contabilizando 72,29% e 92,84%, respectivamente. Enquanto isso, nas aprovações e conclusões do gênero masculino apresenta 64,82% e 90,10%, respectivamente.

Nas Escolas Normais, entretanto, essa ordem se inverte. Nota-se que as porcentagens de aprovações e conclusões de curso do gênero masculino são maiores, com 68,01% e 81,16%, respectivamente. Enquanto isso, os dados referentes a aprovações e conclusões de curso das estudantes do sexo feminino são significativamente menores, com 62,82% e 72,41%.

Sob a égide da Lei Orgânica do ensino Secundário de 1942, cujas bases já haviam sido estabelecidas na reforma de Francisco Campos em 1931, havia um equilíbrio entre as humanidades e as ciências, enquanto a reforma Capanema, calcada nas tradições advindas da

formação humanística e patriótica, instrumentalizou o estado na organização do ensino secundário. (SCWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000 e SOUZA, 2008).

Diferente dos anos 30, os cursos secundários divididos em 1º e 2º Ciclos, o primeiro, representado pelos cursos fundamentais (com quatro anos de duração), e o segundo pelos cursos clássico e científico juntos, apresentaram progressões de matrículas, de acordo com as tabelas 11 e 12. Essa tendência de ampliação de acesso ao curso secundário decorre do processo, em curso na época, de ampliação da rede de escolas públicas desta modalidade de ensino: de três, passou-se para cinquenta e oito ginásios, no intervalo de 1930 a 1947. Tais modificações decorreram da ação conjunta do Poder Público Federal, do Poder Público Estadual, na figura dos interventores, e do Poder público municipal. (DINIZ; SOUZA, 2014).

No Anuário Estatístico do Estado de São Paulo referente ao ano de 1943 constam 11 colégios no estado de São Paulo (Araraquara, Campinas, Franca, Jaboticabal, Pirajuí, Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio Preto, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Paulo) que mantinham o curso fundamental (1º Ciclo) e 14 ginásios (1º Ciclo). O total de matriculados no curso fundamental nesses estabelecimentos de ensino secundário mantidos pelo Estado era 7.219 alunos. O número de conclusões do curso, 1.054. (SÃO PAULO, 1946, p. 179). Ainda para o ano de 1943 constam nesse Anuário seis colégios que mantinham os cursos clássico e científico (2º Ciclo – Campinas, Franca, Jaboticabal, Ribeirão Preto, Rio Claro, São João da Boa Vista). O total de alunos matriculados era igual a 623 e o total de conclusões do curso 198. (SÃO PAULO, 1946, p. 180). Como afirmamos anteriormente, a expansão dos colégios foi mais lenta do que a dos ginásios.¹³

Ainda em relação aos cursos do primeiro ciclo do secundário, a tabela abaixo traz dados sobre a matrícula nos anos de 1943 a 1947.

¹³ Pela Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 (Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril), denominavam-se ginásios os estabelecimentos de ensino que ofereciam apenas o curso ginasial. Colégio era a denominação dada aos estabelecimentos de ensino que ofereciam o curso colegial (clássico e / ou científico) ou que ofereciam os dois ciclos do secundário.

TABELA 11 - Matrícula de alunos nos Colégios e Ginásios, mantidos pelo Estado, nos Cursos Fundamentais -1º Ciclo do Ensino Secundário (1943-1947).

Cursos Fundamentais (1º Ciclo)				
Ano	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Aprovações Em Geral	Conclusões de curso
1943	7.219	7.016	4.501	1.054
1944	13.969	13.143	8.972	2.128
1945	14.092	13.307	9.005	2.070
1946	17.013	16.554	11.534	2.607
1947	20.086	19.740	14.216	3.187
Total	72.379	69.760	48.228	11.046

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1948;
Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1947.¹⁴

De modo geral, de acordo com a tabela 17, foi gradual o crescimento de matrículas nos cursos fundamentais dos colégios e ginásios públicos entre o período de 1943 a 1947, saltando de 7.219 para 20.086. Nos dois primeiros anos o número de alunos matriculados quase dobrou de 7.219 para 13.969. O mesmo não aconteceu no interregno de 1944 a 1945, ou em que o número de alunos adicionais foi de apenas 123. Entretanto, a matrícula de 14.092 em 1945 foi acrescido 2.921 alunos em 1946. No ano de 1947, houve o aumento de mais 3.073 matrículas.

Ao estabelecermos relação entre os dados de matrícula efetiva e as aprovações em geral, foi possível perceber as dificuldades dos alunos para obterem aprovações, visto que, em 1943, de 7.016 alunos foram aprovados 4.501, Os restantes 2.515 foram, provavelmente, reprovados ou deixaram os estudos. Em 1944, de 13.143 alunos foram aprovados 8.972. Reprovados ou deixaram os estudos somam 4.171. No ano de 1945, alunos existentes 13.307, aprovados 9.005, reprovados ou deixaram os estudos 4.302. No que diz respeito ao ano de 1946 o número de alunos matriculados foi de 16.554, aprovados 11.534, reprovados ou deixaram o curso 5.020. Em 1947 os alunos matriculados foram 19.740, aprovados 14.216, reprovados ou deixaram os estudos 5.524.

Os dados acima evidenciam que, além do acesso, a permanência nos estudos também era um fator de dificuldades para os alunos que cursavam o 1º Ciclo dos cursos fundamentais das

¹⁴ Apesar da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 ter mudado a terminologia do 1º e 2º ciclo do secundário, passando o curso fundamental a se denominar ginásial e o curso complementar a se chamar colegial (com dois cursos diferentes – clássico e científico), os Anuários Estatísticos continuaram a utilizar a terminologia estabelecida pela Reforma Francisco Campos em 1931.

instituições mantidas pelo estado, principalmente nos anos iniciais. Entretanto, os dados referentes ao ano de 1947 indicam certo, avanço ainda que pequeno, com relação às aprovações e reprovações. Comparadas às de 1943, as aprovações aumentaram, ao passo que as reprovações diminuíram. Ou seja, em 1943 houve aproximadamente 64 % de aprovação e 36 % de reprovação de um total de 7.016 matriculados ao passo que em 1947 dos 19.740 matriculados aproximadamente 72% foram aprovados e 28% reprovados.

3.3 – O curso colegial e a diferenciação entre clássico e científico: a ascensão das mulheres na elite intelectual dos colégios

Em 1945, o governo do estado de São Paulo baixou o Decreto-lei nº 15.235, de 22 de novembro regulamentando o secundário do estado pela Lei Orgânica de 1942. Esse Decreto normatizou a nova denominação dos estabelecimentos de ensino secundário e normal mantidos pelo Estado: Colégios Estaduais, Escolas Normais, Escola Caetano de Campos, Ginásio Estadual da Capital e Escolas Normais e Ginásios Estaduais. Pelas designações é perceptível como foram consolidados os laços entre o ensino secundário e normal tão característicos da rede pública de ensino paulista até o final do século XX. Nos colégios onde também funcionava o curso normal, havia uma separação nítida entre o curso colegial e o curso normal. O primeiro preparatório para o ensino superior e de maior status social, frequentado anteriormente por um número maior de estudantes do sexo masculino e o segundo de formação profissional para o magistério, com matriculas predominantemente do sexo feminino.

Em 1954, a matrícula geral do secundário no Brasil era igual a 535.775 alunos espalhados por 1.771 estabelecimentos de ensino (ginásios e colégios). A matrícula no 1º ciclo (curso ginásial) atingia 459.448 alunos, isto é, 87,5% dos estudantes. No segundo ciclo (curso colegial – clássico ou científico) estavam matriculados em todo o país 76.286 alunos, isto é, 12,5% dos estudantes matriculados no curso secundário. (SOUZA, 2008). Pode-se concluir, portanto, que as mulheres estudantes do segundo ciclo constituíam um conjunto elitizado da população brasileira que usufruía desse nível de educação distintiva. Porém, mesmo nesse conjunto limitado de matrículas no segundo ciclo, é possível perceber a permanência da diferenciação na escolha do curso, ou seja, o encaminhamento das “preferências” das mulheres pelo curso clássico enquanto os homens se encaminhavam em sua maioria para o curso científico.

A diferença desses dois cursos, como explica Souza (2008), estava na composição das disciplinas da grade curricular e também no aspecto simbólico. Na exposição de motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário, o Ministro Gustavo Capanema ressaltou que a diferença entre esses dois cursos estava apenas no direcionamento para a especialização nos diversos setores do ensino superior. No curso clássico, a formação estaria caracterizada pela ênfase nas letras antigas enquanto, no curso científico, a ênfase na formação intelectual dos alunos incidia mais no estudo das ciências. Ambos os cursos, permitiam a entrada do aluno em qualquer curso superior.

O curso clássico permitia duas possibilidades – curso clássico com Grego e curso clássico sem Grego. O programa de ensino abarcava 15 matérias: Português, Latim, Grego, Francês ou Inglês, Espanhol, Matemática, Física, Química, Biologia, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Filosofia, Educação Física, Arte e Desenho. Na opção clássico sem Grego, a disciplina era substituída por um número maior de aulas de línguas modernas. O currículo do curso científico não incluía Latim e Grego e as línguas modernas figuravam com um número menor de aulas por semana. Nesse curso a ênfase recaía sobre as disciplinas de Matemática, Física, Química e Biologia. Essa distribuição de matérias logo estabeleceu a diferenciação entre as áreas de Humanidades e áreas científicas. O curso clássico encaminhava para os cursos das áreas de Humanidades (licenciaturas em geral e Pedagogia) e o curso científico, para as áreas científicas (Engenharia, Medicina, Odontologia, Farmácia, Economia, etc.). Dessa maneira, a estruturação do segundo ciclo favoreceu a relação entre escolha do curso e direcionamento para as carreiras femininas. Essa dupla diferenciação, curso ginasial e colegial e no colegial entre clássico e científico é possível perceber nas tabelas seguintes.

TABELA 12 - Matrícula de alunos nos Colégios e Ginásios, mantidos pelo Estado, nos Cursos Clássicos e Científicos – 2º Ciclo do Ensino Secundário¹⁵ (1943-1947).

Cursos Clássicos e Científicos (2º Ciclo)				
Ano	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Aprovações em Geral	Conclusões de curso
1943	623	547	406	198
1944	1.874	1.655	1.304	326
1945	2.017	1.830	1.383	324
1946	3.110	2.969	2.292	601
1947	3.007	2.846	2.138	510
Total	10.631	9.847	6.219	1.959

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1948;
Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1947.

No 2º Ciclo do ensino secundário, nos colégios mantidos pelo estado, também houve uma tendência crescente de matrículas. Entretanto, foi um crescimento com números menores. De 1943 a 1947 a matrícula geral de alunos saltou de 623 para 10.631. De 1943 a 1944 o crescimento de matrículas de alunos foi de 1.251. Semelhantemente ao 1º Ciclo, no período de 1944 a 1945 alterou-se muito pouco o quadro de matrículas, acrescentando-se apenas 143 alunos aos 1.874 já existentes. No intervalo de 1945 a 1946, houve um acréscimo de 1.093 alunos. O mesmo crescimento não foi observado na passagem de 1946 a 1947 quando o número de matrículas recuou de 3.110 para 3.007.

Quanto à relação matrícula efetiva, aprovações e as reprovações ou desistências elucidam-se os seguintes aspectos: em 1943 houve 547 matrículas efetivas, 406 aprovações e possivelmente 141 alunos reprovados ou desistentes. No ano de 1944 foram 1655 matrículas, 1.304 aprovações e 351 reprovações ou desistências.

Ano de 1945: 1.830 matrículas efetivas, 1.383 aprovações e 447 reprovações ou desistências. No ano de 1946, foram: matrículas efetivas 2.969, aprovações 2.292 e reprovações ou desistências 677. Em 1947 houve 2.846 matrículas, 2.138 aprovações e 708 reprovações e/ou desistências.

Nos estabelecimentos mantidos pelo Estado que ministravam o ensino de nível secundário, no contraste entre o 1º Ciclo (Cursos Fundamentais) e o 2º Ciclo (Cursos Clássicos e Científicos), o primeiro distingue-se do segundo por ampliações maiores de matrículas. No

¹⁵ O Segundo ciclo do secundário aparece nas Estatísticas do estado de São Paulo a partir de 1943

entanto, com relação às aprovações e reprovações, a lógica é semelhante a quando se compara o ano inicial da tabela com o ano final, isto é, em 1943, dos 547 alunos matriculados 74% foram aprovados e 26% reprovados, ao passo que em 1947 dos 2.846, 75% foram aprovados e 25% reprovados, fenômeno que indica a alta seletividade do secundário e, ainda que de forma ínfima, indícios de maior permanência nos cursos.

TABELA 13 - Matrícula de alunos nos Colégios e Ginásios Estaduais, Cursos Clássicos – 2º Ciclo do Ensino Secundário (1944-1947).

Cursos Clássicos (2º Ciclo)				
Ano	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Aprovações em Geral	Conclusões de curso
1944	351	288	249	50
1945	355	311	264	69
1946	565	525	421	107
1947	557	497	382	74
Total	1.828	1.621	1.316	300

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1948;
Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1947.

As tabelas de número 13 e 14 permitem apreender as evoluções de matrículas pelos campos de conhecimento, cursos clássico e científico, que compreendiam o 2º ciclo do ensino secundário. Nos cursos clássicos de 1944 a 1945 alterou-se muito pouco a situação das matrículas de 351 para 355. Entretanto, em 1945, há um crescimento significativo no número de matrículas de 355 para 565. Mas, essa situação positiva altera-se, em 1947, com queda das matrículas para 557.

Ao voltar para a relação matrícula efetiva, aprovações e possíveis reprovações e desistências entre o ano de 1944 a 1947 destacam-se os seguintes dados: em 1944, matrículas efetivas 288, aprovações 249 e reprovações ou desistências 39. No ano de 1945 havia 311 matrículas efetivas, 264 aprovações e 47 reprovações ou desistências. Em 1946 a matrícula efetiva foi de 565, aprovações 421 e reprovações ou eliminações 104. No que tange a 1947 a matrícula efetiva foi de 497.382 aprovações e 115 reprovações ou desistências.

TABELA 14 - Matrícula de alunos nos Colégios e Ginásios, mantidos pelo Estado, Cursos Científicos – 2º Ciclo do Ensino Secundário (1944-1947).

Cursos Científicos (2º Ciclo)				
Ano	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Aprovações em Geral	Conclusões de curso
1944	1.532	1.367	1.055	276
1945	1.662	1.519	1.119	255
1946	2.545	2.444	1.871	494
1947	2.450	2.349	1.756	436
Total	8.189	7.679	5.801	1.461

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1948;
Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1947.

O quadro de matrículas dos cursos científicos, conforme a tabela 14, diferentemente dos cursos clássicos, desenvolve-se com volumes maiores de matrículas de alunos, fato que pode, talvez, ser justificado pela preferência por cursos superiores com viés mais científico. Na passagem do ano de 1944 a 1945 ao número inicial de 1.532 acrescentam-se mais 130 matrículas. No ano seguinte, ocorreu um crescimento ainda maior de matrículas, de 1.662 para 2.545. Tal como nos cursos clássicos, no de 1947, há queda nas matrículas dos cursos científicos com a diminuição de 2.545 para 2.450.

No contexto das matrículas efetivas, aprovações e reprovações destacam-se os seguintes históricos: em 1944 de 1.367 matrículas houve 1.055 aprovações e 312 reprovações ou desistências. No ano de 1945, matrículas 1.519, aprovações 1.119 e reprovações ou desistências 400. Em 1946 matrículas 2.444, aprovações 1.871 e reprovações ou desistências 573. No que concerne ao ano de 1947 houve 2.349 matrículas, 1.756 aprovações e 593 reprovações ou desistências.

Tal como nas escolas secundárias públicas estaduais, o movimento escolar nas instituições secundárias das dependências administrativas municipais e particulares, explicitados nas tabelas abaixo, também tiveram tendências de ampliações.

TABELA 15 - Matrícula de alunos nos Colégios Municipais e Particulares nos Cursos Fundamentais Ciclo 1º do Ensino Secundário (1944-1947).

Cursos Fundamentais (1º Ciclo)				
Ano	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Aprovações em Geral	Conclusões de curso
1944	10.890	10.536	8.921	1.791
1945	11.748	11.233	8.986	1.891
1946	13.815	13.512	11.532	2.357
1947	15.342	14.954	12.052	2.585
Total	51.795	50.235	41.491	8.624

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1948;
Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1947.

Na tabela acima saltam aos olhos os traços comuns dos ginásios e colégios de ensino secundário mantidos pelo estado e as demais instituições desse mesmo nível de ensino nas dependências municipais e particulares no que tange a maior incidência de matrículas nos cursos fundamentais do 1º ciclo do ensino secundário. O ritmo de crescimento de matrículas entre 1944 e 1945 foi gradual, ao índice de 10.890 foram acrescentadas 858 matrículas. Tal volume dobrou no ano de 1946 de 11.815 para o acréscimo de 2.067 matrículas a mais que no ano anterior. No ano posterior, os índices continuaram em alterações positivas, mas em um crescimento menor. De 13.815 passou-se para 15.342.

Para o ano de 1944 destacam-se: matrículas efetivas 10.546, aprovações 8.921 e reprovações ou desistências 1.615. No ano seguinte: 11.233 matrículas, 8.986 aprovações e 2.247 reprovações ou desistências. Em relação a 1946, 13.512 matrículas, 11.532 aprovações e 1.980 reprovações ou desistências. Quanto a 1947 houve 14.954 matrículas, 12.052 aprovações e 2.902 reprovas ou desistências. No cômputo dos dados explicitam-se para o ano de 1943 as aprovações em torno 84% com reprova de aproximadamente 16%. Em 1947, mesmo havendo crescimento no número de matrículas, aumenta em torno de 20% o índice de reprovação e ocorre a queda das aprovações em cerca de 4%, isto é, são aprovados apenas 80%.

TABELA 16 - Matrícula de alunos nos Colégios Municipais e Particulares nos Cursos Clássicos e Científicos - Ciclo 2º do Ensino Secundário (1944-1947).

Cursos Clássicos e Científicos (2º Ciclo)				
Ano	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Aprovações em Geral	Conclusões de curso
1944	1.956	1.640	1.496	509
1945	2.114	1.917	1.509	378
1946	1.751	1.704	1.530	491
1947	2.986	2.932	2.255	702
Total	8.807	8.193	6.790	2.080

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1948;
Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1947.

Enquanto as matrículas gerais dos cursos clássicos e científicos da rede estadual mantiveram uma tendência progressiva ano a ano, nos ginásios e colégios da iniciativa municipal e particular, dados apresentados na tabela acima, o movimento de crescimento foi ascendente de 1944 a 1945, quando à matrícula inicial de 1.956 adicionaram-se mais 158. Em 1946, porém, o movimento foi decrescente, ocorrendo um decréscimo impactante de 363 matrículas. No último ano, a rede volta a crescer em proporções maiores do que em 1945, com um volume de 1.235 matrículas.

Em 1944, delineiam-se 1.640 matrículas efetivas, 1.496 aprovações e 144 reprovações ou desistências. Em 1945 houve 1.917 matrículas, 1.509 aprovações, 408 reprovas ou desistências. O ano de 1946 é caracterizado por 1.704 matrículas, 1.530 aprovações e 174 reprovas ou desistências. No ano de 1947, as matrículas foram de 2.932, tendo ocorrido 2.255 aprovações e 677 reprovas ou desistências. Nesse caso, percebe-se movimento semelhante ao 1º ciclo. Ou seja, se em 1943 as aprovações foram em torno de 91% com reprova entre 9%, em 1947 ocorre maior índice de matrícula atrelado ao aumento significativo das reprovações perto de 24%, em contraste com mais ou menos 76% de aprovações.

TABELA 17 - Matrícula de alunos nos Colégios Municipais e Particulares nos Cursos Clássicos - Ciclo 2º do Ensino Secundário (1944-1947).

Cursos Clássicos (2º Ciclo)				
Ano	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Aprovações em Geral	Conclusões de curso
1944	305	255	242	38
1945	341	315	285	81
1946	494	475	427	145
1947	513	487	413	114
Total	1.653	1.532	1.367	378

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1948;
Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1947.

Segundo a tabela 17, ao analisarmos o 2º ciclo por cursos, são detectáveis, poucas alterações. Se, entre 1944 e 1945, do valor inicial de 305 ocorreu o aumento de apenas 36 matrículas, em 1946 o aumento é bem maior, com 153 acréscimos. Logo em seguida, o quadro de crescimento foi ainda menor que do ano inicial de 1943, com uma ampliação pequena de 19 matrículas a mais, atingindo o teto de 513.

No ano de 1944 houve 255 matrículas, 242 aprovações e 13 reprovadas ou desistências. Quanto a 1945, as matrículas foram 315, com 285 aprovações e 13 reprovadas ou desistências. Em 1946 houve 475 matrículas, 427 aprovações e 48 reprovadas ou desistências bem abaixo das Em relação a 1947: 487 matrículas, 413 aprovações e 74 reprovadas ou desistências.

TABELA 18 - Matrícula de alunos nos Colégios Municipais e Particulares nos Cursos Científicos - Ciclo 2º do Ensino Secundário (1944-1947).

Cursos Científicos (2º Ciclo)				
Ano	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Aprovações em Geral	Conclusões de curso
1944	1.651	1.385	1.254	471
1945	1.773	1.602	1.224	297
1946	1.257	1.229	1.103	346
1947	2.473	2.445	1.842	588
Total	7.154	6.661	5.423	1.702

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1948;
Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1947.

Assim como, nos estabelecimentos estaduais, os cursos científicos ministrados pelas municipalidades e órgãos particulares também possuíam maiores índices de matrículas gerais, conforme a tabela 18. De 1944 a 1945, à matrícula inicial de 1.651 foram adicionadas mais 122. Em 1946 essa situação altera-se muito com o significativo retraimento de 516 matrículas. No entanto, em 1947 os cursos científicos, tiveram seu ápice com o aumento de 1.216 matrículas, ou seja, de 1.257 em 1946 para 2.473 em 1947.

No contexto, de 1944 a 1947 os indicadores de matrículas efetivas, aprovações, reprovadas ou desistências foram os seguintes: em 1944 houve 1.385 matrículas, 1.254 aprovações e 131 reprovadas ou desistências. Em 1945, foram realizadas 1.602 matrículas, 1.224 aprovações, 378 reprovadas ou desistências. No ano de 1946, 1.229 matrículas, 1.103 aprovações e 126 reprovadas ou desistências. Em relação ao ano de 1947, houve 2.245 matrículas, 1.842 aprovações e uma situação alarmante de reprovadas ou desistências com 603 casos.

TABELA 19 - Movimento Escolar dos Cursos Secundários no Estado, Cursos Fundamentais – 1º Ciclo, segundo as dependências administrativas das unidades escolares Públicas Estaduais e Municipais e as Particulares (1944-1947).

Cursos Fundamentais 1º Ciclo				
Especificação	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Aprovações em Geral	Conclusões de Curso
Cursos Estaduais	64.887	62.744	43.727	9.992
Cursos Municipais e Particulares	51.795	50.232	41.491	8.624
Total	116.682	112.979	85.218	18.616

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1948; Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1947.

De acordo com os dados compilados nos Anuários Estatísticos de 1947 e 1948 percebe-se que o estado de São Paulo, teve maiores índices de matrículas, aprovações e conclusões no 1º Ciclo nos Cursos Fundamentais. Tal fato pode ser elucidado tanto pela atuação conjunta entre o poder municipal e os representantes políticos estaduais para ampliação da rede estadual através da criação de novos ginásios, ou mesmo utilizando a rede física existente no período (DINIZ, SOUZA, 2014), quanto pela feição que a reforma de Gustavo Capanema atribuiu aos cursos

fundamentais, que, a partir de 1942, passaram a funcionar também como habilitação para os cursos técnicos profissionais, ramo agrícola, comercial, normal e industrial. Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (1994), configurou - se um mecanismo para favorecer o processo de democratização do ensino secundário, que deixava de ter como finalidade apenas o ensino superior.

TABELA 20 - Movimento Escolar dos Cursos Secundários no Estado, Cursos Clássicos e Científicos– 2º Ciclo, segundo as dependências administrativas das unidades escolares: Públicas Estaduais e Municipais e as Particulares (1944-1947).

Cursos Clássicos Científicos 2º Ciclo				
Especificação	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Aprovações em Geral	Conclusões de Curso
Cursos Estaduais	10.008	9.273	5.813	1.761
Cursos Municipais e Particulares	8.807	8.193	6.790	2.080
Total	18.815	17.466	12.603	3.841

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1948;
Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1947.

De acordo com a referida tabela, no âmbito do 2º ciclo (cursos clássico e científico) do ensino secundário, as escolas públicas Estaduais, se comparadas às unidades escolares municipais e particulares, mantiveram sua supremacia no que se refere às matrículas gerais e às matrículas efetivas. No entanto, foram superadas pelos órgãos municipais e particulares nas aprovações e conclusões de curso.

TABELA 21 - Movimento Escolar dos Cursos Secundários no Estado, Cursos Clássicos – 2º Ciclo, segundo as dependências administrativas das unidades escolares Públicas Estaduais e Municipais e das Particulares (1944-1947).

Cursos Clássicos 2º Ciclo				
Especificação	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Aprovações em Geral	Conclusões de Curso
Cursos Estaduais	1.828	1.621	1.316	300
Cursos Municipais e Particulares	1.653	1.532	1.367	378
Total	3.481	3.153	2.683	678

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1948;
Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1947.

Quando analisamos por cursos que compreendem o 2º ciclo do ensino secundário, no âmbito dos cursos clássicos confirma-se a mesma situação do dado geral da tabela anterior: maiores índices de matrículas nos ginásios e colégios estaduais contrapondo-se ao maior número de aprovações e conclusões de curso nos ginásios e colégios particulares.

TABELA 22 - Movimento Escolar dos Cursos Secundários no Estado, Cursos Científicos – 2º Ciclo, segundo as dependências administrativas das unidades escolares: Públicas Estaduais, Municipais e Particulares (1944-1947).

Cursos Científicos 2º Ciclo				
Especificação	Matrículas Gerais	Matrículas Efetivas	Aprovações em Geral	Conclusões de Curso
Cursos Estaduais	8.189	7.679	5.801	1.461
Cursos Municipais e Particulares	7.154	6.661	5.423	1.702
Total	15.343	14.340	11.224	3.163

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1948;
Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, 1947.

Com relação aos cursos científicos do 2º ciclo do ensino secundário, de acordo com tabela acima, observa-se que a rede estadual obteve maiores índices de matrículas e aprovações. Mas, nas especificidades das conclusões de cursos tem menores representações.

O Anuário Estatístico do Estado de São Paulo: Situação Física, demográfica, Social e Cultural (1947) registra “Os 68 estabelecimentos estaduais relacionados na Tabela 8 (Colégios, escolas normais e ginásios), registraram no curso ginasial um total de 19. 740 matrículas em vigor no fim do ano de 1947.” Do total de alunos no fim do ano de 1947, foram aprovados 14. 216 correspondendo a 72,06%. Nos 48 cursos ginasiais anexos às normais livres, a matrícula no final de 1947 foi igual a 14. 954; Aprovações em geral 12. 052 (80,59%).

Em relação ao curso Clássico (2º Ciclo), no total de 20 cursos estaduais a matrícula efetiva foi de 497 e as aprovações 382 (70,86%); As conclusões de curso foram igual 74 (89,15%) dos existentes na terceira série. No que diz respeito ao curso Científico (2º ciclo) a clientela foi maior que a do curso Clássico. Funcionaram em 1947 34 cursos estaduais e 17 particulares verificando-se o seguinte movimento: nos cursos estaduais a matrícula efetiva igual a 2. 349; Aprovações em geral 1. 756 (74, 75%) e conclusões de curso 436 ou 98, 79% da matrícula na terceira série (SÃO PAULO, 1947, p. 219-220).

Em 1947 o pessoal docente dos estabelecimentos secundários públicos e particulares totalizaram 4.825 docentes, sendo homens 2. 562 e mulheres 2. 263 (SÃO PAULO, 1947, p. 222)

Vale ressaltar as instituições escolares existentes nesses estabelecimentos de ensino secundário: Clube desportivo, orfeão, batalhão escolar, clube de leitura, grêmio, jornal, conselho escolar e cooperativa. Aparelhamento Escolar: Cinema educativo, museu, laboratório, gabinete, sala ambiente, aparelhamentos para trabalhos manuais, aparelhamento para educação física e biblioteca. (SÃO PAULO, 1947, p. 222)

TABELA 23 - Movimento Didático Ensino Secundário 1º Ciclo - (Cursos fundamentais), ensino público e particular – 1947.

Discriminação	Entidade Mantenedora						
	Estadual		Municipal e Particular		Em Geral		
Matrícula Geral	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Total
1ª série	3.284	3.119	3.313	1.542	6.597	4.661	11.258
2ª série	2.828	2.594	2.817	1.337	5.645	3.931	9.576
3ª série	2.391	2.201	2.433	1.030	4.824	3.231	8.055
4ª série	2.051	1.618	2.059	811	4.110	2.429	6.539
Total	10.554	9.532	10.622	4.720	21.176	14.252	35.428

FONTE: Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, **Cf. São Paulo, 1947p. 223.**

Conforme dados do Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, referentes ao movimento didático do ensino secundário no ano de 1947, além de afirmar a vantagem do Estado diante das entidades municipais e particulares na acessibilidade a este nível de ensino, mostra, também, a reversão do desequilíbrio existente entre os sexos no acesso aos estudos secundários no estado. Em 1947 frequentavam os estudos secundários, na rede estadual paulista, 35.428 alunos, dos quais 21.176 eram mulheres e 14.252 homens. Tanto nos ginásios e colégios mantidos pelo estado quanto nas instituições municipais e particulares os acessos femininos foram maiores do que os masculinos. Esse fato destaca certas peculiaridades. Nos cursos fundamentais ministrados por essas entidades mantenedoras ao longo das quatro séries, dos estudos secundários, tanto o acesso feminino quanto masculino foi decrescente, isto é, aglutinavam maior número de alunos nas séries iniciais.

Outro aspecto inerente aos acessos relaciona-se à distância entre mulheres e homens pelas séries dos cursos. Enquanto nas instituições mantidas pelo estado a diferença de acessos entre mulheres e homens foi em proporções menores, de 165 na primeira série e 433 na quarta série, nos estabelecimentos municipais e particulares as diferenças foram lacunares, de 1.771 na primeira série e de 1.248 na quarta série.

TABELA 24 - Movimento Didático Ensino Secundário 2º Ciclo - (Ensino Clássico), ensino público e particular – 1947.

Discriminação	Entidade Mantenedora						
	Estadual		Municipal e Particular		Em Geral		
Matrícula Geral	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Total
1ª série	163	138	81	121	244	259	503
2ª série	86	81	89	99	175	180	355
3ª série	51	38	52	71	103	109	212
Total	300	257	222	291	522	548	1.070

FONTE: Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, **Cf. São Paulo, 1947 p.224**

De acordo com os dados sinalizados na tabela 24, em 1947, no 2º ciclo do ensino secundário, em todo o estado, havia 1.070 alunos que fizeram a opção pelos estudos literários sendo 522 mulheres e 548 homens. Assim como no 1º ciclo, o número de alunos foi diminuindo ao longo das três séries do curso. Nos cursos das instituições estaduais, apesar dos acessos femininos terem sido maiores, havia pouca diferença de acessos aos estudos clássicos. Nas primeiras séries havia 163 meninas e 138 meninos, o mesmo pendor se estende às terceiras séries com 51 meninas e 38 meninos.

Nos colégios e ginásios municipais e particulares ao longo das séries dos cursos também houve pouca diferenças de acessos entre os sexos, porém, ocorreu uma inversão de acessos por gênero, o número de jovens adolescentes do sexo masculino foi maior: nas primeiras séries havia 81 moças e 121 moços e, nas terceiras séries, 52 mocas e 71 moços.

TABELA 25 - Movimento Didático Ensino Secundário 2º Ciclo - (Ensino Científico), ensino público e particular – 1947.

Discriminação	Entidade Mantenedora						
	Estadual		Municipal e Particular		Em Geral		
Matrícula Geral	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Total
1ª série	217	1.050	154	844	371	1.894	2.265
2ª série	122	569	109	685	231	1.254	1.485
3ª série	83	409	85	596	168	1.005	1.173
Total	422	2.028	348	2.125	770	4.153	4.923

FONTE: Anuário Estatístico do Estado do Estado de São Paulo, **Cf. São Paulo, 1947 p.225**

Quanto aos que escolheram o curso científico do 2º ciclo do ensino secundário, como apresentado na tabela 25, as matrículas foram superiores às do curso clássico alcançando um total de 4. 923 alunos, sendo 770 jovens adolescentes do sexo feminino e 4. 153 rapazes, denotando em geral que no estado, em 1947, os acessos dos moços aos cursos científicos foram superiores. Tais acessos, tanto nos estabelecimentos estaduais como nas escolas municipais e particulares, apresentaram grande diferença de um sexo a outro. Enquanto nos estabelecimentos mantidos pelo estado os moços eram 833 a mais que as moças nas primeiras séries e 326 nas terceiras séries, nas escolas municipais e particulares os moços eram superiores em 690 na primeira série e 511 na terceira série.

TABELA 26 - Matrícula Efetiva do Ensino Clássico (2º Ciclo) no Estado: Ensino Público Estadual e Particular - 1947.

Discriminação		Entidade Mantenedora			
		Estadual		Municipal e Particular	
		F	M	F	M
Matrícula Efetiva					
Na 1ª série	De - de 14 anos	–	–	–	–
	De 14 a 18 anos	96	71	68	64
	De + de 18 anos	48	43	12	43
	Soma	144	116	80	107
Na 2ª série	De - de 14 anos	–	–	–	–
	De 14 a 18 anos	42	32	63	55
	De + de 18 anos	32	18	21	36
	Soma	74	80	86	91
Na 3ª série	De - de 14 anos	–	–	–	–
	De 14 a 18 anos	19	7	34	42
	De + de 18 anos	28	29	18	29
	Soma	47	36	52	71

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1947.

Observa-se, na tabela acima, que 483 mulheres e 501 homens, a partir dos 14 anos, matricularam-se nas três séries do Ensino Clássico no ano de 1947. Em nenhuma das três séries do segundo ciclo houve matrículas de homens ou mulheres menores de 14 anos.

Na faixa de 14 a 18 anos os números de matrículas são mais expressivos na primeira série do segundo ciclo, totalizando 299 inscritos nas escolas estaduais, municipais e particulares. Nota-se que os números declinam nas segundas e terceiras séries, com, respectivamente, 192 e 102 matriculados nas escolas.

Na faixa etária que parte dos 18 anos, observa-se que o número de matrículas é mais expressivo também na primeira série do segundo ciclo, com 146 matriculados. A segunda série conta com 107 inscritos e a terceira com 104.

A diferença do número total de matrículas entre os dois gêneros é pequena, com 18 inscrições masculinas a mais que as femininas. Os meninos se matriculam mais em escolas municipais e particulares, totalizando 269 matrículas masculinas contra 218 femininas, enquanto nas escolas estaduais as inscrições de meninas predominam sendo 265 matrículas delas contra 232 deles.

TABELA 27 - Aprovações do Ensino Clássico (2º Ciclo) no Estado: Ensino Público Estadual e Particular - 1947

Discriminação		Entidade Mantenedora			
		Estadual		Municipal e Particular	
		F	M	F	M
Matrícula Efetiva					
Na 1ª série	1ª época	89	55	54	47
	2ª época	25	22	16	29
	Soma	114	77	70	76
	(%)	79,17	63,38	87,50	71,03
Na 2ª série	1ª época	50	37	54	47
	2ª época	12	18	16	29
	Soma	62	55	70	76
	(%)	83,78	68,75	88,37	84,62
Na 3ª série	1ª época	42	27	48	32
	1ª época	1	4	3	31
	Soma	43	31	51	63
	(%)	91,49	86,11	98,08	88,73
Total Geral (%)		219 82,64	163 70,26	197 90,37	246 80,30

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1947.

Os dados acima salientam que, na rede estadual, concluíram o Ensino Clássico mais mulheres do que homens, enquanto na rede municipal/particular o inverso aconteceu: mais homens se formaram. Essa tendência é constante nos três anos do segundo ciclo

Na primeira série, 184 mulheres e 153 homens concluíram o primeiro ano nas escolas estaduais, municipais e particulares. Na segunda série, a diferença de conclusões do ano letivo entre os gêneros é mínima: 132 mulheres e 131 homens terminaram os estudos. Já na última etapa do segundo ciclo, nota-se que o número se estabiliza entre homens e mulheres: 94 mulheres e homens concluem os estudos.

Observa-se que, desde o primeiro ano, a evasão é maior entre as mulheres do que entre os homens, que se matriculam em menor número, mas que se mantêm na escola até o fim do ciclo.

TABELA 28 - Matrículas Efetivas do Ensino Científico (2º Ciclo) no Estado: Ensino Público Estadual e Particular - 1947.

Discriminação		Entidade Mantenedora			
		Estadual		Municipal e Particular	
		F	M	F	M
Matrícula Efetiva					
Na 1ª série	De - de 14 anos	–	–	–	–
	De 14 a 18 anos	169	635	78	493
	De + de 18 anos	38	366	28	336
	Soma	207	1.001	106	829
Na 2ª série	De - de 14 anos	–	–	–	–
	De 14 a 18 anos	76	253	31	360
	De + de 18 anos	37	300	53	321
	Soma	113	553	84	681
Na 3ª série	De - de 14 anos	–	–	–	–
	De 14 a 18 anos	39	134	31	236
	De + de 18 anos	42	260	53	358
	Soma	81	394	84	594

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1947.

Os dados disponibilizados pelo Anuário Estatístico do Estado de São Paulo sobre as matrículas efetivas no Ensino Científico no ano de 1947 mostram que a maioria das matrículas é masculina em todas as faixas etárias e em todas as séries analisadas das escolas estaduais, municipais e particulares.

Na primeira série, 1.830 homens se matricularam, enquanto apenas 313 mulheres se inscreveram. A grande diferença se mantém na segunda série também, já que 1.234 matrículas masculinas foram contabilizadas contra somente 197 femininas. Na última etapa, a terceira série, a tendência observada se manteve: 618 homens e 165 mulheres efetivaram suas matrículas.

Nesse ciclo, fica clara a enorme diferença entre os gêneros no que diz respeito às inscrições para o Ensino Científico.

TABELA 29 - Aprovações do Ensino Científico (2º Ciclo) no Estado: Ensino Público Estadual e Ensino Particular - 1947

Discriminação		Entidade Mantenedora			
		Estadual		Municipal e Particular	
		F	M	F	M
Matrícula Efetiva					
Na 1ª série	Em 1ª época	124	430	104	334
	Em 2ª época	36	188	15	205
	(%)	61,74	77,29	78,81	63,22
	Soma	160	618	119	539
Na 2ª série	Em 1ª época	77	355	69	313
	Em 2ª época	23	87	16	198
	(%)	88,50	79,93	80,19	75,04
	Soma	100	442	85	511
Na 3ª série	Em 1ª época	64	322	71	372
	Em 2ª época	6	44	6	139
	(%)	86,42	92,90	91,67	86,03
	Soma	70	366	77	511
Total Geral		330	1.426	281	1.561
(%)		82,29	73,20	82,40	74,19

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1947.

Nota: (%) Percentagem Geral de aprovação

Dialogando com a tabela anterior que mostrava o número de matrículas de ambos os sexos no Ensino Científico, os dados da tabela 32 complementam com informações acerca do número de aprovações dos gêneros durante esse ciclo.

Nas escolas estaduais, municipais e particulares, 1.157 homens e 279 mulheres concluíram os estudos da primeira série. Já na segunda série, 953 homens e 185 mulheres foram aprovados e puderam seguir para a última etapa do ciclo. No fim da terceira série, 877 homens e 147 mulheres concluíram os estudos do Ensino Científico.

A diferença do número de matrículas e aprovações entre os gêneros é grande e salta aos olhos, mas é importante observar que, nesse ciclo, as mulheres abandonaram menos os estudos do que os homens.

TABELA 30 - Matrícula Efetiva de alunos, segundo o sexo, nos Cursos Secundários e Normais Estaduais em 1947.

Alunos Matriculados		
Especificação	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Curso Secundário (1º Ciclo)	10.390	9.350
Curso Secundário (2º Ciclo) Clássico	263	232
	Científico	401
Curso Normal	2.665	407
TOTAL	13.719	11.937

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1947.

A tabela 30 traz dados gerais dos números de matrículas de homens e mulheres nos cursos oferecidos pelo sistema público de ensino no ano de 1947. Observa-se, pela totalidade, que mais mulheres do que homens se matriculam na escola.

No Curso Normal, a diferença de matrícula entre homens e mulheres é grande: 2.665 mulheres para 407 homens. Mais mulheres também se matriculam no primeiro ciclo do Curso Secundário, mas a margem de diferença cai: 10.390 mulheres e 9.350 homens entram na escola.

No segundo ciclo do Curso Secundário, observa-se que um número aproximado de homens e mulheres se matriculou no Ensino Clássico: 263 mulheres e 232 homens. A tendência da maioria feminina não se mantém, porém, no Ensino Científico, onde um número mais expressivo de homens matriculou-se: 1.948, mais de 1.500 matrículas a mais do que as femininas.

De todo modo, no processo de crescimento do ensino secundário no estado de São Paulo, sob a regulamentação centralizada do poder público Federal, e diante da articulação política do poder municipal junto ao poder estadual, ressalta-se a face dos estudos secundários da rede pública estadual entre os anos 30 e 40, com progressivas ampliações de vagas permitindo, desse modo, a reversão da supremacia de acessos masculinos, à medida que o processo expansionista significou também a extensão de maiores acessos e escolaridade às mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta dissertação foi apresentar um estudo sobre o processo de reversibilidade da diferença e desigualdade da escolarização feminina em relação à masculina, sobretudo no processo expansionista do ensino secundário no estado de São Paulo. Para tanto, foram realizadas análises sobre o nível de instrução feminina em concomitância com as ideologias sociais a respeito do papel social da mulher, a fim de elucidar aspectos do processo de emancipação feminina. Procurou-se observar os efeitos das transformações econômicas e sociais sobre a concepção feminina e suas formas de sociabilidade nas instituições sócio-educacionais.

Como legado educacional do século XIX, o século XX herdará o processo de conflitos e contradições rumo à articulação entre o papel social da mulher e o romper de tradições de acesso a conteúdos de escolarização em concomitância com as reformulações institucionais em prol da frequência equitativa entre mulheres e homens.

Vemos assim, que, tanto a escolarização primária quanto o magistério, como curso de formação e campo de atuação profissional, consolidaram – se em formações cujo fim não estava cerceado apenas na ornamentação individual em prol de outrem, mas como uma via de possibilidade, ainda que restrita, de ocupar espaços sociais em condições de igualdade ao sexo oposto pelos mesmos méritos: a capacidade intelectual. Desse modo, ratifica-se na rede estadual paulista, assim como nos demais estados do país, cada vez mais e com maior frequência, a aliança entre a escola primária e o desenvolvimento das escolas normais para ambos os sexos, visto que, sob a prática do magistério primário feminino em supremacia, legitimou-se o projeto cultural de formação para o povo.

Tal contexto também foi elucidado por iniciativas que abalaram as estruturas tradicionais dos estudos secundários no estado. Observa-se, no período de 1930 a 1947, notável transformação geográfico-espacial das escolas secundárias, atreladas à adequação curricular e ao processo de intensificação de acesso da juventude feminina. Ora, se a educação primária já se assentava em ações consolidadas de democratização, a educação secundária caminhava rumo a sua total transformação nos anos de 1970.

Se o acesso aos estudos secundários, tanto na rede pública quanto na particular, nos primeiros decênios da Primeira República foi marcado pela alteridade da matrícula masculina em

detrimento do acesso feminino, o mesmo não acontece nos anos posteriores devido à tendência de crescimento da rede estadual de ginásios e colégios secundários, quando ocorreu a ampliação da rede pública de ensino secundário no Estado de São Paulo, tal como demonstraram Diniz (2012) e Souza e Diniz (2014).

Assim, como constatado nos estudos de Souza e Diniz (2014), o processo caracterizado como a primeira voga de expansão do ensino secundário público, em paralelo à rede municipal e particular, sob a atuação centralizadora do governo Federal, foi caracterizado por ampliações significativas de acessos ao primeiro ciclo do ensino secundário, nos cursos fundamentais. Embora o Estado conquistasse maior número de acessos ao primeiro ciclo do ensino secundário, a mesma tendência foi verificada nos ginásios e colégios mantidos pelas dependências municipais e particulares.

Quanto ao segundo ciclo do ensino secundário verificou-se também crescimento progressivo e gradual dos cursos clássicos e científicos, porém com menor impacto que o primeiro ciclo. Neste ramo de destinação específica aos campos do ensino superior, os cursos científicos foram preferidos em detrimento dos cursos clássicos.

Em relação ao primeiro ciclo do ensino secundário, enquanto nos cursos fundamentais mantidos pelo Estado a reversão da diferença entre mulheres e homens ocorreu de modo equitativo, o mesmo não sucedeu nos estabelecimentos mantidos pelas dependências municipais e particulares, nos quais as matrículas femininas atingiram proporções bem maiores que as masculinas, havendo até mesmo um desequilíbrio.

No segundo ciclo, no que se refere aos cursos clássicos em relação com as Humanidades em nível superior, tanto nos estabelecimentos mantidos pelo Estado como nas instituições municipais e particulares os acessos femininos foram maiores. Tal fato evidencia que, além da intensificação da presença feminina no magistério primário, o magistério secundário também se delineou como espaço de atuação profissional partilhado por mulheres e homens.

Assim como nos cursos clássicos, ainda que em proporções menores, tanto nas instâncias do ensino público estadual como nos domínios das municipalidades e dos particulares, também foi possível às mulheres adentrar aos campos de conhecimento e atuação profissional de cunho científico, explicitando, no processo educativo, a escolha de cursos cuja profissionalização estava além do magistério.

É incontestável a relação entre escolaridade e profissionalização no processo instituidor de identidade feminina. A paridade entre os sexos na escolarização incluiu-se no âmbito dos estudos secundários, com indicação de tendência a materializar-se nos estudos superiores, na segunda metade do século XX.

Como constatado por algumas obras apresentadas no segundo capítulo da dissertação, maiores níveis de escolaridade das mulheres lhes proporcionam a transcendência das desigualdades educacionais, e as revestem do mecanismo de maior poder. Ou seja, conferem-lhes mais capacidade de melhorar a qualidade de vida, e autonomia nas decisões pessoais.

Logo, as condições de vida moderna, urbano – industrial incorporadas pela sociedade, sobretudo a elite paulista e a classe média em ascensão, vão despertar na juventude, tanto masculina quanto feminina, a necessidade da escolarização secundária distintiva.

Vale destacar, por fim, que o estudo da História Social das Mulheres como objeto de pesquisa lançou luz às identidades que, ao serem instituídas nas relações sociais, produziram-se ao produzi-las. O mundo vivido construiu-se como uma possibilidade de ser vivido dentro da ressignificação da força ativa de trabalho feminino, condicionando seu processo de socialização à escolha de uma carreira e de um trabalho.

FONTES

Anuário Estatístico de São Paulo (Brasil): estatística econômica e moral. 1908. São Paulo Repartição de Estatística e Archivo de São Paulo, v.2,t.2, 1911,viii, 364p

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo (BRASIL) estatística econômica moral, 1910. São Paulo: Repartição de Estatística e Archivo do Estado, v.2, t.2. viii, 295p.

SÃO PAULO. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. 1914.

SÃO PAULO. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, com autorização do governo do Estado de São Paulo, 1913.

Anuario Estatístico de São Paulo (Brasil): movimento da população e estatística moral, 1912. São Paulo: Repartição de Estatística e Archivo do Estado v.1, t.1, 1914 vi, 312 p.

SÃO PAULO. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, com autorização do governo do Estado, 1923.

Anuario Estatístico de São Paulo (BRASIL): movimento da população e estatística moral, 1920. São Paulo: Repartição de Estatística e Archivo do Estado, v.1,t.1, 1923.

SÃO PAULO. Estatística Escolar de 1930. Seção de Estatística e Archivo. (Publicado pela Diretoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo). Publicação, n.1. Brasil: Junho, 1931.

SÃO PAULO. Anuario do Ensino do Estado de São Paulo (1936-1937) – Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do governo do Estado, São Paulo: Tip. Siqueira, [193-]

Anuario Estatístico do Estado de São Paulo 1941. São Paulo: D. E. E, 1941. xi, 875p.

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo: situação física, demográfica, social e cultural, 1946. São Paulo: D.E.E,v.1,t.1, 1949. viii, 528 p.

Anuario Estatístico do Estado de São Paulo 1942. (Separata). São Paulo: D. E. E, 1942. v. 307p.
Anuario Estatístico do Estado de São Paulo: situação física, demográfica, social e cultural. São Paulo: D. E. E; v.1,t. 1, 1947 iv, 252 p.

Anuario Estatístico do Estado de São Paulo: estatísticas físicas, demográficas, sociais e culturais, 1945. São Paulo: D. E.E, v.1, 1948. I x, 607 p.

BRASIL. Decreto- lei n. 19.890, de 18 de Abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário.

BRASIL. Decreto – lei n. 4. 244, de 09 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANTES, Elisabeth Sousa. “Mãe civilizadora”: a educação da mulher nos discursos feministas e antifeministas na Primeira República. *Anais do XII Encontro Regional de História – ANPUH*, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Elizabeth%20Sousa%20Abrantes.pdf> Acesso em 10 nov. 2014.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Gênero e algumas possibilidades investigativas. In: *Cenários: Revista do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Cultura e Desenvolvimento*. 1 ed. Araraquara, 1999 p. 35-58
- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? a feminização do magistério ao longo do século XX. in: ALMEIDA, Jane Soares de; SAVIANI, Dermeval; SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa. *O legado Educacional do século XX*. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- ALMEIDA, Jane Soares de. A coeducação dos sexos: apontamentos para uma interpretação histórica. *Revista História da Educação* n° 16 Jul/Dez, 2007.
- ALMEIDA, Jane Soares de. *Ler as letras: porque educar meninas e mulheres?* Campinas. São Bernardo do Campo: Autores Associados / Editora da Universidade Metodista de São Paulo, 2007.
- AMADO, Tina; BRUSCHINI, Cristina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 64, p. 4-13, 1988.
- ANTONIO, Mara Rúbia; SOUZA, Rosa Fátima de Souza. O Ginásio Municipal e a Formação de Professores: a Escola Normal Livre Mackenzie de Araraquara (1928 – 1938). In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa. ZANCUL, Maria Cristina de Senzi (orgs.). *O ginásio da Morada do Sol: história e memória da Escola Estadual Bento de Abreu de Araraquara*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- ARAÚJO, José Carlos Souza Araujo; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de ; LOPES, Antônio Pádua Carvalho. (orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.
- ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. A. *Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. Mal-Estar e Sociedade*, ano II, n. 2, Barbacena, jun. 2009, p. 91 – 106. Disponível em: <http://www.uemg.br/openjournal/index.php/malestar/article/view/13/41> Acessado em 26 out. 2014.
- BARBANTI, Maria Lúcia Hilsdorf. *Escolas Americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação de São Paulo, 1977.
- BARBOSA, Paulo Corrêa. *Nísia Floresta: uma mulher á frente de seu tempo: almanaque histórico*. Brasília: Mercado Cultural, 2006.
- BASTOS, Maria Helena Camara Bastos; GARCIA, Tania Elisa Morales Leituras de formação – Noções de Vida doméstica (1879): Félix Ferreira traduzindo madame Hippeau para a educação das mulheres brasileiras. *Revista História da Educação* n° 5 jan/jul, 1999.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos Dourados. In: *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, FCC, v 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n136/a0739136.pdf>

BURKE, Peter. A abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011

BRUSCHINI, Cristina. *Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?* Chicago - USA, 1998. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Bruschini.pdf> Acesso em 26 out 2014.

BASTOS, Maria Helena Camara. O kindergarten ou jardim de infância por Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1888). *Revista História da Educação* jan/ jun, 1998.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: À beira da falésia. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2003.

CAMPOS, Raquel Discini. *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920 – 1940)*. Educação e História. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CARMINATI, Celso João.; DALLABRIDA, Norberto. (org.). Ensino Secundário em Santa Catarina: da instituição da República à Era Vargas (À Guisa de introdução). In: *O tempo dos ginásios: ensino secundário em Santa Catarina: (final do século XIX meados do século XX)* Campinas, SP: Mercado de Letras, Santa Catarina: UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina, 2007.

CUNHA JR, Carlos Fernando Ferreira. *Cultura escolar e a formação da boa sociedade: uma história do Imperial Collegio de Pedro Segundo*. Belo Horizonte, 2002, 217 f. Tese (Doutorado em Educação) – de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: BRUSCHINI, C; COSTA, A. O. (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos Feministas* n° 2, 1994.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Educação*, Porto Alegre. v. 32, n. 2, p. 185 -191, maio/ago.2009.

DALLABRIDA, Norberto.; SOUZA, Rosa Fátima (orgs.). *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931 – 1961)*. Uberlândia: EDUFU, 2014.

DALLABRIDA, Norberto; SANTOS, Juliana Topanotti dos. Trajetórias sociais de egressos/as dos colégios de ensino secundário de Florianópolis na década de 1950. In: DALLABRIDA, Norberto.; SOUZA, Rosa. Fátima de (orgs.). *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931 – 1961)*. Uberlândia: EDUFU, 2014.

DINIZ, Carlos. Alberto *A educação secundário no interior paulista: estudo histórico sobre o Ginásio Estadual de Matão (1940-1965)*, 2012, 111f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012..

DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: Mary Del Priore (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto/Editora UNESP p. 7-10, 2001.

FERREIRA, Ana Luiza de Oliveira Duarte. Ser Stella: um estudo sobre o papel da mulher e da educação feminina na Juiz de Fora do início do XX. *Revista Brasileira de História da Educação* n.3 set/ dez 2008.

- FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Introdução: ordens e liberdades. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991 p. 10-11.
- GOUVÊA, Maria Cristina. Mestre: Profissão Professor (a): processo de profissionalização docente na Província Mineira no Período Imperial. *Revista Brasileira de História da Educação* n°2 jul/dez. 2001. Disponível em: file:///C:/Users/Profa%20Rosa/Downloads/265-812-1-PB.pdf
- HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, 1972.
- HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- HAHNER, June. E. *Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX*. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2011, vol.19, n.02.
- HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LAMEIRA, Muriel. *Escola Estadual Bento de Abreu: representações sobre qualidade do ensino*. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.
- LE GOFF, Jaques A história nova. In: *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. *A educação da mulher: feminização do magistério*. Teoria e Educação n° 4 p. 22-40, 1991.
- LOURO, Guacira Lopes Louro.; PRIORE, Mary Del (orgs.). Mulheres nas salas de aula. In: *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- MAGALDI, Ana Maria de Mello; NEVES, Carla Villanova. Valores católicos e profissão docente: um estudo sobre representações em torno do magistério e do “ser professora” em (1930-1950). *Revista Brasileira de História da Educação* n.1 Jan/Jun 2001
- MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v. 65, n. 150, maio/ago.1984 p. 407-425
- MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina: uma face do conservadorismo (1859-1919)*. São Paulo: Unesp, 1996.
- NAGLE, Jorge. A Educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. T. III, v.2, São Paulo: Difel, 1977.
- NAHES, Semiramis. *Revista Fon Fon. A imagem da mulher no Estado Novo (1937/1945)*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007. Disponível em:
http://www.unimar.br/publicacoes/ftp/miolo_Fon_Fon.pdf
- NUNES, Clarice. *A modernização do ginásio e a manutenção da ordem*. 1979. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/ Jun/ Jul/Ago 2000 n. 14.
- PALLARES – BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história*. Nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PEREZ, Maria Isabel. *História de uma instituição pública de ensino secundário: implicações da democratização do ensino na cultura escolar*. 2006. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

PERROT, Michelle. Dossiê história das mulheres no ocidente: escrever uma história das mulheres, relato de experiência. *Cadernos Pagu* (4) 1995: pp. 9-28.

RAGO, Margareth. 1997. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *A Educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas (1863-1889)*. Campinas: CMU, 1996.

ROSEMBERG, Fúlvia; AMADO, Tina. Mulheres na escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 80, p.62-74, fev. 1992. Disponível em:
<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/321.pdf> Acessado em 26 out. 2014.

ROSEMBERG, Fúlvia; PINTO, Regina Pahim.; NEGRÃO, Esmeralda Vailati. *A educação da mulher no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1982. (Teses, 8)

SÁ, Carolina Mafra de; ROSA, Walquíria Miranda A história da feminização do magistério no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação. Educação Escolar em Perspectiva histórica*. Curitiba, 2004. Disponível em:
<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo5/477.pdf>

SAHLINS, Marshall. *História e Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SCHARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Edusp, 2000.

SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária (perspectiva histórica e teoria)*. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1969 (Atualidades Pedagógicas, v. 94)

SILVA, Luciana Portilho da. *Educação e trabalho feminino no estado de São Paulo (1940-1960)*, 2012 [s.n] Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2012.

SILVA, Tânia Maria Gomes. *Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. Politeia: História e Sociedade, Vitória da Conquista*, v. 8, n. 1, p. 223 – 231, 2008.
Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/276/311> Acesso em 22 de setembro 2014.

SOUZA, Ezequiel. Bandeiras feministas na luta pela igualdade de gênero. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 9, n. 108, maio de 2010, p. 111 – 119. Disponível em
<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/8865/5621>

SOUZA, Rosa Fátima. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)* São Paulo: Editora Unesp, 1998.

SOUZA Rosa Fátima. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008. – (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v.2)

SOUZA, Rosa Fátima. *Escola e currículo*. Curitiba: IESDE Brasil S. A, 2012

SOUZA, Rosa Fátima; DINIZ, Carlos Alberto. A articulação entre estado e municípios na expansão do ensino secundário no estado de São Paulo (1930 – 1947). In: DALLABRIDA, Norberto.; SOUZA, Rosa Fátima (orgs.). *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931 – 1961)*. Uberlândia: EDUFU, 2014.

TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século 19. *Revista História da Educação* n.1 jan/jun, 1998.

TANURI, Leonor Maria. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo: 1890-1930*. 1 ed. São Paulo, Faculdade de Educação: Usp, 1979.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, mai/ jun/jul/ ago, 2000.

TESSELER, Fani Averbuh. *Voices de mulheres: Educação, universidade e trabalhos nos anos 40 e 50 do século XX*. (Tese Doutorado Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós - Graduação em Educação, 2009.

VEIGA, Cynthia Greive *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007.